

Manual de Formação

Talitha Kum

Para Religiosas Empenhadas em Ações
de Prevenção do Tráfico de Pessoas e de
Assistência às Vítimas



Talitha Kum
LEVANTA-TE

Janeiro 2016

Talitha Kum

LEVANTA-TE

Talitha Kum é a Rede Internacional da Vida Consagrada contra o tráfico de pessoas. Coloca em rede mulheres e homens consagrados de 70 países, facilitando a sua colaboração e intercâmbio de informações. Talitha Kum nasce em 2009 do desejo partilhado de coordenar e reforçar as atividades contra o tráfico promovidas pelas consagrados nos cinco continentes.

Talitha Kum é uma rede de redes organizadas de várias formas diferentes, que promovem iniciativas contra o tráfico de pessoas respeitando os diversos contextos e culturas.

Talitha Kum é uma expressão que se encontra no Evangelho de Marcos, capítulo 5, versículo 41. Essas palavras, traduzidas do aramaico, significam: “Menina, Eu te digo, levanta-te”. Estas palavras são dirigidas por Jesus à filha de Jairo, de doze anos, que jazia no leito, aparentemente sem vida. Depois de ter pronunciado estas palavras, Jesus tomou-a pela mão e ela levantou-se de imediato e começou a andar.

A expressão “Talitha Kum” tem o poder transformador da compaixão e da misericórdia, que desperta o desejo profundo de dignidade e de vida, adormecido e ferido por tantas formas de exploração.

É um projeto da União Internacional das Superiores Gerais (UISG), em colaboração com a União Internacional de Superiores Gerais (USG).

www.talithakum.info

Manual de Formação Talitha Kum

**Para Religiosas empenhadas em Ações
de Prevenção do Tráfico de Pessoas e de
Assistência às Vítimas**

**ORGANIZADO POR
STEFANO VOLPICELLI**

**CONTRIBUTOS DE:
IRMÃ GABRIELLA BOTTANI (SMC)
IRMÃ BERNADETTE SANGMA (FMA) - †
TERESA ALBANO
ROBERTO ROSSI**

ROMA, JANEIRO 2016



U.S. Embassy to the Holy See

Este Manual foi realizado com o contributo das Embaixadas dos Estados Unidos e da Irlanda junto da Santa Sé.

Edizione Talitha Kum – UISG

www.talithakum.info

www.uisg.org

Foto da Capa: Kadir van Lohuizen/NOOR

Projeto gráfico: Colitti, Roma



Esta obra é dedicada à irmã Bernardette Sagma para recordar a sua pessoa, o seu sorriso e a sua paixão pela vida. Com competência e incansável empenho contra o tráfico de pessoas, a irmã Bernadette acreditou na importância do trabalho em rede e teceu as tramas que, em 2009, levaram à formação oficial de Talitha Kum.

Obrigada, irmã e amiga. Temos a certeza que, imersa na eternidade do Amor de Deus, continuas a rezar para nós e por todas as pessoas exploradas e desfiguradas pela violência do tráfico.

Índice

Apresentação.....pág. 6

Introdução.....pág. 8

PARTE I

• ENTENDER O TRÁFICO DE PESSOAS.....pág. 11

1. Cenário.....pág. 12

1.1 I Mudanças geopolíticas que favorecem o nascimento e a difusão do Tráfico de Pessoaspág. 12

1.2 A dimensão e o processo do tráfico de pessoaspág. 19

1.3 O tráfico e a relação entre os génerospág. 22

1.4 Elementos de vulnerabilidade das vítimas e variabilidade dos traficantespág. 24

1.5 O nó de identificação das vítimaspág. 25

1.6 O tráfico nas zonas de conflitopág. 26

2. Quadro Jurídico.....pág. 28

2.1 Definição de Tráfico de Pessoas segundo o Protocolo de Palermo: breve introdução e génesepág. 28

2.2 Análise do texto do Protocolo e demonstração dos seus aspetos críticospág. 32

2.3 Consequências dos aspetos críticos do Protocolopág. 35

3. O valor acrescentado do empenho das Religiosas no âmbito do tráfico.....pág. 38

PARTE II • METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO.....pág. 41

Introdução.....pág. 42

4. Prevenção.....pág. 44

4.1 Prevenção: perímetro teórico e níveis de intervenção (prevenção primária, secundária e terciária)pág. 44

| | |
|---|----------|
| 4.2 Atividades de prevenção | pág. 47 |
| 4.2.1 Prevenção primária | pág. 47 |
| 4.2.2 Prevenção secundária | pág. 49 |
| 4.2.3 Prevenção terciária | pág. 51 |
| 4.2.4 Prevenção e estigma social | pág. 52 |
| 5. Assistência às Vítimas: elementos essenciais da relação de ajuda, capacitação e do esgotamento dos operadores | pág. 54 |
| Introdução | pág. 54 |
| 5.1 Relação de ajuda | pág. 57 |
| 5.1.1 Perfil psicológico das sobreviventes | pág. 58 |
| 5.1.2 Proposta de um modelo operacional | pág. 61 |
| 5.2 Capacitação [Empowerment] | pág. 69 |
| 5.3 Negociação dos conflitos na relação de ajuda | pág. 78 |
| 5.4 Síndrome de Esgotamento [Burn-Out] | pág. 83 |
| 5.5 Trabalho em rede: descrição dos modelos e dos objetivos Valor acrescentado | pág. 91 |
| 6. A Rede Talitha Kum | pág. 99 |
| Bibliografia | pág. 104 |
| Anexo – Test “La Respuesta Natural” | pág. 111 |

Apresentação

Tecer uma rede é um trabalho que se aprende olhando com curiosidade e atenção para as mãos de quem habilmente entretece e ata os fios, enquanto a tela vai crescendo e tomando a forma desejada. Tecer uma rede é um método de trabalho que privilegia gestos e utensílios que unem, juntam e permitem o entretecimento e o encontro. Os fios unidos na rede tornam-se mais resistentes, sendo transformados pelo conjunto.

O presente texto é o desenvolvimento da edição de 2004, organizada por Stefano Volpicelli e publicada pela OIM Organização internacional para as Migrações, no âmbito do “Programa de Formação para Pessoal Religioso em Ações de Combate ao tráfico de pessoas”, realizado em colaboração com a Embaixada Norte-Americana junto da Santa Sé, e financiado pelo Governo norte-americano. Este trabalho contribuiu para a formação da Talitha Kum.

Nestes 11 anos, a Rede da Vida Consagrada contra o tráfico de pessoas cresceu e criou um grande movimento de religiosas, religiosos e leigos empenhados em favor da liberdade e da dignidade de cada pessoa. Atualmente, há 17 redes regionais em 70 países, nos 5 continentes.

Presentes em diversas realidades sociais e geográficas caracterizadas por situações de vulnerabilidade social, as religiosas fazem-se próximas, companheiras de viagem de cada pessoa que sofre. Durante muitos desses encontros, sustentadas pelas competências adquiridas, são capazes de reconhecer e de identificar pessoas em situação de tráfico. A vida comunitária e o cuidado da espiritualidade, que une a oração à reflexão sobre a realidade e a vida, são elementos que qualificam e distinguem a ação dos membros de Talitha Kum.

Stefano Volpicelli, ajudado pelas suas competências profissionais de formador e conhecedor do fenómeno do tráfico, unidas aos seus dotes pessoais de ouvinte atento, capaz de respeitar o seu interlocutor, valorizando-o, conseguiu recolher neste Manual de Formação de Talitha Kum elementos preciosos de continuidade e novidade, que refletem o caminho da rede mundial da vida consagrada contra o tráfico de pessoas. O conteúdo é enriquecido pela contribuição de algumas religiosas e colaboradores de Talitha Kum, e pela experiên-

cia partilhada em 30 cursos de formação, encontros locais, regionais e internacionais, nos quais o organizador do presente texto participou.

A segunda parte do Manual permanece aberta a diversos contributos das religiosas ativas no campo, que poderão assim partilhar a sua experiência, sugerindo ações preventivas e descrevendo modalidades e resultados de ações de apoio a pessoas vítimas de tráfico. Este manual constitui, portanto, um instrumento em aberto. É uma primeira e simples tentativa de escrita coletiva, valorizando a grande diversidade e pluralidade de Talitha Kum; um instrumento dinâmico e interativo, fundamental para continuarmos a tecer juntos a nossa rede, no combate ao tráfico de pessoas.

O Manual de Formação de Talitha Kum tornou-se possível graças ao contributo da Embaixada dos Estados Unidos junto da Santa Sé, que, desde há vários anos, promove e apoia Talitha Kum. ■

Introdução

Este manual foi pensado como um instrumento para religiosas já empenhadas, ou desejosas de se envolver, em intervenções de prevenção do tráfico de pessoas e/ou de assistência às suas vítimas.

O pessoal religioso encontra-se, com efeito, numa posição privilegiada para sensibilizar as comunidades em que vivem em relação à realidade do tráfico, promover intervenções de prevenção do fenómeno e de suporte e reintegração social das vítimas.

O tráfico é uma variante recente de um fenómeno antigo como a exploração do homem, que hoje se associa ao processo de globalização da economia mundial que redesenhou fronteiras e equilíbrios da geopolítica e, entre outras coisas, favoreceu o incremento dos fluxos migratórios. Fluxos esses, tanto voluntários como forçados; estes últimos, devido a conflitos armados ou a políticas de deslocação subsequentes a catástrofes ambientais naturais ou provocadas pelo homem.

Desejosos de melhorar a própria condição social e económica (ou a das suas famílias), ou constrangidos a fugir de lugares que se tornaram inóspitos e perigosos, centenas de milhares de homens e mulheres decidiram – ou foram levados a – deslocar-se do próprio lugar de residência para aproveitar oportunidades laborais no âmbito da construção civil, da agricultura, do artesanato e no setor dos serviços à pessoa, setores em crescimento em todas as áreas economicamente desenvolvidas do planeta (inclusive nos países outrora denominados “em vias de desenvolvimento”).

Muitas vezes as promessas não são mantidas. Em vez de encontrarem um emprego digno e economicamente satisfatório, muitas pessoas são constrangidas a submeter-se a práticas de exploração laboral e/ou sexual, com frequência em condições análogas à escravidão, impossibilitadas de se revoltarem devido à sua condição de assimetria jurídica e psicológica.

As pessoas vítimas de tráfico são obrigadas a reembolsar os traficantes para pagar a dívida contraída pelas despesas relativas à viagem, ao alojamento e ao posto de trabalho quando chegam ao seu destino. Muitos toleram estas difíceis condições para continuarem a esperar um futuro melhor, outros, simplesmente, para preservarem a vida.

A realidade obriga a reexaminar as políticas de desenvolvimento e a distribuição da riqueza entre as zonas ricas (inclusive nos países em vias de desenvolvimento) e as zonas pobres (presentes, inclusive, nos países desenvolvidos), em que as disparidades continuam a aumentar entre um número restrito de “quem tem” e a maioria de “quem não tem”. Em particular, é necessário encontrar uma forma de reconciliar os interesses económicos dos setores produtivos, demasiadas vezes baseados no uso de mão-de-obra a baixo custo para manter margens de lucro e competitividade, com os direitos e a dignidade de quem investiu a esperança do futuro na migração.

A sociedade civil respondeu com uma série de ações destinadas à diminuição do número de pessoas em risco de recrutamento pelo tráfico e das consequências – físicas e psicológicas – vividas por aqueles que estiveram envolvidos. Em muitas áreas geográficas, sobretudo de origem do fenómeno, as religiosas representam o único elemento em condições de dar continuidade às intervenções sociais. Reforçar a sua capacidade empática e espiritual com competências específicas para intervir no combate ao tráfico de pessoas, facilita a realização de ações eficazes e coordenadas com outros atores sociais.

Para manterem a sua eficácia, as intervenções devem ser constantemente monitorizadas e, se necessário, atualizadas ou modificadas para garantir que continuam a ser adequadas ao contexto. Por esse motivo, a formação dos agentes em campo contribui para incrementar a eficácia das próprias intervenções e ajuda as religiosas a não se exporem aos riscos psicológicos e físicos associados a este campo de ação particular.

O uso dos termos vítima potencial, vítima ou pessoa traficada e sobrevivente explica-se com as diversas fases do processo de tráfico: recrutamento, exploração e saída da exploração.

O uso do termo “pessoa assistida” em referência à vítima potencial, vítima e sobrevivente é utilizado no capítulo 5, focado na relação de ajuda.

Por fim, o termo “vítima” é utilizado por comodidade de síntese concetual, mas de nenhum modo atribui fragilidade ou inferioridade às pessoas envolvidas no tráfico de pessoas.

Como é óbvio, o uso desse termo é vivamente desaconselhado quando nos relacionamos com as pessoas que viveram a experiência do tráfico.■

Estructura do Manual

Este manual divide-se em duas partes:

- A primeira parte oferece um quadro fenomenológico e jurídico do tráfico de pessoas. Analisa, em particular, o cenário geopolítico e socio-económico que favoreceu a difusão de uma verdadeira patologia social, baseada em relações humanas assimétricas e distorcidas em que a exploração do homem voltou a ser uma prática partilhada e tolerada. Além disso, analisa de forma crítica o quadro jurídico predisposto pela comunidade internacional, pondo em destaque as suas incongruências e os seus pontos fracos, que até ao presente têm permitido aos traficantes escapar a penas severas, e impedido as vítimas de receber o justo reconhecimento da violação dos seus direitos.
- A segunda parte aborda o tema das intervenções de prevenção do fenómeno e da assistência às vítimas numa ótica de trabalho em rede. Esta seção propõe instrumentos, modelos e boas práticas de atuação, cuja eficácia já foi experimentada ao longo de dez anos de trabalho em campo pelas religiosas de todas as latitudes e em contextos culturais muito diferentes entre si. Detém-se, sobretudo, sobre o trabalho em rede, descrevendo o nascimento e a difusão da rede Talitha Kum, que hoje representa uma realidade atuante em todo o mundo.

Este manual não pretende ser exaustivo, mas tem por objetivo a partilha de uma visão holística, dinâmica e complexa do fenómeno do tráfico de pessoas. Visão essa que, segundo os autores, se transforma em linguagem partilhada para facilitar o intercâmbio de perceções e de instrumentos entre religiosas residentes em diversas áreas geográficas.

De modo particular, a segunda parte contém contributos estritamente teóricos, na consciência de que cada área geográfica tem as suas “leis” (usos e costumes, tradições, linguagens, etc.). Deixa-se, portanto, à criatividade das religiosas, a aplicação das sugestões que se referem às atividades de prevenção e assistência às vítimas.



PARTE I

Entender o tráfico de pessoas

1. Cenário

1.1 Mudanças geopolíticas que favoreceram o nascimento e a difusão do Tráfico de Pessoas

O tráfico de Pessoas, primeiro fenómeno social globalizado, é o processo através do qual uma pessoa é inicialmente persuadida a aceitar uma oferta de trabalho, de estudo, de viagem para um lugar distinto do de residência, sendo depois efetivamente transferida para esse lugar (embora não necessariamente para o lugar prometido) onde é submetida a práticas de exploração servil ou em condições análogas à escravidão.

Este fenómeno surgiu no princípio dos anos '90, e ainda que se manifeste quase contemporaneamente em cada área do planeta, torna-se objeto de observação atenta nos países desenvolvidos ocidentais (sobretudo europeus) quando milhares de raparigas provenientes da Europa de Leste, de África, da Ásia e da América Central e do Sul aparecem nos lugares dedicados ao exercício da prostituição, substituindo gradualmente as mulheres autóctones.

Nos mesmos anos, regista-se um aumento dos casos de exploração em campo laboral, especialmente nos setores produtivos da agricultura, da pequena manufactura e da construção, que envolvem pessoas estrangeiras de ambos os sexos, não necessariamente nem apenas nos países desenvolvidos.

Para além das condições de exploração, todas as pessoas intercetadas quer pelos operadores sociais quer pelas forças da ordem, apresentam duas características: serem estrangeiros e serem coagidos a desenvolver o seu trabalho contra a própria vontade, mediante o uso da força ou da chantagem.

Em finais do século XX, o tráfico torna-se um fenómeno planetário com características regionais¹, isto é, com diversas tipologias de recrutamento, transporte e exploração, que contribuem para enriquecer a literatura acerca do fenómeno do tráfico. Situação que continua a perdurar ainda hoje, com o número de pessoas envolvidas, adultos ou menores de ambos os sexos, a aumentar constantemente e, com eles, as diversas tipologias da exploração.

¹ Por exemplo, o tráfico de menores recrutados nalguns países da África ocidental através da instituição dos *marabut* e explorados na mendicidade.

A razão desta impressionante expansão de uma modalidade relacional patológica fundada na prevaricação, no abuso e na coerção, está ligada às transformações ocorridas no final da guerra fria e à consequente **crise de valores** que alterou profundamente atitudes e comportamentos das pessoas. Hoje são considerados aceitáveis, ou até mesmo legítimos, comportamentos anteriormente considerados desviantes.

Tentemos adiantar um rápido excursus sobre essas mudanças.

No decorrer de 45 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 1990, duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos da América, cada uma com os seus países aliados ou estrategicamente alinhados, desafiaram-se numa competição para demonstrar a própria supremacia em termos de bem-estar e segurança dos seus cidadãos. Esta "guerra" ideológica combatia-se precisamente na trincheira dos direitos dos residentes num ou noutro bloco enquanto cidadãos e trabalhadores e, seguramente, como se verá em seguida, as pessoas beneficiaram dela, apesar de em ambas as fações se tender a ignorar as injustiças ou os graves problemas sociais que as assaltavam.

A batalha fundamental girava em torno do conjunto de valores fundamentais que representa a "cola" com a qual se consolida a solidariedade entre as pessoas. Valores solidamente ancorados na esfera do ser da pessoa, na sua qualidade primordial de produtor, cujo estatuto social derivava da integridade demonstrada quer como indivíduos e membros da família, quer como cidadãos ativos nas suas comunidades, empenhados no desenvolvimento e melhoramento das condições de vida da comunidade.

Não é por acaso que, apesar de ser chamado guerra fria, esse período tenha representado talvez o ponto mais alto da produção intelectual em temas de direitos humanos, produção que culminou com a aprovação de duas Convenções internacionais - sobre os direitos Cíveis e Políticos (ICCPR) e sobre os direitos económicos, sociais e culturais (ICESCR) -, nascidas da experiência da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

A Leste, a retórica da igualdade universal, a Oeste a retórica dos direitos cíveis e da liberdade, forneciam a base ideológica para sustentar modelos económicos e sociais orientados para a modernização da sociedade e para o melhoramento da vida das pessoas tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos do primeiro e do segundo mundo², os direitos civis somavam-se a conquistas económicas e sociais; os programas de previdência social dos países aderentes ao bloco ocidental e as políticas de plena educação e pleno emprego nos países do bloco soviético contribuíam para equilibrar as inevitáveis desigualdades do sistema capitalista, de um lado, e comunista, do outro.

Os países do terceiro mundo beneficiavam de programas de investimento financeiro pelo fornecimento de tecnologia e de proteção militar em troca da exploração das matérias-primas.

Neste cenário, as pessoas, ainda que em muitos casos em condições de pobreza grave, podiam considerar-se agentes ativos empenhados no processo de modernização da sociedade à qual pertenciam, destinado a alcançar um regime de vida satisfatório e seguro.

Satisfatório porque o status de uma pessoa se avaliava segundo características ligadas ao ser: ser membro ativo e útil à própria comunidade, ser fiável e honesto (como marido/companheiro, filho/pai e na interação entre os membros da comunidade), o que garantia um bom grau de autoestima também àqueles que não podiam contar com grandes recursos económicos e financeiros.

Seguro porque, nesse período histórico, o indivíduo, mesmo quando se encontrava em condições de dificuldade económica, era protegido por sistemas de previdência social orientados para a manutenção de um nível de vida digno e para a rápida inserção na população ativa da comunidade, mantendo assim inalterado o sentido de pertença à sociedade. Outro elemento de segurança referia-se à segurança física do indivíduo, porque ambos os blocos constituíram alianças militares - o pacto de Varsóvia e a NATO - destinadas precisamente à manutenção da segurança nos territórios sobre os quais tinham influência. Ainda que a conflituosidade entre os dois blocos se manifestasse através de numerosos conflitos sangüinários e duradouros em zonas periféricas, como a Coreia, o Vietname e Cuba, às quais devemos somar o suporte dado por ambas as superpotências a diversos regimes em África, na Ásia e na América do Sul, para fazê-los entrar na própria esfera de influência (Nicarágua, Irão, Angola e Congo são apenas alguns dos países envolvidos nessa dinâmica), estes conflitos, geralmente ativos em áreas periféricas do país, jamais ameaçaram destruir completamente o tecido social do mesmo.

Outra consequência desse equilíbrio refere-se ao movimento das pes-

² Com a expressão "primeiro mundo" fazia-se referência ao bloco capitalista, com "segundo mundo" ao socialista.

soas; os fluxos migratórios internacionais eram, de facto, ordenados e, respeitando a predominante divisão geopolítica da época, as pessoas envolvidas em processos migratórios, os migrantes, deslocavam-se ao longo da rota sul-norte dentro dos limites dos dois blocos: com poucas exceções, migrantes provenientes de países em vias de desenvolvimento, na esfera de influência ocidental, migravam para a América do Norte, Europa e Oceânia; do mesmo modo, migrantes residentes em países de regime comunista, migravam para a União Soviética ou para outros países do pacto de Varsóvia.

No mesmo período, muitas áreas subdesenvolvidas do mundo são afetadas por grandes movimentos internos, sobretudo das zonas rurais para as cidades, devido à consolidação do setor industrial. Contudo, esses autênticos êxodos sucedem num contexto fortemente solidário, caracterizado pelo nascimento e difusão global de movimentos em prol do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Os 45 anos da divisão geopolítica e ideológica do mundo são, portanto, caracterizados por um processo de humanização forte e contínuo, onde o conflito de classes, orientado para uma melhor distribuição da riqueza, representa o *trait d'union* [traço de união] entre as diversas sociedades distribuídas pelos cinco continentes.

Estes dados não pretendem exaltar qualquer uma de tais ideologias, mas antes sublinhar como os valores (e com estes os constructos sociais, a visão do mundo, os objetivos e a identidade) de uma parte consistente da população mundial eram partilhados e alternativos aos da classe dirigente dessa época.

O cenário acima descrito muda radicalmente nos anos que vão de 1989 a 1994, quando colapsa a União Soviética e, com ela, todo o segundo mundo. Nos cinco anos subsequentes assiste-se a um inevitável reordenamento geopolítico e económico: alguns Países formados no final da Segunda Guerra Mundial são desmembrados; aumentam os movimentos separatistas de base étnica ou religiosa; conflitos armados pelo controlo dos recursos alimentam o movimento de pessoas vulneráveis.

Privado do modelo económico comunista, o mundo orienta-se para o modelo capitalista, que assume conotações globais e exasperadas: a globalização nasce em 1994 com o "Marrakech Agreement", que estabelece a Organização Mundial do Comércio (WTO), prevendo:

- A liberalização das trocas comerciais e financeiras, através do

desmantelamento das barreiras à livre circulação das mercadorias, dos produtos financeiros e das cadeias produtivas;

- A progressiva redução dos programas de previdência social e, mais geralmente, da intervenção estatal nas escolhas de política económica, vista como um travão à livre expressão do mercado;
- A aplicação de programas de reestruturação das balanças dos países devedores, que têm a obrigação de abrir a concorrência a empresas estrangeiras, eliminando as subvenções estatais às empresas autóctones.

Contrariamente às expectativas de uma melhoria das condições de vida de todos, a nova ordem económica mundial tem antes favorecido a desigualdade de rendimentos, incrementando a instabilidade económica e a desagregação social em muitas regiões, em particular naquelas áreas do terceiro mundo que beneficiavam anteriormente da assistência técnica e militar das superpotências.

Neste cenário, as pessoas encontram-se num estado generalizado de insegurança "ontológica", gerado pelas dimensões económica e conflitiva.

Económica: a taxa de desemprego aumentou quase por toda a parte, e um número cada vez maior de trabalhadores torna-se redundante, sem qualquer amortização social que proporcione um mínimo de proteção.

Conflitiva: ao lado dos conflitos armados tradicionais que requerem missões de paz, que passaram de 13, entre 1948 e 1988, a 74, de 1989 até hoje, multiplicam-se episódios de terrorismo à escala mundial.

O sentimento de insegurança passa por uma dura prova devido a outro fenómeno gerado pela globalização: o aumento da mobilidade humana. Os fluxos migratórios foram fortemente afetados pela mudança geopolítica. A mudança principal não é quantitativa, como poderia parecer à primeira vista: de facto, a percentagem de migrantes em relação à população mundial permaneceu quase igual – mantendo-se estavelmente nos 3%, nos últimos trinta anos. Mudaram os elementos qualitativos da migração. Devido à perda da segurança económica ou da incolumidade física, assiste-se a um aumento de mulheres e menores que perseguem um projeto migratório individual (no passado, estas categorias integravam-se em projetos de migração familiar). E há um incremento dos chamados fluxos mistos, de migrantes com diversas motivações e vulnerabili-

dades e necessitados de proteção.

A reação dos Estados a essa complexidade crescente de formas migratórias tem sido principalmente defensiva: nos últimos vinte anos, quer os países desenvolvidos quer os países em vias de desenvolvimento tornaram as suas políticas migratórias progressivamente mais rígidas. Tem-se revelado cada vez mais difícil para os aspirantes a migrante obter os documentos requisitados - passaporte, vistos de saída e de entrada, etc. - para se poderem deslocar legalmente.

O resultado é que hoje em dia, um número cada vez maior de pessoas, migrantes económicos ou requerentes de asilo, movem-se fora das normativas, na ausência de tutelas legais.

Todas essas transformações se repercutem, obviamente, nos indivíduos.

De repente, os valores dominantes que gerações inteiras de todos os países do mundo foram educadas a procurar, isto é, honestidade material e intelectual, lealdade, tolerância, fraternidade, solidariedade, civismo, educação, cortesia, valores que de facto correspondiam ao destino evolutivo do Homem enquanto tal, tornaram-se obsoletos e representam hoje uma verdadeira conduta anticonformista.

Hoje em dia, as pessoas – sobretudo os jovens -, são bombardeadas pelos meios de comunicação (tanto tradicionais como recentes), que promovem um estilo de vida homogéneo, baseado no consumo de objetos, ao qual se pressupõe que todos devam aspirar.

O valor de uma pessoa, mede-se hoje em termos materialistas e não éticos (Swadzba 2011, Yusuf 2008), sendo que o tipo de casa na qual vivo, o carro que guio, a roupa que visto e a quantidade de dinheiro de que disponho, descrevem melhor aquilo que sou enquanto indivíduo do que a minha honestidade nas relações, a minha fiabilidade como pessoa e a minha disponibilidade para com toda a comunidade. É aqui que se gera um perigoso curto-circuito, em que se contrapõem aqueles que “têm” e que, portanto, “são”, àqueles que “não têm” e que estão à procura de “ser” (ou, simplesmente, de existir).

Os primeiros procuram defender o seu estatuto, num mundo tornado repentinamente inseguro, do assalto dos segundos, vistos como um exército de desamparados, que chegam da periferia do mundo determinados a obter o seu direito à existência. Esse conflito parece aplicar ao presente o célebre provérbio latino *homo homini lupis*

(um homem é um lobo para outro homem) e torna tremendamente atuais as seguintes palavras:

“O homem não é uma criatura mansa, necessitada de amor, capaz quando muito de se defender quando é atacada; pelo contrário, é verdade que também se deve incluir no seu conjunto pulsional uma boa dose de agressividade. Por conseguinte, ele vê no próximo não somente um eventual auxiliador, mas também um objeto no qual talvez possa desafogar a própria agressividade, explorar a sua força laboral sem o recompensar, abusar sexualmente sem o seu consentimento, substituir-se a ele na posse dos seus bens, humilhá-lo, fazê-lo sofrer, torturá-lo e matá-lo” (Freud 1930).

Ao longo da história, os indivíduos oscilaram sempre entre dois comportamentos opostos: agir corretamente e generosamente ou explorar o outro sem piedade. Ao longo do tempo, porém, a expressão “desenvolvimento humano” sempre indicou a parábola que orientava os homens para valores, normas e comportamentos positivos.

A novidade da globalização é que, pela primeira vez, comportamentos antes considerados socialmente reprováveis (como a escravidão ou a exploração) já não são fortemente sancionados nem criticados pela maioria da sociedade. Pelo contrário, parece haver uma aceitação formal dos seguintes elementos patológicos:

1. A mudança de percepção do “outro”: numa competição, se o outro não é percebido como um aliado, representa um possível obstáculo no caminho da vitória (consecução do bem-estar).
2. O posicionamento das pessoas numa escala valorativa: as pessoas, hoje em dia, não são iguais, mas são valorizadas segundo o seu estatuto social. Isto é aquilo a que o Papa Francisco chama “relativismo prático”, que “compele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a tratá-la como um mero objeto, obrigando-a a trabalhos forçados ou reduzindo-a à escravidão por causa de uma dívida” (Papa Francisco 2015).
3. A aceitação da lógica da exploração por aqueles que “não têm”: hoje em dia, os explorados estão conscientes da sua condição, mas raramente se lamentam, porque estão “rendidos ao veredicto da sua inferioridade” (Baumann 2004), conscientes de que, para alcançar os próprios objetivos, devem sofrer as prevaricações daqueles que dispõem de meios para lhes permitir “ser”.

Segundo estas observações, a origem e a proliferação do tráfico devem ser procuradas precisamente nesta transformação profunda dos valores fundamentais da pessoa, que se estruturam numa nova

ética da prepotência, em que a exploração da vulnerabilidade e das assimetrias entre os indivíduos já não é considerada um comportamento patológico de poucos membros desviantes da sociedade, comportamento a condenar e extirpar, mas é socialmente aceite e partilhada. Aceite porque considerada instrumento legítimo para sobreviver num mundo repentinamente tornado conflitivo e inseguro; partilhada porque também os violentados aderem a esse modelo relacional e o sofrem conscientemente, e em muitos casos perpetuam-no quando se encontram em condições de poder fazê-lo.

Por conseguinte, o tráfico não se esgota (apenas) na questão do género (a prevaricação do género masculino sobre o feminino), em referência a sujeitos vulneráveis ou marginais (jovens mulheres migrantes ingénuas), como inicialmente foi enquadrada pelos operadores sociais e religiosos, políticos, juristas e forças da autoridade.

O tráfico de pessoas é muito mais do que isso: pode ser considerado o indicador, a prova de fogo das relações entre os seres humanos (quer de carácter civil, quer de carácter político, económico, cultural ou social) na era da globalização.

1.2 A dimensão e o processo do tráfico de pessoas

O fenómeno do tráfico pode ser considerado uma “adaptação” ao crescente desequilíbrio a nível macroeconómico que caracteriza o chamado processo de globalização económica. Por exemplo, as condições económicas nos países de origem, que determinam uma distribuição desigual da riqueza e uma diminuição das oportunidades laborais, acompanhadas por elevadas percentagens de desemprego, compelem os indivíduos a deslocar-se para áreas geográficas onde a procura de mão-de-obra é maior, quer dentro quer fora do próprio país.

Nesse contexto, criam-se os pressupostos para a exploração do imigrante em geral, e das mulheres em particular. A migração como único projeto concebível para um futuro melhor reduz também o limiar de vigilância frente a eventuais perigos.

Os traficantes, conscientes tanto das oportunidades de trabalho nas áreas desenvolvidas como da situação social nas áreas economicamente desfavorecidas, respondem à necessidade de força laboral recorrendo à fonte inexaurível de “braços” disponíveis no mundo.

A natureza camaleónica do fenómeno é tal que não permite estima-

tivas precisas da sua amplitude. Os casos de tráfico confundem-se e sobrepõem os migrantes clandestinos ou traficados, os trabalhadores estrangeiros ocupados em condições paraesclavagistas, as mulheres envolvidas no mercado do sexo ou sujeitas a casamentos de conveniência, e a lista poderia prosseguir; por trás de cada uma destas figuras pode ocultar-se uma vítima de tráfico. O certo é que o tráfico é um fenómeno global que tende a adaptar-se às respostas das instituições e da sociedade civil e que não se consegue quantificar.

Citar as estatísticas é uma operação supérflua, porque elas variam segundo a perspetiva das instituições que as emitem. Assim, a OIM fará as suas estimativas acerca da população migrante, a UNHCR, acerca da população de refugiados, a UNICEF, acerca da percentagem dos menores envolvidos, e o OIL, acerca dos casos de exploração laboral.

O exercício de traçar as rotas do tráfico também perdeu o interesse com o passar do tempo. O motivo principal reside no facto de que, com o tempo, os perfis das vítimas multiplicaram-se, e no mesmo lugar de exploração aparecem pessoas provenientes de diversos lugares, frequentemente dentro do próprio País.

As modalidades de recrutamento habitualmente observadas incluem:

- anúncios económicos, falsas ofertas de trabalho em agências de trabalho temporário;
- ofertas de trabalho ou estudo enviadas por amigos, conhecidos, familiares;
- rapto (recrutamento coercivo);
- abuso de autoridade (entrega dos próprios filhos a outros indivíduos por parte dos pais);

Ainda que os quatro modelos acima mencionados sejam comuns um pouco por toda a parte, cada país desenvolveu uma tipologia própria que poderíamos definir como "redundante"; a reiteração baseia-se na habilidade persuasiva dos traficantes e nas redes por eles desenvolvidas.

Em muitos países, a ameaça do tráfico esconde-se atrás de anúncios económicos de agências de emprego. Por vezes as agências são cúmplices, outras vezes são falsas, outras vezes desconhecem o que se passa. Os anúncios são absolutamente credíveis, atraem

as potenciais vítimas com promessas de emprego como empregada de mesa em restaurantes, como trabalhadores sazonais, consoante as necessidades, em localidades turísticas europeias (mas não só), enfermeira, baby-sitter, empregada doméstica e outros semelhantes. A fraude é descoberta no destino, quando é demasiado tarde para pedir ajuda.

Noutros países, o recrutamento é feito pessoalmente, através de amigos da família ou parentes. O engano esconde-se por detrás de uma oferta aliciante (de estudo ou trabalho) e o facto de que provinha de um familiar deixa todos tranquilos, tanto os filhos como os pais. Nem sempre o angariador conhece as condições que esperam a potencial vítima, mas está consciente da fraude.

O quadro das propostas é vasto; já vimos acima algumas delas, e a lista completa é a seguinte (por ordem de frequência):

Para ambos os sexos:

- trabalho;
- estudo.

Para o género feminino:

- entretenimento (bailarinas, acompanhantes);
- acompanhamento em viagens de negócios;
- casamento.

Assim que chegam aos países de destino, as vítimas são exploradas tal como se segue (a ordem de frequência varia consoante a zona geográfica):

Para ambos os sexos:

- trabalho agrícola, industrial ou doméstico;
- mendicidade;
- pequenas atividades criminosas (furtos, carteirismo, venda de substâncias estupefacientes, etc.).

Para o género feminino:

- Exploração sexual e práticas semelhantes;
- Cuidadora;

- enfermeira;
- empregada de mesa.

1.3 O tráfico e a relação entre os géneros

Nos Países desenvolvidos, a diminuição das garantias dos trabalhadores, a par do contínuo declínio das medidas de proteção social, afetou o processo de emancipação feminina. Desde o princípio dos anos '70, as mulheres passaram a representar uma boa percentagem da mão-de-obra global. Apesar disso, um tratamento económico inferior ao dos homens e elevadas percentagens de desemprego (entre aquelas que querem inserir-se no mercado de trabalho) mantêm as mulheres em condições de pobreza: de facto, elas representam 60% da mão-de-obra não qualificada no mundo.

O ingresso da componente feminina no mercado de trabalho ocidental provocou uma alteração nos equilíbrios familiares e sociais: tradicionalmente ocupada com o trabalho doméstico e com o cuidado dos sujeitos mais vulneráveis e necessitados - crianças, idosos, doentes - a mulher é forçada a reduzir o tempo destinado ao cuidado dos aspetos logísticos e relacionais da família. Em consequência disso, criou-se um novo fator de atração: a procura de mão-de-obra para substituir as mulheres ocidentais nos trabalhos domésticos e nos cuidados pessoais. É um novo setor, que atrai uma percentagem cada vez maior de mulheres, frequentemente forçadas a deixar as próprias famílias e os próprios filhos ao cuidado de familiares ou amigos³. Consequências desta expoliação afetiva são um enfraquecimento do tecido social e o colapso das instituições familiares nas zonas pobres do planeta.

No passado, o varão imigrado ocupava os trabalhos considerados "degradantes" nas diversas linhas de produção ocidentais (da fábrica à construção, do setor dos transportes à agricultura). Nos dias de hoje, no mundo globalizado, as mulheres imigradas são colocadas em determinados postos laborais, substituindo as mulheres ocidentais. Assim, a aldeia global tornou-se ainda mais pequena e, inclusive a nível individual, a interdependência entre as pessoas de diversas proveniências e culturas nota-se claramente. As antigas

³ Cfr. Rhacel Salazar Parrenas, "Human Sacrifices. What happens when women migrate and leave family behind?" in *The women's review of books*, núm. 19:5, Fev. 2002, p. 16.

recordações de crianças atendidas pelos avós, “tias” e amigos (que agora, na sua maioria, também trabalham) foram substituídas pelas hodiernas “cuidadoras” estrangeiras.

Obstáculos no caminho da emancipação

O crescimento exponencial das mulheres dentro da força de trabalho não se traduziu numa melhoria real das suas condições socioeconómicas. As consequências dessas mudanças nas relações dos casais, tanto nos países ricos como nos pobres, são devastadoras. Nos países de origem, as mulheres têm de substituir o homem na responsabilidade de garantir o sustento de toda a família. O papel e a identidade masculinos, numa palavra, a sua virilidade, recebem um duro golpe. Assistiu-se assim a um aumento dos casos de abusos e violência entre as paredes domésticas, talvez como expressão distorcida da própria autoridade.

É apenas uma hipótese, mas o homem recorreu desde sempre à exploração e à violência para afirmar a sua masculinidade. Assim, o tráfico pode ser visto como uma modalidade para afirmar a primazia do género masculino sobre o feminino.

A relação entre os géneros está a mudar em todo o mundo. Estereótipos antigos atribuem à mulher a responsabilidade pelo cuidado da família, enquanto a realidade as empurra, por necessidade ou por vontade, a entrar no mercado de trabalho.

As práticas culturais modificam-se mais lentamente do que a realidade económica, a qual constrange muitas mulheres a trabalhar, e assim não se deu uma redistribuição do trabalho doméstico entre os géneros. Por conseguinte, devido a esse desequilíbrio, tanto nas zonas ricas como nas zonas pobres do planeta, o trabalho das mulheres está normalmente associado a um agravamento das condições de vida de toda a família, apesar da melhoria das condições económicas.

Trata-se apenas de uma hipótese, mas o aumento da procura de serviços sexuais pagos talvez se deva à busca de uma relação assimétrica, em que o homem ainda pode ser dominador e regular/gestionar a relação (mesmo que através da transação económica). Nesse caso, a mulher imigrada provê à satisfação de uma terceira forma de “assistência”, a par da sanitária e da social: a assistência sexual.

1.4 Elementos de vulnerabilidade das vítimas e variabilidade dos traficantes

A vítima de tráfico diferencia-se dos outros milhões de pessoas exploradas pelo facto de se encontrar nessa condição contra a sua própria vontade. Essa condição deve-se a uma combinação de elementos de vulnerabilidade objetiva e subjetiva que não podem nem devem ser automaticamente referidas a "categorias" de pessoas, mas exclusivamente a condições individuais.

Tem-se frequentemente a tentação de considerar a vítima de tráfico como proveniente de contextos pobres ou desfavorecidos económica ou afetivamente, mas a observação da realidade do fenómeno do tráfico fala de algo completamente diferente. Nas dinâmicas de exploração caem pessoas ingénuas e astutas, ignorantes ou competentes: não há um fator discriminatório.

Não é possível entrar em simplificações quando se observa que entre as vítimas de tráfico se encontram:

operários qualificados enviados para o deserto, para trabalhar nos poços petrolíferos, por uma agência de trabalho temporário;

senhoras com relações familiares satisfatórias, que, após terem criado os seus filhos, desejam retomar a vida ativa, reinventando um futuro profissional como colaboradoras familiares ou assistentes de pessoas idosas;

raparigas cuja única "culpa" reside no facto de terem acreditado em propostas laborais ou sentimentais;

menores curiosos por pôr à prova as suas capacidades "adultas", e centenas de outras histórias e situações, cada uma com os seus elementos de unicidade.

Dizemos isto porque, no passado, se observava com frequência a tendência para agrupar as vítimas de tráfico em grandes categorias, cada uma com um grau diverso de "responsabilidade" pessoal, medindo-se também o grau de vulnerabilidade consoante a proveniência geográfica. Distingua-se ainda a vítima "inocente" da vítima que "procurava esta situação".

Essa classificação é compreensível porque, de um ponto de vista psicológico, é difícil aceitar que haja assim tantas situações de exploração e tantos perfis, que desmintam, com o seu testemunho, a tranquilizadora raiz problemática do fenómeno.

Isto porque, se as vítimas de tráfico têm traços individuais diversi-

ficados e não necessariamente pertencentes a pessoas em condições de exclusão e marginalização social, então a sensação de estar perante um problema gigantesco, que a TODOS diz respeito, pode tornar-se frustrante.

O mesmo se deve dizer dos traficantes: a experiência ensina que os traficantes, os exploradores, não são apenas pessoas malvadas, tornadas assim por terem sido vítimas de traumas ao longo da sua existência. A maior parte dos traficantes são pessoas normalíssimas, com competências e papéis de gestão e de direção laboral e com capacidades logísticas, frequentemente não ligadas a qualquer grupo criminal. Há certamente também aqueles que pertencem à categoria dos criminosos patológicos, mas não devemos deixar-nos influenciar por isso.

Ao invés, é importante abrimos bem os olhos e não nos deixarmos enganar por simplificações fáceis.

1.5 O nó da identificação das vítimas

O tráfico é um fenómeno em contínua evolução, jamais nos cansaremos de repeti-lo, e não há apenas uma modalidade de organização do tráfico. O *modus operandi* das organizações criminosas, as rotas de deslocação e as diversas formas de exploração, variam, como já vimos, consoante o contexto local e o contexto de cada situação singular; variam, além disso, consoante as ações de combate ao tráfico desenvolvidas na área geográfica correspondente. Assim, as estratégias dos traficantes moldam-se às políticas que os combatem.

Ainda que muitos dos abusos perpetrados contra uma pessoa durante a experiência do tráfico possam ser considerados desde logo como violações das leis nacionais ou internacionais (como a utilização de documentos falsos, a facilitação da entrada irregular num país, a mendicidade, a exploração laboral e/ou sexual, etc.), é a combinação com outros elementos – o enganar e o transferir a vítima para áreas distantes da sua residência – que permite considerar o tráfico um crime em si mesmo, distinto das prevaricações individuais.

Ao mesmo tempo, é precisamente esta natureza “compósita” do tráfico que o torna tão difícil de intercepar, pois pode ser facilmente mal entendido ou confundido com outras situações criminosas, como a imigração irregular, o acolhimento de migrantes irregulares,

o emprego irregular, abusos sexuais, violências sexuais, casamentos combinados e outros delitos menores, como pequenos furtos, carteirismo, mendicidade, etc.

Estereótipos e preconceitos que ao longo do tempo têm acompanhado o tráfico (sobretudo porque instantaneamente associado à prostituição, como veremos no capítulo 2) continuam a levantar obstáculos à correta e ágil identificação das vítimas e, por conseguinte, à sua proteção e assistência. Além disso, é muito frequente as vítimas do tráfico serem confundidas - e tratadas - como cúmplices dos traficantes. Essa falta de identificação favorece a impunidade dos traficantes/exploradores, permitindo que as organizações criminosas prosperem.

Sem uma análise atenta das violações sofridas por uma pessoa e a consequente suspensão dos estereótipos e preconceitos, o tráfico torna-se legalmente impossível de distinguir das outras actividades criminosas acima enumeradas. A razão pela qual é tão difícil identificar com certeza uma vítima de tráfico, é que o tráfico não existe por si mesmo, mas manifesta-se sempre através de outras formas criminosas!

Além disso, devemos sublinhar, mais uma vez, que o tráfico se desenvolve segundo um processo decomposto em várias fases, que se manifesta apenas no lugar onde a pessoa é explorada. Por esse motivo, só a pessoa conhece a sua história; o papel da religiosa consiste, portanto, em vencer relutâncias e desconfianças, e em chegar à plena consciência da situação, mediante as técnicas que serão descritas na segunda parte do presente manual.

1.6 O tráfico nas zonas de conflito

Uma das consequências da globalização está ligada ao aumento do número de conflitos armados que enchem de sangue diversas áreas do planeta. Tais situações representam um terreno extremamente fértil para o tráfico de pessoas, uma vez que um teatro de guerra - onde, notoriamente, as instituições foram suprimidas e o estado de direito fortemente afetado - é o lugar ideal para tráficos ilícitos ou irregulares por parte das organizações criminosas.

Podemos afirmar, portanto, que uma zona de guerra, sobretudo depois da estabilização do conflito e da entrada das forças de paz, é um lugar onde o tráfico é endêmico! Porque se trata de um lu-

gar onde é fácil tanto recrutar futuras vítimas, pessoas que querem abandonar aquela zona por razões de segurança, como explorar pessoas vitimizadas noutra área geográfica, atraídas pelas oportunidades económicas, sobretudo quando há a necessidade de reconstruir o que foi destruído durante a fase mais violenta do conflito armado. Uma zona de conflito pode ser ao mesmo tempo terreno de recrutamento, de trânsito e de exploração das vítimas de tráfico. Mais especificamente, os traficantes podem retirar vantagens das seguintes situações:

Área de conflito como local de exploração: a reconstrução das zonas danificadas durante o conflito e os serviços em favor das forças de intervenção militares e civis internacionais necessitam de mão-de-obra suplementar não disponível no local (tais como operários de construção especializados, empregados de mesa, empregados domésticos, mas também pessoal para os locais destinados ao entretenimento durante os tempos livres);

Área de conflito como local de trânsito: dadas as características de uma zona de crise, a área de conflito torna-se um lugar perfeito para armazenar mercadorias ilícitas, entre as quais também homens e mulheres destinados a outras zonas geográficas (sem esquecer que, em muitos casos, as áreas de conflito foram usadas como locais de “formação” para jovens mulheres destinadas ao mercado do sexo em lugares economicamente desenvolvidos);

Área de conflito como local de origem: a população local deseja de deixar a zona de crise para se subtrair à violência ou para recomeçar a vida noutra lugar pode receber os “serviços” dos traficantes, disponíveis para facilitar a sua mobilidade.

Num tal contexto, legalidade e ilegalidade podem assumir contornos muito ténues: uma atividade aparentemente legal, como a reconstrução de um edifício, pode ocultar a exploração de mão-de-obra estrangeira (portanto facilmente alvo de chantagem); outro exemplo será um local noturno frequentado por soldados das forças de paz, onde raparigas sob o controlo de uma organização criminosa poderão “trabalhar” como entertainers. ■

2. Quadro Jurídico

2.1 A definição de Tráfico de Pessoas segundo o Protocolo de Palermo: breve introdução e gênese

É neste cenário complexo e dinâmico, onde aumenta a iníqua distribuição de riqueza entre países e no interior destes, onde milhões de pessoas se encontram da noite para o dia sem emprego, que surge o tráfico. Inicialmente, até meados dos anos '90, este fenômeno foi corretamente identificado como um problema ligado à deslocação irregular de pessoas em busca de futuro longe da sua residência (Laczko 2002). Nos princípios dos anos '90 notam-se casos cada vez mais numerosos de trabalhadores migrantes em situações de coerção – trabalho forçado⁴, escravatura ou condições similares – sobretudo nas minas, fábricas exploradoras [sweatshops], agricultura, e na indústria do sexo em sentido amplo. Este último campo, apanágio feminino sobretudo, e com presença de menores de ambos os sexos, atrai as maiores atenções por parte da comunidade internacional.

A atribuição das causas do tráfico às questões de género inicia-se em 1995, quando, durante os trabalhos da Quarta Conferência Mundial das Mulheres, é aprovado pela Beijing Platform for Action o apelo para a supressão efetiva do tráfico de mulheres e raparigas com objetivos sexuais (Nações Unidas, 1995).

O tráfico torna-se deste modo um assunto de mulheres, que discutem sobre as formas de exploração sofridas por mulheres (e menores).

Em 1998, sob recomendação da Comissão para a Prevenção da Criminalidade e da Justiça Criminal e do Conselho Social, a Assembleia Geral nomeia um comité intergovernamental ad hoc encarregado de elaborar um primeiro esboço da Convenção Internacional contra a Criminalidade Organizada Transnacional e dos três protocolos suplementares a ela associados (Resolução da Assembleia Geral 53/111, 9 Dezembro 1998). Neste Comité enfrentam-se dois lobbies com duas visões diferentes do "trabalho sexual":

- a Coalition Against Trafficking in Women International (CATW,

⁴ O trabalho forçado ou obrigatório é definido como "qualquer trabalho ou serviço extorquido a uma pessoa sob ameaça de uma punição e para o qual essa pessoa não se ofereceu espontaneamente" (art. 2, parágrafo 1 da convenção OIL n. 29 de 1930).

Coligação contra o tráfico de mulheres), juntamente com os grupos Movement for the Abolition of Pornography and Prostitution (MAPP, Movimento para a abolição da pornografia e da prostituição), European Women’s Lobby (EWL, Lobby Feminino Europeu), Association des Femmes de l’Europe Meridionale (AFEM, Associação das mulheres da Europa Meridional), Article One de França e Equality Now dos Estados Unidos de um lado e

- o Human Rights Caucus, do qual faziam parte: International Human Rights Law Group (IHRIG, dos EUA), Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW, da Tailândia), Foundation Against Trafficking in Women (STV, da Holanda), Asian Women’s Human Rights Council (AWHRC, das Filipinas e da Índia), La Strada (da Polónia, Ucrânia e República Checa), Fundación Esperanza (da Colômbia, Holanda e Espanha), Ban-Ying (da Alemanha), Foundation for Women (da Tailândia), KOK-NGO Network Against Trafficking in Women (da Alemanha), Women’s Consortium of Nigeria, Women, Law and Development in Africa (Nigéria)

que tiveram um papel fundamental na evolução do protocolo dedicado ao tráfico⁵.

Dada a natureza das organizações envolvidas, a discussão concentrou-se prevalentemente na realidade da prostituição, retomando assim o debate iniciado com a Convenção das nações Unidas para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição, adotada em 1949 e que entrou em vigor em 1951 (ratificada, porém, por apenas 66 Países).

A questão do tráfico era vista pelos abolicionistas da prostituição como uma nova possibilidade para retomar uma campanha internacional que a declarasse ilegal.

O resultado é a definição contida no Protocolo das Nações Unidas acerca da prevenção, supressão e perseguição do tráfico de seres humanos, de modo particular de mulheres e crianças (conhecido também como o protocolo acerca do tráfico de seres humanos ou

⁵ Trata-se de um dos três Protocolos de Palermo (os outros são o Protocolo contra o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e o Protocolo sobre a luta contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas partes, componentes e munições), adoptados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Palermo no ano 2000, no âmbito da Convenção contra a criminalidade organizada transnacional.

Protocolo UN TIP), segundo a qual com o termo tráfico se indica:

O recrutamento, transporte, transferência, hospedagem ou acolhimento de pessoas, através da ameaça ou do uso da força ou de outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, ou através da oferta ou recebimento de somas de dinheiro ou de vantagens, para obter o consento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, com o objetivo de explorá-la. Isto compreende, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem e outras formas de exploração sexual, o trabalho ou os serviços forçados, a escravatura ou práticas análogas, o cativoiro ou a extração de órgãos... O consentimento da vítima de tráfico de pessoas quanto à exploração em causa é irrelevante para qualquer dos meios utilizados [de entre os referidos acima].

Remetendo para o próximo parágrafo as considerações de carácter legal acerca da confusão causada por tal definição, o que sublinhamos é que as outras dimensões do tráfico, tais como a exploração laboral de homens e mulheres, embora evocadas, ficam muito no fundo. Impôs-se, na narração do tráfico, uma construção fortemente estereotipada dos papéis feminino e masculino, onde o primeiro é, inevitavelmente, o de vítima e o segundo, o de criminoso (Andrijasevic 2007).

A estereotipização dos protagonistas envolvidos favorece uma dupla discriminação: em relação às mulheres exploradas no âmbito doméstico, e aos homens submetidos a formas de exploração sobretudo nos sectores informais da economia, que estão sujeitos a fortes pressões em direção à desregulamentação.

Com efeito, desde então as ações de combate ao tráfico têm-se conjugado no feminino, e pouco ou nada se faz quanto aos supracitados sectores. A maior parte dos fundos foi destinada, em igual medida, à proteção e acolhimento das vítimas do tráfico com finalidades de exploração sexual, e a programas de sensibilização dos funcionários governamentais e policiais.

Se bem que pouco ou nada se conheça do impacto destes projetos,

que custaram vários milhares de dólares⁶, a realidade da exploração de mão-de-obra masculina e feminina, adulta ou infantil, continuou a crescer⁷, favorecida pelos processos de desregulamentação, típicos da globalização, referidos no parágrafo anterior.

Apesar de decorridos 15 anos desde a assinatura do Protocolo, e 11 desde a sua entrada em vigor⁸, todos os esforços de prevenção, perseguição aos traficantes e proteção das vítimas têm sido vãos, e o número de vítimas não só não diminuiu como cresceu exponencialmente ao longo dos anos. Isso deve certamente a um instrumento jurídico, o protocolo, que persegue o processo de recrutamento, transporte e alojamento das pessoas e não define suficientemente a exploração (considerando-a, além do mais, como apenas uma finalidade).

⁶ Uma tentativa de monitorização dos fundos destinados a intervenções de prevenção, acompanhamento ou assistência às vítimas está disponível em «Global funding information sheet», in *Antitrafficking Review*, de Julho de 2014.

⁷ Cfr. as cifras ILO e USTIP.

⁸ O Protocolo entrou efectivamente em vigor a 25 de Dezembro de 2003.

2.2 Análise do texto do Protocolo e demonstração dos seus aspetos críticos

Os numerosos aspetos críticos contidos no Protocolo começam no seu título: Protocolo para prevenir, suprimir e punir o Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças. Colocando o acento sobre os principais alvos dos traficantes – mulheres e crianças – reflete o objeto da negociação: o tráfico inclui também homens ou refere-se somente às mulheres (adultas e menores)?

Passando à definição, vale a pena observar os seguintes aspetos:

- *O actus reus* (caso concreto), a substância do crime. Uma leitura atenta do texto leva à conclusão de que as atividades consideradas fora da lei, e, portanto, a ser perseguidas, são o recrutamento, o transporte, a transferência, a hospedagem ou o acolhimento de pessoas.

Estas atividades, lícitas por si mesmas, tornam-se ilícitas quando são realizadas contra a vontade dos indivíduos. Logo, a definição não coloca a exploração no centro do problema “tráfico”. Trabalho forçado, escavatura ou servidão (que são as modalidades de exploração da pessoa) não constituem a substância do crime, aquilo que é errado e é, portanto, perseguido no fenómeno do tráfico. A exploração permanece antes por detrás de outras atividades.

O foco principal da definição está, de facto, centrado nas ações preparatórias, desenvolvidas sem o consentimento da futura vítima, e que são realizadas com a intenção de explorar a pessoa. Estas atividades referem-se ao movimento migratório de uma pessoa de um lugar para outro (recrutamento, transporte, transferência, hospedagem ou acolhimento), e em particular a uma migração que preveja a passagem de uma ou mais fronteiras⁹. Neste caso, os interesses do grupo abolicionista de apoio, que queria definir o tráfico segundo a natureza ilícita do “trabalho” da prostituição, e os interesses dos Estados que queriam pôr barreiras à migração, caracterizaram a substância do comportamento criminal como “movimento migratório não consentido”.

⁹ É importante recordar que, no início das negociações, o tráfico era considerado apenas como um fenómeno transnacional. Mais tarde, também o tráfico interno foi inserido na definição. Cfr. A. Gallagher, «Human Rights and Human Trafficking: Quagmire or Firm Ground? A Response to James Hathaway», in *Virginia Journal of International Law*, 2009, http://www.prostitutionresearch.info/pdfs_all/trafficking%20all/HUMAN_RIGHTS_AND_HUMAN%20TRAFFICKING2009.pdf

Isso não nos deve admirar, é uma praxis já conhecida.

Já em 1912, a Grécia combatia o “tráfico de brancas”, impedindo por lei as mulheres menores de 21 anos de viajar sem uma autorização especial¹⁰ (por outro lado, nalguns países, como o Paquistão, tal medida é ainda aplicada).

- *A finalidade do tráfico.* Surgiu uma discussão de carácter altamente emotivo acerca do objetivo do tráfico, e em particular acerca da inclusão da “exploração da prostituição de outrem” e da “exploração sexual” entre as finalidades da catividade criminosa – o movimento não consentido – definido como tráfico.

Estes termos não somente são imprecisos, como também mal definidos e remetem às palavras da *Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outros de 1949* que, mesmo não tendo entrado em vigor, incluía na sua definição seja a prostituição voluntária que a involuntária. Esta inclusão previa o consentimento da parte de indivíduos adultos a prestar serviços sexuais.

A proposta de concentrar a atenção sobre o trabalho forçado ou sob coerção e sobre a servidão, que inclui também a prestação coerciva de serviços sexuais, sustentada pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos, pelo Relatório Especial sobre a Violência sobre as Mulheres, pela Organização Internacional do Trabalho e pelos Países que adotam políticas de regulamentação e descriminalização da prostituição como Alemanha e Holanda, foi recusada.

Um acordo foi alcançado, incluindo na definição os dois termos mencionados, acrescentando a seguinte nota de interpretação: “os trabalhos preparatórios deveriam indicar que o Protocolo se refere à exploração da prostituição de outrem e a outras formas de exploração sexual, somente no contexto do tráfico de pessoas.

Os termos “exploração da prostituição de outrem” ou “outras formas de exploração sexual” não são definidos no Protocolo, que não contém preconceitos sobre modalidades de regulamentar a prostituição por parte dos Estados Membros, nas respec-

¹⁰ J. Doezema, Who gets to choose? Coercion, consent and the UN Trafficking Protocol, Gender and Development, Vol. 10, 2002.

tivas leis”.

- *O problema do consentimento.* A definição do objetivo do tráfico – exploração como intenção final do movimento não consentido – é complicada ulteriormente pelo subparágrafo (b), onde o problema do consentimento é invocado novamente, pela segunda vez no artigo.

(b) o consentimento de uma vítima do tráfico de pessoas quanto à exploração mencionada na letra a) do presente artigo é irrelevante nos casos em que qualquer dos meios compreendidos na letra a) tenha sido utilizado;

Sublinha-se como o consentimento da pessoa é irrelevante onde os métodos coercivos utilizados para deslocar a potencial vítima são utilizados para explorá-la, uma vez que o crime é finalmente consumado, e a pessoa traficada pode ser identificada como vítima de facto, isto é, como uma pessoa constrangida a sofrer práticas exploratórias.

O subparágrafo (b) sublinha que a exploração deve ser imposta através de métodos coercivos.

Consequentemente, segundo a definição, a ausência do consentimento deve ser provada em dois momentos diferentes: quando a vítima potencial é transferida, e quando a mesma é submetida à exploração, obviamente após a deslocação¹¹.

¹¹ Ainda que em muitos casos a exploração comece já durante a deslocação.

2.3 Consequências dos aspetos críticos do Protocolo

A formulação da definição e os seus aspetos críticos já mencionados têm consequências na prossecução dos objetivos do Protocolo: prevenir e combater o tráfico, perseguindo os traficantes; proteger e assistir as vítimas após a sua identificação; e promover a cooperação entre os Estados, promovendo a colaboração entre as Instituições apropriadas.

O chamado método dos 4 “pês”: Perseguição, Prevenção, Proteção e Parcerias (na verdade, originariamente o protocolo só compreendia os três primeiros “pês”; de seguida, por iniciativa dos Estados Unidos, inseriu-se o quarto “pê”, para favorecer ações concertadas entre os países na perseguição ao tráfico).

Tratando-se de um instrumento de justiça criminal que completa a Convenção das Nações Unidas acerca da Criminalidade Organizada Transnacional, o objetivo primário do protocolo é o de perseguir o tráfico enquanto forma de criminalidade transnacional. É legítimo, portanto, perguntar qual é o objeto a perseguir, qual o comportamento criminal a combater.

Na literatura, a exploração é o elemento que distingue o tráfico do contrabando de migrantes, e, segundo uma análise rigorosa do texto da definição, é difícil sustentar que a exploração seja o elemento a combater.

Uma definição assim tão nebulosa, redigida de acordo com múltiplos interesses e visões contrastantes, deixa demasiado espaço a interpretações divergentes. Notamos sobretudo que, sendo as atividades criminosas as relativas ao movimento não consentido, o ónus da prova compete à vítima. É sua responsabilidade provar que o recrutamento e a viagem deram-se em consequência do engano ou através do uso da força.

Porém, é também responsabilidade da vítima provar que as condições de trabalho – finalidade do movimento não consensual – eram equiparadas a condições de exploração contra a própria vontade, como se o consentimento do indivíduo quanto a práticas de exploração legitimasse tais práticas!¹²

Numa tal confusão, é deveras fácil que uma vítima seja confundida com o perpetrador do crime, ou seja pelo menos considerada cúmpli-

¹² Cfr. G. Yun, *Concealed Chains: Labour exploitation and Chinese migrants in Europe*, ILO • ISBN 978-92-2-121993-4.

ce dos traficantes.

Pelo que concerne ao segundo objetivo do Protocolo, a Prevenção, 4 dos 5 artigos (art. 9 a 13) dedicados a este tema, fazem referência a medidas de controlo da migração. É evidente que isto está em linha com tudo o que acima se disse relativamente ao foco da definição do tráfico estar posto no movimento não consentido das pessoas. Outros aspetos relativos à prevenção que não a exercida pelo controlo da migração e das fronteiras estão incluídos no art. 9.

Depois de ter mencionado a importância das campanhas de informação e da investigação, o artigo faz referência aos fatores que tornam uma pessoa vulnerável ao tráfico – pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade – os quais devem ser resolvidos com iniciativas económicas e sociais. Uma abordagem demasiado simplista, que infelizmente nada diz acerca do impacto devastador das políticas restritivas à migração, essas sim, uma causa fundante do tráfico.

As partes do Protocolo que se referem à assistência e proteção das pessoas traficadas, que deveriam ser as partes fundamentais de um instrumento definido de defesa dos direitos humanos, são particularmente fonte de desilusão.

Enquanto o Protocolo contém fortes indicações de carácter policial, as poucas medidas de proteção e assistência são totalmente discricionárias para os países membros. Ainda que muitos países reconheçam o valor das vítimas como testemunhas, e forneçam medidas de proteção durante o processo, não se impede de manter a possibilidade de deportá-las após o final do processo, ou de inquiri-las quanto aos eventuais atos ilícitos cometidos como consequência das condições de exploração.

Paradoxalmente, enquanto o Protocolo acerca do Tráfico de migrantes contém uma cláusula clara de impunidade dos migrantes traficados (art.5), uma cláusula semelhante não está incluída no Protocolo acerca do Tráfico de pessoas¹³.

É natural e coerente o facto de as Parcerias no âmbito do tráfico serem construídas principalmente entre as autoridades fronteiriças e os operadores da justiça criminal, excluindo frequentemente as Instituições que se ocupam das políticas de trabalho e condições laborais.

Quanto foi acima exposto não testemunha certamente a favor do Protocolo. De resto, vários anos depois da sua introdução, pouco ou

¹³ Isto é, o Protocolo de Palermo que o autor está a analisar, comparando-o neste parágrafo com o Protocolo das Nações Unidas acerca do Tráfico ilícito de migrantes por via terrestre, marítima e aérea [N.T].

nada mudou no panorama das ações de combate a este fenómeno na proteção das vítimas. Os aspetos críticos devem, provavelmente, ser considerados com boa-fé, como filhos de um momento histórico de grande confusão, onde as dinâmicas de exploração globalizadas, massivas e espalhadas, não eram ainda tão visíveis como o são agora. Por este motivo, é chegada a hora de introduzir modificações substanciais ao Protocolo, como já foi feito por alguns Estados (Bélgica em primeiro lugar¹⁴), reequilibrando definições e medidas de intervenção sob uma leitura holística do fenómeno, isto é, abrangendo todo o saber teórico e experiencial que foi acumulado nos últimos anos. ■

¹⁴ Para aprofundar a lei Belga, visitar www.diversite.be/rapport-annuel-traite-et-trafic-des-etres-humains

3. O valor acrescentado do empenho das Religiosas no âmbito do tráfico

As religiosas estão numa posição privilegiada quer para compreender quer para intervir nas comunidades afetadas pelos conflitos económicos, políticos, culturais e sociais gerados pela globalização, modelo económico que alimenta as desigualdades e a vulnerabilidade.

Uma porção cada vez maior de pessoas encontra-se nas margens da sociedade, em condições de pobreza material e imaterial por vezes extremas. O privilégio das religiosas consiste em partilhar cada momento do dia, o que as torna particularmente credíveis quer como “antenas” para ler as dinâmicas individuais e sociais das comunidades em que vivem, quer como “transmissores” de uma visão carismática do mundo baseada na solidariedade, que se contrapõe firmemente à visão baseada na exploração.

Pelas suas características, as religiosas são além disso “conselheiras” naturais, ideais no que toca a todas as atividades relativas às intervenções de proteção, assistência e (re)integração daqueles que vivem ou viveram uma experiência de coisificação.

Considerando tudo o que foi exposto acima (incluindo o primeiro capítulo deste documento), é evidente que o pessoal religioso está particularmente equipado para desempenhar um papel decisivo nas atividades de prevenção e assistência.

É um dado que a experiência do tráfico é uma experiência desagregadora, que separa o indivíduo de seu próprio “eu”, do seu mundo dos afetos, e o projeta num mundo em que a própria identidade e integridade psicofísica e espiritual estão ameaçadas.

A religiosa, com a sua presença, representa metaforicamente um lugar físico, onde os conceitos de sagrado e profano estão bem definidos: o sagrado constitui um ponto fixo e permanente, onde as pessoas encontram uma ajuda para se orientarem dentro do caos da vida, contrapondo-se assim ao profano, isto é, à experiência do tráfico, a qual é, inversamente, uma experiência em que tudo se refere à contingência do momento.

Esta metáfora adapta-se bem ao tráfico, um fenómeno complexo, camaleónico, em que é difícil traçar com precisão uma linha entre o

que é correto e o que é errado, sendo o lugar da aparência absoluta, onde frequentemente nada é o que parece, pondo por este motivo a pessoa num **contínuo processo de desagregação**.

Neste processo oscilatório, o papel da religiosa é estratégico, porque representa um lugar, um momento, onde a pessoa pode encontrar repouso e unidade vinda de uma experiência de vida fatigante e confusa.

O papel da religiosa pode fazer repercutir os seus benefícios educativos e espirituais em três dimensões: individual, comunitária e social.

A nível **individual**, a religiosa ajuda as pessoas a juntar os pedaços da sua vida e a devolver sentido ao presente; a identificar novos valores e reconstruir uma nova existência em substituição da precedente, "danificada" pela experiência de exploração; a promover a esperança e a ajudar as pessoas a readquirir a sua dignidade. O trabalho da religiosa neste sentido não é tanto o de fornecer uma solução, mas o de colocar as pessoas em condições de encontrarem a própria solução para os seus problemas.

Ao nível da **comunidade**, a religiosa desempenha o papel de mediadora entre as legítimas aspirações dos vários membros e a realidade quotidiana. Com a sua experiência, manifesta a possibilidade de uma vida rica, densa e satisfatória, para lá dos aspetos materiais à sua disposição; restitui valor aos gestos e à relação solidária. Quando a comunidade é afetada por casos de tráfico, recompõe o que foi rasgado, reaproximando a vítima da comunidade, trabalhando para remover a dinâmica estigma/marginalidade.

A nível **social**, a religiosa pode ser um poderoso agente de sensibilização, credível e fiável, e pode dialogar com as agências e instituições do território, para promover ou melhorar as políticas de prevenção do tráfico e facilitar a assunção ao nível social e económico dos casos de pessoas traficadas regressadas à sua comunidade.

O pessoal religioso desempenha múltiplos encargos dentro da própria comunidade. Encargos que preenchem o dia inteiro em interações individuais e coletivas, respondendo a necessidades de natureza diversa, frequentemente com uma carga emocional considerável. Porém, a religiosa não é apenas um operador psicossocial; o valor acrescentado da sua presença e da sua intervenção reside na dimensão espiritual, dentro da qual a pessoa em estado de necessidade encontra conforto e repouso mesmo na ausência de palavras. Esta qualidade diferencia a religiosa dos outros operadores no terre-

no e coloca-a numa posição privilegiada na relação de ajuda. No entanto, não deve exagerar. No empenho em atividades de apoio às vítimas de tráfico, é importante que consiga manter a distância emocional necessária para não sucumbir a patologias ligadas ao esgotamento psicológico, infelizmente bastante frequentes entre aqueles que se dedicam aos outros sem cessar. ■



PARTE II

Metodologias de Intervenção

Introdução

É possível intervir eficazmente nas diversas dinâmicas que afetam, sob vários aspetos, indivíduos, comunidades, Países e Instituições jurídicas, económicas e sociais a nível local e internacional, contanto que se distinga claramente entre as figuras da vítima, do perpetrador e do simples e não-consciente facilitador. Esta clareza, sempre necessária para organizar estratégias úteis de perseguição ao crime ou de sensibilização social, nem sempre é fácil de alcançar no âmbito do tráfico de pessoas, fenómeno camaleónico que, como vimos no primeiro capítulo, é, em diversos casos, difícil de enquadrar.

Como consequência disso, observa-se desde há vinte anos um fenómeno onde, com demasiada frequência, a maioria das vítimas tem de demonstrar não ser culpada ou, mais ainda, tem de lutar para ser reconhecida como vítima e obter o respeito pelos seus direitos. Há demasiados anos que se assiste a vergonhosos programas de reintegração social “a prazo”, limitados apenas à instrução do processo contra os presumíveis traficantes, no fim dos quais a pessoa é repatriada sem muitas cerimónias.

Ao mesmo tempo, gastam-se milhões de euros em programas de “sensibilização” das forças policiais, dos funcionários das fronteiras e diplomatas, na ausência de um quadro jurídico sério e partilhado, e, por conseguinte, na ausência de um empenho político sério, que permita investigações, processos e sentenças fora do terreno já consolidado do combate à exploração sexual.

O tráfico (como todos os fenómenos hodiernos que afetam os movimentos de pessoas na sociedade global) pôs em crise as Instituições da sociedade civil internacional, e pôs em evidência as carências conceptuais, antes mesmo das carências operativas. Muitas pessoas certamente beneficiaram das intervenções postas em marcha para a prevenção do fenómeno e para o apoio às vítimas, mas os números são impiedosos: as estimativas relativas ao número de vítimas têm sido constantemente atualizadas em alta, e o número de vítimas que viram sanada a violação dos seus direitos é inferior ao daqueles que tiveram de prover para si mesmos perante a total indiferença das instituições.

Com o tempo, o mundo dos religiosos conquistou um espaço próprio, através do trabalho e da presença constante e humilde ao lado

de quem sofreu a humilhação de se ver destituído do seu valor pessoal e do valor do seu corpo por parte de indivíduos sem escrúpulos. Um empenho assumido mantendo o olhar obstinadamente concentrado na pessoa e nas suas necessidades, e não nos elementos superestruturais acima descritos. Um olhar curioso, disponível para experimentar novas vias e, se necessário, para pôr em discussão os seus próprios dogmas.

As seções que se seguem são dedicadas às atividades de prevenção e de assistência, numa lógica de partilha em rede, onde a teoria é consubstanciada pela prática e esta última é corroborada por experiências desenvolvidas com sucesso por muitas religiosas ao redor do mundo.■

4. Prevenção

4.1 Prevenção: perímetro teórico e níveis de intervenção (prevenção primária, secundária e terciária)

No campo sanitário, com o termo prevenção entende-se uma intervenção destinada a evitar que uma patologia física entre em contacto com um indivíduo ou uma população, e que se agrave ou difunda uma vez contraída. Segundo tal definição, as atividades preventivas podem ser decompostas em três fases: primária, secundária e terciária, em que os objetivos da prevenção são dinâmicos e mudam consoante o estágio (difusão) do problema. Em particular:

- O objetivo da prevenção primária é o de impedir o contacto entre o agente patogénico e o indivíduo.
- Quando este contacto sucede e o indivíduo adoece, a prevenção secundária procura controlar a evolução da doença (evitando que a condição física degenere ulteriormente).
- A prevenção terciária destina-se a evitar a proliferação da doença (também para além do indivíduo), que poderia pôr em risco a vida da pessoa ou da população a que pertence.

Apesar de se tratar de uma problemática socioeconómica, estes conceitos sanitários podem ser facilmente reformulados e associados ao tráfico:

A prevenção é uma ação que pretende impedir o contacto entre uma pessoa (com graus diversos de vulnerabilidade, como por exemplo tendo o desejo de migrar sem possuir os documentos ou recursos económicos necessários) e o traficante (o agente patogénico do tráfico).

Neste primeiro estágio, a ação principal da prevenção primária é a de ajudar uma pessoa vulnerável¹⁵ ao tráfico a considerar atentamente os prós e contras associados à decisão de deixar o seu lugar de residência sem ter as garantias necessárias¹⁶. A adesão da vítima potencial às ofertas do traficante é provocada por um conjunto de elementos positivos, como o desejo de deslocar-se ao estrangeiro para alcançar os seus objetivos e satisfazer as suas necessidades,

¹⁵ Neste contexto, o termo "vulnerabilidade" não deve ser entendido como um estigma negativo; dado que o tráfico se baseia no engano, qualquer um pode tornar-se vítima.

¹⁶ Recordamos que o tráfico pode acontecer também dentro das fronteiras de um único país.

ou de elementos negativos, quando a pessoa procura subtrair-se a situações de perigo.

A prevenção primária, no âmbito do tráfico, destina-se a **remover os elementos “patológicos” da migração** através da:

1. Difusão de informações exaustivas para um projeto migratório correto e seguro;
2. Definição de planos alternativos (adiar a partida, melhorar a bagagem de informações, experiências, etc.).

As ações da prevenção secundária variam consoante o estágio do processo:

1. nos lugares de proveniência¹⁷, destinam-se a reduzir os elementos de perigo ou vulnerabilidade das vítimas potenciais, que já tenham decidido aceitar a oferta do (presumível) traficante, dando-lhes sugestões com vista à redução do risco de se encontrarem em situações de perigo assim que cheguem ao destino;
2. nos países de destino, onde o beneficiário da ajuda já se encontra na condição de vítima, a ação pode ter dois objetivos:
 - a) evitar que as difíceis condições de vida facilitem a adesão a comportamentos de risco ou levem a desenvolver dependências (mutilações, uso de drogas ou de álcool).
 - b) Ajudar as pessoas a manter a sua personalidade e dignidade.

A **prevenção terciária** ajuda o/a sobrevivente a superar o acumular de consequências traumáticas provocadas pela experiência do tráfico. Procura-se assim impedir que a pessoa ceda a comportamentos destrutivos, como o suicídio social ou físico, ajudando a pessoa sobrevivente a reprojeter o seu futuro.

A distinção por fases das ações de prevenção tem múltiplas van-

¹⁷ Por lugar de proveniência entende-se o local em que a pessoa é recrutada e do qual parte para iniciar a viagem que a levará ao local onde será submetida à exploração. O lugar de proveniência não se situa necessariamente num país diverso do país onde se dará a exploração.

tagens, de carácter funcional e sobretudo psicológico, quer para o beneficiário quer para o operador da ajuda. Os beneficiários têm a oportunidade de focalizar-se nos seus projetos e nas suas expectativas futuras, sendo ajudados a compreender o que é melhor para si mesmos, e apoiados por operadoras guiadas por uma orientação positiva e otimista, não interessadas em decisões de curto prazo (que certamente fracassam), mas em estratégias a ser implementadas a longo prazo e tomando em consideração todas as variáveis (o que é uma garantia de sucesso).

Quando se fala de ações de prevenção do tráfico, o acento é posto, com frequência, apenas na prevenção primária. Mas, ao invés, a contração da "patologia" (no nosso caso, tornar-se vítima de tráfico) não significa o fim da ação de prevenção. Passa-se simplesmente a outra fase que, consoante a prioridade ou a urgência, requer outras atividades.

PREVENÇÃO VS INFORMAÇÃO

Frequentemente confunde-se prevenção com informação. Mas estas atividades são diferentes entre si, pois não têm os mesmos objetivos e, portanto, não utilizam as mesmas metodologias.

A informação tem como objetivo a difusão de informações, relativas a determinado fenómeno, para largas camadas de população, através do uso de uma linguagem neutra e científica, e dos meios de comunicação (spots televisivos, jingles radiofónicos, posters, cartazes de rua, panfletos).

Estas informações aumentam a bagagem de conhecimento e sensibilizam o indivíduo relativamente ao fenómeno. A informação de base é, por conseguinte, fundamental, porque fornece a plataforma sobre a qual se apoiam as intervenções de prevenção desejadas.

Infelizmente, a informação não pode alcançar sozinha o verdadeiro objetivo da prevenção, que é a modificação daqueles comportamentos que aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos. Para modificar os comportamentos, é fundamental o relacionamento com a população beneficiária da iniciativa, para que esse relacionamento faça frutificar automaticamente o investimento

- afetivo entre duas ou mais pessoas; os beneficiários sentem-se
 - valorizados e seguirão com maior atenção os conselhos do operador.
- Apesar de a informação ser importante para fornecer o fundamento lógico às atividades de prevenção, tem um custo muito elevado (que cresce com o aumento da sofisticação das tecnologias utilizadas - do panfleto ao spot televisivo), e, sozinha, tem uma eficácia limitada.

Cada fase prevê a implementação de ações ad hoc, orientadas no seu contexto específico para a obtenção dos respectivos objetivos.

4.2 Atividades de prevenção

Se as campanhas de informação são pouco eficazes, como é possível organizar atividades que consigam modificar os comportamentos dos indivíduos aos quais dirigimos as nossas atenções? É importante não perder de vista a definição de prevenção, que é entendida como:

Uma atividade educativa que se destina ao aumento da consciência por parte de sujeitos vulneráveis e ao seu envolvimento na procura de uma solução. Por isso, é sempre partilhada com os mesmos.

O objetivo é fazê-los tomar consciência da existência de um determinado problema e provocar uma mudança nas atitudes da população abrangida pela ação preventiva, passando da indiferença à tutela do bem-estar próprio e alheio. Isto significa envolver toda a sociedade num processo de modificação dos valores partilhados, apreciáveis e desejáveis. O modelo teórico que apresentámos é preferível, porque é inclusivo, dada a sua capacidade de envolver uma comunidade inteira (o corpo) e não apenas uma parte dela (a parte afetada pela doença).

4.2.1 Prevenção Primária

Nos Países de origem (quando não envolvidos em dinâmicas de conflitos armados), os projetos de prevenção primária deveriam visar ao incremento da participação social, das competências pessoais das pessoas mais vulneráveis ao tráfico (as que tenham recebido pro-

postas de transferência para outras regiões) e à reflexão atenta das razões que as impelem a enfrentar projetos migratórios duvidosos.

Estas atividades não se destinam a impedir que uma pessoa parta. Isso seria impossível, e traduzir-se-ia numa perda de tempo e de credibilidade para o operador religioso. Ao invés, a sua finalidade deve ser procurada no aumento da consciência quanto aos riscos associados à adesão a ofertas “demasiado boas para serem verdadeiras”, e à avaliação das próprias competências relativamente às dificuldades intrínsecas a um projeto migratório (a viagem, a chegada, a inserção, a nostalgia, o trabalho, etc.).

Deste modo, a pessoa poderia convencer-se de que partir nesse momento e sem as garantias necessárias não seria um bem, e que, adiando a partida, poder-se-ia construir em conjunto um percurso para o aumento das suas competências pessoais e profissionais, a fim de realizar um projeto migratório bem-sucedido.

Nos Países de destino, as ações de prevenção primária poderiam destinar-se ao aumento da consciência, por parte dos empreendedores e consumidores, jovens e adultos, quanto às seguintes questões:

- A atenção dirigida às aquisições “equitativas e solidárias”;
- O respeito pelas regras do mercado de trabalho;
- A exploração equitativa dos recursos económicos nos Países em Vias de Desenvolvimento;
- A redução das discriminações de género e da exploração sexual.

As atividades de prevenção primária são implementadas por muitas organizações, que se caracterizam por terem finalidades diversas (desenvolvimento económico, fenómenos migratórios, emancipação feminina, direitos humanos, etc.).

No entanto, o empenho contínuo, multidimensional e a longo prazo raramente é posto em ação. A prevenção primária é, de facto, um trabalho que dá os seus frutos somente a longo prazo, e talvez esse seja o motivo pelo qual se prefere reduzir a prevenção primária à mera difusão de informações. Esta última é certamente mais “fácil”, veloz e satisfatória, por ser uma atividade visível no imediato e no concreto (também para os benfeitores).

Mas esta, como já foi dito, só pode realizar a tarefa de sensibilizar superficialmente a população-alvo, deixando a esta última a responsabilidade de procurar o modo para modificar os comportamentos, de modo a evitar o problema.

Os instrumentos da prevenção primária são os instrumentos educativos clássicos, aos quais podemos associar outras metodologias experimentais como os grupos de **educação entre pares** e os grupos de **autoajuda/autoconsciencialização**.

Com os primeiros, é possível aumentar o impacto da ação de prevenção, influenciando as mudanças de comportamentos, através do envolvimento ativo das figuras de liderança nas escolas, nos locais de trabalho e nas comunidades.

Graças aos segundos, é possível partilhar o próprio desconforto, e confrontar-se com pessoas que vivem os mesmos sofrimentos. Como exemplo, um grupo de autoajuda nos países de origem pode reunir pessoas que tenham decidido emigrar, para favorecer a troca de informações relativas à modalidade com que pretendem realizá-lo.

4.2.2 Prevenção secundária

As ações de prevenção secundária podem ser organizadas quer nos países de origem, quer nos países de destino. As intervenções são diversas, e visam, portanto, a obter resultados diferentes.

a) Nos países de origem, o beneficiário das ações de prevenção secundária é a pessoa que, tendo decidido deslocar-se ao exterior sem possuir os necessários recursos (económicos, organizativos ou burocráticos), aceite a oferta feita por um “intermediário” (traficante). Dado que o intervalo de tempo que decorre entre a proposta, a adesão e a partida não é imediato, existe a possibilidade de ajudar a pessoa a fazer uma avaliação da seriedade e factibilidade da proposta, assegurando que:

- o intermediário não tenha mentido acerca dos documentos necessários para a saída do país de origem e dos procedimentos necessários para os obter, e acerca dos documentos para entrar num país estrangeiro, das autorizações de estadia e de trabalho requeridas, de modo a aferir da legitimidade e congruência da oferta;
- o papel de mediação desempenhado por amigos ou parentes, sobretudo quando os aspetos pouco claros são justificados por frases como “verás como tudo se resolverá à chegada”, seja honesto e desinteressado;
- as tipologias de trabalho oferecidas, com o salário a elas associado, sejam congruentes; isto serve para evidenciar eventuais

discrepâncias, e, ao mesmo tempo, para fornecer informações realistas acerca do custo de vida no exterior;

- em caso de incerteza ou de reconsideração, o projeto possa ser adiado;
- a pessoa esteja na posse de contactos no país de destino: números de telefone de congregações, embaixada ou consulado, organizações empenhadas na luta contra o tráfico ou na ajuda a estrangeiros, etc.

A prevenção secundária pode ser vista como um para-quadras. É uma ação que se pode fazer produzindo materiais informativos em colaboração com Instituições locais e Internacionais (também as diplomáticas), e, se possível, oferecendo um espaço físico para favorecer o confronto, o aprofundamento, a informação. O objetivo, tal como na prevenção primária, não é o de impedir a migração, mas o de oferecer um suporte para evitar más surpresas. Por isso, é fundamental demonstrarmos sempre positivos e otimistas, único modo para sermos aceites como interlocutores válidos, que procuram ajudar ao sucesso da iniciativa. Aqueles que tenham decidido partir fá-lo-ão, de um modo ou de outro. É melhor trabalhar a fim de que o modo previamente escolhido seja o mais seguro. Desta maneira, os nossos serviços serão utilizados com confiança junto da comunidade na qual operamos.

Sublinha-se de novo a importância de agir em rede. Para isso é necessário estabelecer contactos com todos os interlocutores disponíveis e tornar-se parte do sistema que se ocupa das migrações. Deste modo é possível melhorar a eficácia das informações propostas acima, porque também passam a ser apoiadas pelas entidades oficiais. Sugerimos às irmãs missionárias o estabelecimento de contactos com as próprias embaixadas, para terem um canal privilegiado de informação, acesso à documentação e à emissão de vistos, e de contactos com instituições nos países de destino. Tudo isto pode parecer banal, mas muitas pessoas vítimas do tráfico, homens e mulheres, subtraíram-se à exploração precisamente porque sabiam onde dirigir-se e como fazê-lo (outra sugestão útil é a de anexar às informações um elenco de frases úteis, não apenas para pedir ajuda, mas também de uso quotidiano na língua do país de destino).

b) Nos países de destino, a intervenção de prevenção secundária é muito delicada, porque se destina a manter uma boa condição de saúde (psíquica, física e social) da pessoa explorada. A prevenção

secundária nos países de destino interessa a todas as pessoas que se encontram em condições de exploração (sexual ou laboral), mas que não chegam a afastar-se disso.

As intervenções de prevenção secundária, também chamadas de redução dos danos, são realizadas através da utilização da metodologia do trabalho de rua, indo ao encontro das pessoas em estado de necessidade nos lugares em que é possível encontrá-las.

No caso da exploração laboral, pode-se organizar um serviço móvel de aconselhamento, para sensibilizar os trabalhadores acerca dos seus direitos (de trabalho, de estadia se são estrangeiros, etc.), recolhendo eventualmente informações úteis acerca de casos não denunciados de exploração.

No caso da exploração sexual, indo aos locais do mercado do sexo, onde é possível encontrar as mulheres e construir relações de amizade, além de fornecer informações relativas a serviços sócio sanitários às quais elas se poderão dirigir em caso de necessidade.

É importante, nas ruas, não dar início à relação mencionando a possibilidade de se subtrair à exploração, porque se deve evitar que a pessoa pense que a estamos a julgar. Se for caso disso, isto poderá acontecer num segundo momento, quando já se estabeleceu um relacionamento. A finalidade é iniciar uma relação cujo objetivo é o bem-estar dessa pessoa. Se a abordagem se centrar na possibilidade de deixar a exploração sexual, transmite-se uma desaprovação pelo que ela está a fazer, e, concomitantemente, exprime-se um juízo. Se falamos delas, do modo como vivem, dos serviços sanitários, estamos a transmitir que não julgamos uma escolha, mas que estamos interessados no seu bem-estar independentemente da própria escolha. Em geral, as raparigas respondem muito bem à procura de um relacionamento, porque têm desesperadamente necessidade de uma relação humana marcada pela amizade e de apoio espiritual.

4.2.3 Prevenção terciária

É a combinação de atividades destinadas à restituição dos direitos e da dignidade da pessoa, à sua reintegração social e reprojetação de si enquanto pessoa.

Estas ações podem realizar-se em lugares a elas dedicados, tais como casas de refúgio, de acolhimento, casas de família, apartamentos, etc., lugares onde as sobreviventes podem sentir-se psicológica e fisicamente protegidas; as mesmas ações baseiam-se na relação de ajuda.

O processo de saída da situação de exploração não é breve nem, muito menos, linear. À euforia imediata da “libertação” segue-se a angústia do embate com um futuro nada promissor, cheio como é de problemas legais, laborais e psicológicos.

É o momento mais delicado do ponto de vista emotivo, porque as pessoas retomaram o controlo da sua vida e têm de aprender a gerir essa responsabilidade, o que pode revelar-se difícil.

O operador deve acompanhar a pessoa nesta delicada operação de reconstrução de si, ajudando a pessoa a encontrar novos pontos de apoio, e elaborando a experiência de ser reduzida a um objeto sem direitos.

À relação de ajuda está dedicado todo o próximo capítulo.

4.2.4 Prevenção e estigma social

Um dos perigos mais frequentes associados às campanhas de informação, são as mensagens que podem favorecer a criação ou reforço dos preconceitos relativamente a determinada comunidade ou grupo social.

Este perigo está sempre presente, mas, no caso do tráfico, corre-se o risco de adicionar sofrimentos ulteriores a pessoas que já vivem uma situação de dificuldade.

Infelizmente, no decorrer dos anos observaram-se numerosos casos - todos na esfera da exploração sexual - que contribuíram para favorecer o tráfico, em vez de o limitar.

O caso mais clamoroso diz respeito a uma campanha que a Organização Internacional das Migrações lançou, nos primeiros anos do novo milénio, nos países balcânicos. Esta campanha baseava-se em imagens muito fortes, em que os corpos das mulheres eram mostrados em posições apelativas (uma rapariga seminua que entra no que parece ser um prostíbulo), ou então eram associados a conceitos de dependência coerciva (corpos numa jaula, pendurados em ganchos do talho, etc.)¹⁸.

Se uma intervenção de prevenção ou uma campanha informativa associam o tráfico à prostituição, o mesmo farão os aspirantes a migrantes. Segundo uma conclusão lógica, se não se for envolvido na prostituição, não há risco de tornar-se vítima do tráfico. Com esta convicção, milhares de mulheres deixaram os seus países, convenci-

¹⁸ Para quem quiser aprofundar este tema, recomenda-se a leitura de *Beautiful Dead Bodies*, Andrijasevic 2007.

das de estarem seguras a partir do momento em que o recrutador / traficante nada lhes tivesse mencionado a esse respeito. Este tipo de equívoco favorece o trabalho dos traficantes, que podem tranquilizar as próprias vítimas: “nada tens a temer, já que não és uma prostituta”.

Pior do que isso, após terem fugido do tráfico e regressado ao seu país, todas as mulheres são automaticamente consideradas como prostitutas, mesmo aquelas que sofreram a exploração laboral. Em muitos casos, isto compromete o processo de reintegração social, a partir do momento em que aumenta a marginalização social das sobreviventes. É um fator que explica por que muitas mulheres, precisamente para não terem de enfrentar o juízo moral implícito, não retornam à sua família, mas recomeçam a vida noutra local qualquer, com uma nova identidade.

Outro exemplo é a estigmatização da migração que é provocada quando se confundem os riscos da migração com os riscos do tráfico. A migração não é o risco.

O risco é um planeamento do projeto migratório não acurado e sem informações credíveis, que cria os pressupostos para uma migração altamente perigosa. Se dizemos às pessoas que “emigrar é perigoso”, não somos credíveis, dado que milhões de migrantes testemunham o contrário.

Quando se generaliza o risco, a população-alvo perde a confiança em quem veicula tal mensagem. O nosso papel não é o de assustar as pessoas, mas o de ajudá-las a obter todas as informações necessárias e assisti-las na orientação e aperfeiçoamento do seu projeto migratório.

Por isso, é boa norma construir as intervenções preventivas em colaboração com os beneficiários. Deste modo, asseguramo-nos de que a perceção dos operadores da ajuda não substitua a das vítimas; assim se evitará confundir as necessidades e a estigmatização das vítimas, potenciais e reais. ■

5. Assistência às vítimas: elementos essenciais da relação de ajuda, da capacitação e do esgotamento dos operadores

Introdução

Este capítulo trata do tema da relação de ajuda, um tema delicado para aquelas pessoas que, sendo ativas no campo da educação e do apoio à pessoa, estão já na posse de uma técnica educativa própria. A finalidade da relação de ajuda é a de promover a capacidade de autoajuda e o crescimento do indivíduo, através da aprendizagem de capacidade de resposta e de soluções para os problemas, utilizando recursos que já estão na pessoa, mas foram esquecidas ou removidas.

O objetivo último é a plena reintegração da vítima na sociedade de destino ou na de origem, caso livremente decidir regressar aí.

O CONCEITO DE “INTEGRAÇÃO” PARA VÍTIMAS DO TRÁFICO

- Segundo a Universidade das Nações Unidas, “pedir a um académico que dê uma definição de integração, é como pedir a um cego que descreva um elefante”. Ainda que seja bastante surpreendente, não existe uma definição clara e partilhada da palavra “integração” relacionada com os seres humanos, se bem que este termo seja comumente utilizado. A falta de consenso quanto à definição de integração não depende de um conhecimento escasso, da negação ou desinteresse relativamente ao tema, mas dá-se simplesmente porque, tal como indicado no estudo já citado da Universidade das N.U., este tema pode ser abordado por diversas disciplinas – sociologia, biologia, economia, psicologia – as quais se focam em diferentes assuntos, aspetos, critérios e atores.
- Na área da mobilidade humana, a integração pode ser abordada através de duas perspetivas:
 - como um processo de sentido único, ao longo do qual, aqueles que chegam de um grupo social diverso do autóctone, devem

- aceitar a ordem social pré-existente, com o seu património cultural e de valores;
- - como um processo de duplo sentido, segundo o qual aqueles que vivem num contexto social - sejam eles nativos ou recém-chegados - contribuem para a criação de uma nova ordem social, dotada de uma cultura heterogénea com um conjunto de valores apropriado.
- Nestes termos, a integração é uma relação de longo prazo, relação aberta e dinâmica entre os migrantes e a sociedade recetora, que requer de ambas as partes o diálogo e a negociação contínua. De acordo com esta perspetiva, os atores envolvidos são indivíduos, grupos ou comunidades que estão numa posição simétrica e que, por isso, todos podem obter um benefício através da progressiva união de culturas, hábitos, tradições e experiências num "todo" único, que é a sociedade remodelada como resultado desta combinação. É impensável aplicar este conceito no quadro de um fenómeno social e criminoso como o tráfico, onde as pessoas (vítimas) sofrem tal violência que as põe fora do normal contexto social. De facto, sendo vítimas de um crime que reduz a sua capacidade de autodeterminação, as pessoas traficadas não estão numa posição simétrica, e, portanto, a conceptualização de integração como processo de duplo sentido não pode ser aplicada a elas.
- Para elaborar uma conceptualização de integração para vítimas de tráfico, é necessário partir da etimologia do termo, que significa renovar, restaurar, substantivo da ação de tornar algo completo. Esta conceptualização parece aplicar-se melhor à situação peculiar de uma pessoa que, sendo vítima de um crime, foi posta "fora" do contexto social, por ter sido privada da sua identidade, liberdade, dignidade e dos seus direitos. Neste sentido, a integração das pessoas traficadas requer a **ação de restituir** a unicidade da sua própria individualidade e o restabelecimento dos seus direitos e dignidade pessoal. Através desta ação é possível restaurar a simetria violada, de modo a poder participar numa dinâmica de duplo sentido. Neste quadro conceptual, as instituições da sociedade recetora desempenham um papel estratégico na posta em prática das ações que permitem a reparação dos abusos sofridos, através dos passos seguintes:
- 1. considerar as pessoas traficadas como vítimas para as quais está previsto o ressarcimento do direito negado e a restituição da identidade, através do reconhecimento de um estatuto legal. Esta

- ação representa a condição prévia essencial, dado que as pessoas traficadas são “invisíveis” até que a Instituição não lhes reconhece os seus direitos;
- 2. Promover uma atitude cultural que reconheça valores nas pessoas traficadas, com direitos reconhecidos e promovidos;
- 3. Ativar serviços que facilitem a inclusão social das vítimas. Neste sentido, a inclusão social é um instrumento (e não sinónimo) do processo de integração.

Percorrendo quatro etapas, conscienciosa e profissionalmente implementadas, a pessoa assistida pode alcançar uma plena consciência de si e da fase da vida que está a atravessar, desempenhando um papel ativo no seu processo de reintegração:

- Acolhimento (mostrar à pessoa assistida que estamos ao seu lado);
- Apoio;
- Autonomia;
- Capacitação

Estas etapas podem ser realizadas com a escuta, a restituição da experiência e o acompanhamento. É uma metodologia muito próxima da palavra dos Evangelhos e do comportamento de Jesus, em cuja fonte as religiosas se inspiram para o exercício do seu ministério na relação com as pessoas vítimas de tráfico.

É uma ação destinada à **cura do sofrimento psicológico, social e espiritual**, aspetos que interagem entre si e condicionam o processo de recuperação da pessoa assistida.

As indicações contidas neste capítulo são úteis em qualquer momento do percurso de reintegração e não devem ser aplicadas exclusivamente à esfera psicológica. Por exemplo, dado que a plena recuperação da pessoa assistida depende também da requalificação da sua personalidade jurídica, um aspeto importante da relação de ajuda diz respeito também à ação de apoio durante o processo legal que leva à regularização do estatuto dessa mesma pessoa e à obtenção de novos documentos. Acompanhá-la neste percurso - aparentemente frio e técnico - pode fazer acelerar o processo de

recuperação da tranquilidade e da autoestima da pessoa assistida.

5.1 Relação de ajuda

O panorama complexo e articulado do “mundo” viu nos últimos 30 anos um crescimento e um desenvolvimento de modelos de intervenção, escolas de pensamento e técnicas que se distinguem pela sua variedade de propostas metodológicas e operativas. O motor que produziu este florescer de pesquisas teóricas e aplicações práticas nasce de um pressuposto comum: que as necessidades fisiológicas e as relativas à esfera da psique se entrelacem impreterivelmente. Outro fator que influenciou e condicionou este progresso no âmbito da relação de ajuda foi o encontro com “novas” necessidades relativas a novos estados de sofrimento.

O incremento significativo dos fluxos migratórios e o conseqüente aumento da diversidade cultural modificaram o tecido social, quer nos países de origem quer nos países de destino. Introduzindo novos elementos, a diversidade cultural produziu um efeito sobre as noções consolidadas da relação de ajuda. Novos atores e novas necessidades que requerem a atualização e, nalguns casos, a modificação nas intervenções de ajuda para assistir as pessoas em dificuldade.

Modelos de intervenção

Antes de sugerir uma proposta de intervenção operativa específica e articulada, apresentamos as duas diretrizes fundamentais que distinguem a oferta de ajuda. Por exemplo, quando encontramos uma amiga com um problema, temos tendência a responder instintivamente com uma das duas modalidades, e a nossa resposta está ligada à intensidade da nossa relação com ela e à nossa personalidade. Podemos dizer à nossa amiga o que faríamos ou como nos comportámos no passado ao passar pela mesma situação. Podemos ainda entrar no contexto do problema ou orientar a nossa amiga para a solução que nos parece mais apropriada. Ou não fazermos nada disso, e procuramos simplesmente tranquilizar essa amiga, tentando fazê-la raciocinar com maior clareza. Aqueles que trabalham em contacto com pessoas em dificuldade devem escolher, de entre as duas diferentes modalidades de intervenção, aquela que consideram mais apropriada. Os modelos de intervenção de ajuda atualmente presentes na área social estão subordinados a duas abordagens metodológicas principais:

- o sistema diretivo

- o sistema não-diretivo.

O **sistema diretivo** baseia-se na convicção de que o operador da ajuda está habilitado a compreender e interpretar a necessidade da pessoa assistida e a identificar o percurso adaptado à sua solução. Nas relações interpessoais, esta é a abordagem mais espontânea das operadoras de ajuda quando exprimem a sua opinião pessoal acerca de como (segundo elas) se deve resolver o problema.

O **sistema não-diretivo** tem como pressuposto a convicção de que a pessoa assistida seja a única habilitada a compreender plenamente o seu problema, e a única capaz de projetar e realizar um processo de solução do mesmo. Segundo esta perspetiva, a função principal do operador centra-se no agilizar e estimular tal ação na pessoa assistida, ajudando-a no processo de revalorização de si mesma e da sua autoestima. Por exemplo, depois de a ter escutado atentamente, fornecer informações que possam aprofundar o ponto de vista da pessoa assistida, é comunicar que é esta a controlar a sua vida, e que, portanto, está capaz de tomar decisões adequadas.

Como se pode notar, os dois modelos de intervenção diferenciam-se notavelmente. O primeiro coloca o acento e a relevância da intervenção na capacidade profissional e de persuasão da operadora, dado que gere a relação dizendo à pessoa assistida como resolver o problema. Se, na sequência disso, algo não segue o percurso esperado, a operadora sente-se frequentemente responsável.

O segundo sistema, pelo contrário, baseia-se na revalorização dos recursos presentes na pessoa assistida, ajudando-a a procurar capacidades de solução, de modo a poder resolver os seus problemas e planificar o seu futuro.

5.1.1 Perfil psicológico das sobreviventes

Um modelo técnico-operativo deve ser calibrado consoante as necessidades e as características de quem dele beneficiará. O sofrimento de uma pessoa que viveu uma experiência de exploração é articulado e profundo, e é sempre absolutamente subjetiva.

As pessoas que sobreviveram ao tráfico superaram três fases emocionais, cada uma das quais pode provocar um distúrbio ou agilizar a fase de ajuda.

A primeira fase diz respeito à desilusão quanto às expectativas sobre o projeto migratório tal como fora imaginado. Uma desilusão que podemos situar no decorrer da viagem ou na chegada ao país

de destino. A pessoa envolvida nesta experiência nada mais pode senão sofrer o impacto emocional do sucedido. Neste momento, são os mecanismos fortes de defesa, como o recalçamento e a negação, a intervir em socorro do equilíbrio ameaçado. As pessoas podem encontrar-se numa espécie de "limbo" perceptivo, em que só o presente possui um significado, e cada dia está desligado do dia seguinte. Fica, portanto, afetada a cadeia dos acontecimentos, o desenrolar-se lógico do devir. Incapaz de pensar com clareza, a sobrevivente debate-se entre o permanecer agarrada ao seu sonho e o admitir o fracasso.

Na segunda fase, a pessoa compreende que deve recorrer às suas próprias forças. O perigo evitado (fantasias de morte ou fantasias destrutivas) produz na vida do sujeito uma infusão de esperança que lhe permite despertar recursos até agora adormecidos no torpor do esquecimento.

A terceira fase permite à pessoa compreender a importância do evento ocorrido, tornar por isso disponíveis à consciência quer os aspetos negativos quer os positivos da experiência. Abre-se assim a possibilidade de viver uma "nova identidade", que assenta os seus fundamentos no reconhecimento e reavaliação do passado, e ergue os seus pilares graças a novas experiências de relação.

Normalmente, quem se ocupa da ajuda, tende quase naturalmente a fazer uma discriminação entre as experiências, dando mais atenção e sentindo mais empatia por aquelas que associam à exploração elementos de violência física, psicológica e/ou de segregação. No entanto, a dor não segue necessariamente as leis da mecânica: pode haver experiências de exploração aparentemente "ligeira", que, porém, são inconcebíveis e imperdoáveis para a pessoa que a sofreu.

Logo, não é preciso ajuizar aplicando uma "hierarquia do sofrimento" às formas de exploração, porque o impacto de cada experiência, seja ela positiva ou negativa, difere de pessoa para pessoa. Esse impacto depende essencialmente de múltiplos elementos ligados entre si, de natureza psicológica profunda ou experiencial direta, que influem na autoestima e na resiliência individual, que, como veremos mais adiante nesta seção, são as principais instâncias psíquicas em que deve ser ancorada a intervenção de ajuda.

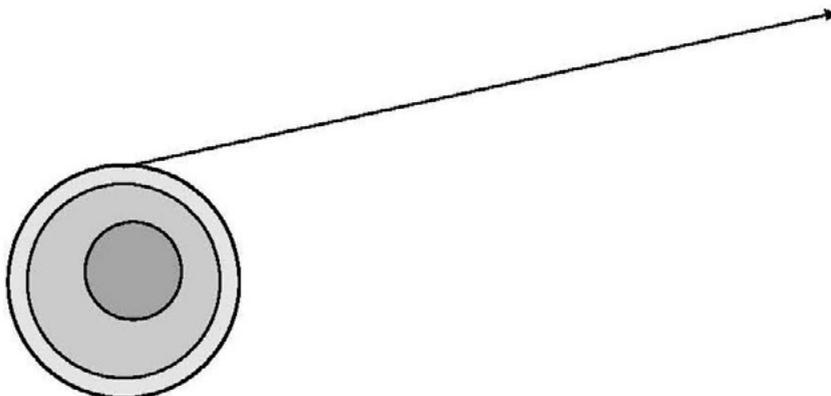
Inicialmente, a pessoa assistida exprime somente aquela parte de sofrimento que sente dever/poder partilhar com a operadora. Mas esta última deve saber que isso poderá representar a ponta de uma

pirâmide que se foi construindo ao longo do tempo, o tempo antes, o tempo durante e, cada vez com maior frequência, o tempo após a exploração.

Um elemento comum que caracteriza a condição emocional da pessoa assistida é a presença de um estado de confusão. Confusão essa que impele a pessoa assistida a ruminar, termo com o qual descrevemos a incessante e cíclica contemplação dos erros do passado e dos problemas do presente. Neste estado, qualquer tentativa de solução é incoerente, porque não se consegue ver e avaliar com clareza o presente.

A ruminação é um estado psíquico em que a pessoa pensa continuamente no seu problema, construindo voos líricos fantásticos e cheios de emotividade, que associam cenários catastróficos às soluções identificadas. Nesta fase, a pessoa sente-se como alvo dos acontecimentos e prisioneira de pensamentos circulares. Ainda que esteja convencida de que o seu percurso de solução seja realista, esta lúcida certeza nada faz senão aumentar o seu estado de sofrimento existencial, e empurra-a para estados depressivos de humor. A condição de ruminação é visível num círculo vicioso, em que os pensamentos do paciente não chegam a superar o perímetro da circunferência-sofrimento, em ordem a seguir pela desejada linha tangente que conduz ao crescimento.

PERCURSO DE CRESCIMENTO



RUMINAÇÃO

A presença do estado de ruminação agrava-se com a sensação de não ser compreendida e de não ser escutada. Sensação que de-

riva quer da dificuldade em exprimir certos sentimentos escondidos, muitas vezes numa língua estrangeira (é sempre difícil exprimir componentes emocionais profundas numa língua diferente da própria, independentemente do grau de conhecimento da mesma), quer de diversos modelos educativos e culturais próprios do local de origem, que enquadram as problemáticas num molde diferente do possuído pela operadora da ajuda.

É evidente que as componentes sociais, psicológicas, culturais e espirituais desempenham um papel central na relação de ajuda. Por esta razão, o modelo formativo proposto extrai a sua técnica do sistema não diretivo, o qual propõe uma visão da relação de ajuda caracterizada pelo conceito de centralidade da pessoa.

Por conseguinte, é a pessoa que está no centro das atenções, e não o seu problema. Concentrando-se no indivíduo e nas suas capacidades, a operadora de ajuda promove a autoajuda e reforça a ideia de que a relação é um mapa que a pessoa assistida pode usar para encontrar o caminho certo.

5.1.2 Proposta de um modelo operacional

a) Postulado de base.

O modelo de relação de ajuda proposto pode ser sintetizado deste modo:

A relação de ajuda é uma ação, baseada na comunicação¹⁹, que tem como objetivo possibilitar uma reativação ou reorganização dos recursos do paciente.

Esta definição explica, na sua significação, que tipo e estilo de intervenção se pretende propor. Antes de mais, a relação de ajuda é uma "ação", logo *um comportamento ativo e propositivo que a operadora de ajuda desenvolve em benefício do seu interlocutor (pessoa assistida)*. É uma técnica estruturada que requer atenção e preparação, não uma "filosofia do bem-estar" ou "psicologia do bom-senso" destinada a aliviar superficialmente as penas das sobreviventes.

Em segundo lugar, a ação produzida pela assistente [helper] baseia-se essencialmente na comunicação, porque assistir não significa automaticamente fazer algo, mas apoiar as pessoas em dificuldade a resolver os seus problemas.

¹⁹ Por comunicação entendemos qualquer comportamento observável dentro da relação de ajuda.

O terceiro conceito representa um elemento-chave na leitura da metodologia de intervenção. Ele confirma o objetivo para o alcance da solução e traça o seu perímetro.

A ação de ajuda tem como único objetivo o "despertar" de recursos que já estão presentes na pessoa assistida. Os recursos já existem, mas não podem ser ativados por causa de um estado agudo de sofrimento.

É a partir destes princípios que se articula o desenvolvimento da relação de ajuda não diretiva e centrada na pessoa:

- Um comportamento ativo com linhas-guia claras;
- Uma ação baseada na comunicação;
- O despertar dos recursos do cliente

Um exemplo vai-nos ajudar a esclarecer o uso da técnica não diretiva. Suponhamos que uma conhecida nossa nos telefona porque há um problema: não consegue encontrar um objeto que é indispensável para uma reunião de trabalho que terá no dia seguinte. Aceitando o seu pedido de ajuda, dirigimo-nos para o seu escritório. A nossa conhecida está agitada e dá sinais de ansiedade e preocupação, fala em tom dramático e pessimista; a sala parece-nos estar numa desordem total e indicia ações precedentes confusas e desorientadas. Chegados a este ponto, queremos ajudar a nossa amiga. Temos a possibilidade de prosseguir em duas direções diversas.

- Podemos substituir-nos a ela na pesquisa, e depois de termos arrumado o escritório segundo os nossos critérios, alcançaremos o objetivo de encontrar o documento.
- Ou então podemos apoiá-la psicologicamente, acompanhando-a na fase de arrumação da sala, até alcançar o objetivo. Durante a pesquisa, propõe-se à amiga que pense num plano de reserva, para o caso de o documento não se encontrar na sala.

Dois caminhos diferentes, duas interpretações nos antípodas da relação de ajuda. A segunda atitude é de privilegiar em relação à primeira, porque dirige a atenção para o processo de solução do problema e impele-a para a autonomia do indivíduo.

Sublinhe-se que a expressão “não-diretivo” não alude a uma atitude de passividade e de observação incrédula do pandemónio criado pela amiga. Pelo contrário, indica uma ação intensa de clarificação e apoio que, respeitando tempos e modalidades de ação, produz na pessoa assistida a percepção de ter conseguido resolver pessoalmente o seu problema. Ela permanece no lugar do condutor, é ela que guia e conduz a viatura ao destino. A operadora age como “navegador” e, quando requisitada, fornece informações para descodificar o percurso.

Esta ação ajuda a pessoa assistida a perceber que uma relação interdependente promove a autoajuda. A abordagem diretiva, pelo contrário, estimula um sentimento de dependência, impotência e incapacidade, mesmo se a nossa amiga ficar contente e aliviada de momento. É muito provável que, na próxima vez em que se debater com um problema, a falta de confiança em si mesma a fará dirigir-se diretamente a nós para a sua solução (regime de dependência).

A ação da operadora que utiliza a técnica não diretiva tem como característica a utilização de uma atração maiêutica, cujo objetivo é o de despertar e reorganizar o “saber” experiencial do cliente.

A incumbência da operadora pode-se sintetizar no esforço de levar a pessoa assistida a tomar consciência de que o seu problema é único e subjetivo, e que qualquer possível resolução do mesmo é única e subjectiva. Daí que, incidindo nos processos de relacionamento, a assistente [helper] estimula e permite pôr em marcha recursos pessoais que traçam o percurso de resolução. Através do acompanhamento, a operadora age de modo a que a pessoa assistida possa autorreferir-se e reconhecer como sua a ação resolutória, e, através deste apoio, reconhecer o sentido e o significado de viver este momento de dificuldade.

Podemos por isso dizer que autorreferir-se um significado tem o valor de tomar consciência de qual é o real problema e de quais são as possíveis soluções subjetivas disponíveis.

Neste ponto, é lícito perguntar-se como é que a pessoa assistida, que, mais do que qualquer outra, é a pessoa que conhece o problema e tem dentro de si os recursos para o resolver, não realize este percurso resolutório autonomamente.

Isso sucede devido ao facto de que a pessoa assistida está a viver uma fase de confusão e de sofrimento, dentro da qual não lhe é permitido aceder a toda a quantidade de recursos cognitivos (de pensamento racional), emocionais e comportamentais que possui.

Neste contexto, o uso da relação de ajuda não directiva permite ao

operador reflectir o pensamento da pessoa assistida, depurando-o da influência da depressão. A pessoa assistida reconhece o seu pensamento, reelaborado e simplificado pela operadora, autorrefere-o e transforma-o em objetivo.

Em síntese, poder-se-ia dizer que **uma eficaz e eficiente relação de ajuda** se caracteriza por uma sucessão de ações que têm como objetivo final a emancipação do cliente relativamente ao seu passado e à imagem negativa que tem de si mesmo (eu sou capaz de resolver os meus problemas).

b) Competências do assistente (*helper*)

Ocupar-nos-emos agora das competências necessárias à operadora de ajuda para ajudar a pessoa assistida no momento de maior confusão. Para poder acompanhá-la eficazmente, a operadora deve ser uma especialista:

- na gestão dos meios-de-comunicação
- no uso da metodologia de trabalho
- na utilização da negociação

"Uso dos meios de comunicação: a observação"

Observar não significa olhar passivamente. Tomemos como exemplo uma pessoa que está diante de uma pintura famosa, exposta num museu. Se esta pessoa não possui alguma bagagem técnica acerca da pintura, olhará para a obra com o objetivo de sentir algum prazer e de fazer dela um juízo pessoal. Para poder fazê-lo, ativará dentro de si emoções que brotarão das suas recordações, da sua história pessoal. O quadro constrangê-la-á a autorreferir-se, se estimular nela emoções positivas ou negativas. Se a pessoa que se encontra diante do quadro fosse um crítico de arte, observaria a mesma imagem de uma perspectiva bastante diversa. O objetivo da sua observação estaria concentrado no descodificar a técnica usada pelo artista, nas escolhas estéticas realizadas, na escola de referência, naquilo que o autor procura comunicar através das cores e das figuras. O foco da sua observação não estaria dentro de si, mas estaria antes colocada no interior da obra, graças ao uso de técnicas e competências.

O objetivo da operadora não tem como pressuposto chegar a um juízo acerca do seu interlocutor, mas antes recolher dados que sirvam para obter uma imagem clara da pessoa assistida. A operadora observará:

- a esfera verbal (as palavras, a linguagem, etc.)
- a esfera paraverbal (o tom, o volume, a velocidade, etc.)
- a esfera não verbal (mímica, olhar, gestualidade, distância, contacto físico, etc.)

Uma parte significativa da compreensão da outra pessoa brotará de uma boa observação, a qual se unirá aos dados que chegarão na fase de escuta.

"Uso dos meios de comunicação: a escuta"

Do mesmo modo, escutar não significa ouvir. A atenção da operadora permanece concentrada na pessoa assistida. Escutar significa não sentir a necessidade de exprimir uma opinião própria prematura, dando ao outro a possibilidade de desenvolver plenamente o seu pensamento, de tal modo que possa ser apreendido na sua totalidade.

Escutar significa ser capaz de resumir na nossa mente aquilo que o nosso interlocutor disse.

"Uso dos meios de comunicação: a resposta"

A resposta significa a fase mais visível da nossa participação na comunicação. A análise da comunicação indica que existem várias tipologias de resposta, e que cada uma dessas influencia o prosseguimento da relação.

Se nós conhecermos a nossa resposta natural, saberemos controlar-nos durante a relação de ajuda, porque saberemos como corrigir as nossas inclinações naturais (alguns de nós tendemos a julgar, outros a minimizar, etc.).

Quem pretender conhecer a sua resposta natural, pode suspender a leitura e responder ao teste "A resposta natural", incluído em anexo.

Quem já tiver conhecimento da sua inclinação, pode prosseguir.

Para evitar "dirigir" a comunicação, podemos utilizar as regras seguintes:

1. estar seguros de ter entendido o ponto de vista do outro (melhora a comunicação e permite ao outro exprimir-se sem ser interrompido)
2. se eventualmente não se entendeu, contrainterrogar para esclarecer melhor, para compreender melhor (mostra um interesse e uma atenção da assistente para com o relato do cliente)
3. responder ao conteúdo (prestar atenção ao que diz o cliente e não a como o diz)
4. não aceitar perguntas vagas ou indefinidas (clarificar as perguntas que não são plenamente compreendidas, evita erros e confusões)
5. responder de modo breve e concreto (as respostas prolixas confundem e assemelham-se a monólogos nos quais o cliente se sente excluído)
6. evitar interpretações (se não são exatas, o cliente tem a sensação de não ser entendido, de estar no lugar errado)
7. evitar juízos e avaliações (isso produz um fechamento do interlocutor, e estimula o emergir de agressividade, porquanto o cliente tem uma perceção de ameaça e de ataque à sua autoestima; as avaliações aparecem como imposição de valores pessoais e estilos de vida por vezes não partilhados pelo nosso interlocutor)
8. utilizar a resposta de compreensão (é aquele modelo de resposta que sintetiza o que o cliente acabou de dizer, em termos de sentido e significado).

c) A metodologia de implementação do modelo de ajuda

Agora que apreendemos as bases teóricas do processo que leva a pessoa assistida a identificar, articular e resolver o seu problema, quais são os passos que permitem à operadora realizar tudo o que foi teorizado? De seguida enumeram-se os **9 passos da relação de ajuda não diretiva**. O elenco é seguido por uma explicação de cada passo.

1. acolhimento
2. individuação do problema
3. clarificação do problema
4. compreensão do problema
5. estabelecimento de prioridades
6. autodeterminação
7. ação de solução

8. resultado
9. autorreferência

Apesar de que possa parecer um lugar-comum, a fase de acolhimento representa o momento mais delicado da relação de ajuda, em que se jogam os pressupostos da ação operativa e se lançam as bases do possível percurso de ajuda. Durante o acolhimento, a operadora, após ter preparado as ferramentas de trabalho (o conjunto de todas as coisas materiais e imateriais que se encontram no interior do local onde se desenrolará o colóquio de ajuda), estabelece um clima de contacto sereno que tem como objetivo deixar o cliente à vontade. É necessário que a operadora se apresente, exprimindo com clareza qual o seu papel e a sua incumbência. Deve permitir à pessoa assistida exprimir-se de acordo com os seus próprios tempos.

Não é recomendável iniciar o colóquio perguntando à pessoa assistida qual é o problema que a levou a marcar o encontro; mostra-se mais eficaz esperar que seja a própria pessoa assistida a encontrar o modo e as palavras para o comunicar. Depois de a pessoa assistida ter exposto e articulado as suas dificuldades, estabelece-se o contrato que prevê "as regras" do percurso de relação de ajuda e os objetivos. Algumas sugestões para o contrato com as jovens: falar claro, sem prometer milagres; fazer um pacto de acolhimento que seja claro e partilhado; ter coerência e firmeza, manter a mesma linha sem mudar de rota.

No final do encontro de acolhimento, a operadora despede-se da pessoa assistida tendo marcado com ela os encontros seguintes.

Para controlar o nosso acolhimento, enumeramos as técnicas seguintes:

- Permanecer relaxados;
- Espelhar o pensamento da/o cliente:
- Escutar atentamente sem interromper, anuir ou corrigir;
- Fazer perguntas, mais do que afirmações ("Sentes-te confusa?" em vez de "É normal que tu te sintas confusa");
- Clarificar sempre as expectativas e finalidades;
- Envolver a/o cliente na gestão dos encontros (pedindo-lhe simplesmente como deseja ser chamada);

- Explicitar os momentos de mal-estar emocional
- Permanecer em todo o caso firmes, sem cair no jogo de envolvimento da/o cliente;
- Estimular a/o cliente a tomar parte na planificação ativa dos encontros

A **indivuação do problema** é obtida através da escuta das dificuldades que a pessoa assistida vive naquele momento particular da sua vida. Durante os primeiros colóquios, a pessoa assistida comunica uma série de incómodos de modo genérico e espontâneo. A função da operadora é a de individuar, com a ajuda da pessoa assistida, quais são os reais problemas de base. No termo desta fase, a pessoa assistida pode ser estimulada a **esclarecer o problema** através da reflexão acerca do que experimenta, do que “sente”, relativamente aos seus problemas. A incumbência da operadora pode ser sintetizada no esforço de fazer a pessoa assistida tomar consciência de que o seu problema é único e subjetivo, e de que qualquer possível resolução do mesmo é única e subjetiva.

Para compreender o problema, a pessoa assistida é chamada a decompor os problemas em subproblemas. Esta ação serve para fazer a pessoa assistida compreender a possibilidade de “ver” o problema como um instante de situações que o determinam. Isso é útil, porque permite, na fase de ajuda, determinar as esferas de ações que será necessário enfrentar, a fim de individuar uma solução articulada.

O **estabelecimento de prioridades** é a ação de ordenar os subproblemas em termos de prioridade. Logo, a operadora pedirá à pessoa assistida que ordene os subproblemas individuados segundo uma escala de urgência e importância. Deste modo se irá constituir uma grelha dos subproblemas, ordenados em termos de prioridade. No termo desta fase, a operadora pedirá à sua interlocutora que enfrente o problema prioritário, pondo os outros de lado, de momento.

A **autodeterminação** é o momento em que a pessoa assistida recolhe os frutos do trabalho desenvolvido e decide agir, traduzindo o trabalho teórico em comportamentos. Este é um momento revitalizante, que precede a ação propriamente dita.

A **ação de solução** é a fase na qual a pessoa assistida projeta e põe em ação uma série de comportamentos que têm como finalidade a solução do problema reconhecido como o mais urgente e importan-

te. Esta fase articula-se nos passos seguintes:

- Definir o objetivo. A pessoa assistida reformula o problema em termos de objetivo.
- Desenvolver programas. A pessoa assistida deve identificar que comportamentos ou ações são necessários para resolver o subproblema.
- Fixar a cadência. Nesta fase faz-se uma estimativa do tempo necessário para alcançar a solução do primeiro subproblema.
- Preparar a realização dos passos. Serão identificadas as ações necessárias, e o tempo relativo para alcançá-las.
- Passos de verificação. Para cada um dos passos ou ações de solução experimentadas pela pessoa assistida, estabelecem-se momentos que têm a utilidade de refletir sobre a experiência efetuada (feedback).

O **resultado** é aquilo que se obteve no termo da ação de solução. Podemos dizer que **autorreferir-se** um significado, tem o valor de se tomar consciência do significado e do valor da experiência ocorrida e de que os objetivos se alcançaram efetivamente pela própria pessoa assistida.

A realização dos passos supraindicados permite à operadora “acompanhar” a pessoa assistida em direção à solução de um dos seus problemas, a ponto de abrir um precedente na sua vivência, que sirva de base para a solução dos problemas sucessivos.

5.2 Capacitação

O objetivo da relação de ajuda é a capacitação da pessoa assistida. Dado que ninguém pode realmente “emancipar” outra pessoa, mas pode apenas ajudá-la a ativar este processo, pode-se definir a capacitação como *uma ação que tem como objetivo “despertar” os recursos e as energias que estão “adormecidos” na esfera psicológica do sujeito.*

O elemento que está na base deste estado chama-se autoestima.

Por autoestima entendemos *a percepção de si próprio em termos de valores e de capacidade de enfrentar e resolver os problemas da vida. (Reconhecendo como "si próprio" a totalidade dos pensamentos e sentimentos de um indivíduo que se referem a si mesmo).*

Por outras palavras, a autoestima não é um pensamento, mas antes estado subjetivo e duradouro de autoaprovação que os indivíduos experimentam em relação a si mesmos. A autoaprovação age sobre as ações, pensamentos, emoções e comportamentos. Ter uma boa estima por si mesmo representa um ponto fundamental para criar um impulso de autorresponsabilização. Um indivíduo que atribui valor a si mesmo tenderá a cuidar da sua saúde (física e mental) e será sensível à sua qualidade de vida. Quando surjam problemas, não delegará a outrem (operadores, serviços) a procura de uma solução, mesmo que, obviamente, possa reconhecer ter necessidade de ajuda.

Visto que uma boa autoestima é o pré-requisito para a capacitação, o primeiro passo é ajudar a pessoa assistida a reconhecer que merece melhorar as suas condições de vida. As sobreviventes estão incapazes de empreender ações positivas para consigo mesmas, porque a sua autoestima foi reduzida a zero. Perderam a capacidade ou o desejo de cuidar de si mesmas e de explicitar as suas necessidades. O papel da operadora é o de ajudar a pessoa assistida a reconhecer-se como digna de ser amada quer por si própria quer pelos outros.

Para "desbloquear" a cliente, é necessário dotar-se de uma capacidade de exploração e de instrumentos adequados, tais como:

- o estar ciente²⁰,
- a autorreflexão,
- autodiálogo

O estar ciente é a capacidade de compreender o que acontece dentro e fora de nós (decifrar os elementos de tudo o que sucede e que sentido e significado têm para nós), na convicção de que a realidade é aquilo que nós vivemos e percebemos autenticamente. Por exemplo: "cumprimentei uma irmã minha de religião e ela não me respondeu". Estar ciente consiste no facto de perceber uma emoção (sinto-me ignorada), afirmando que esta emoção que sinto pertence-me, e que do meu ponto de vista tem um sentido e um

²⁰ "Consapevolezza", no original [N.T.].

significado (sinto-me maltratada). Apesar disso, o meu sentimento não representa a verdade objetiva externa (talvez a irmã não nos tenha visto? Estaria imersa nos seus pensamentos? Estaria a comunicar-nos alguma coisa através da sua atitude? Etc.).

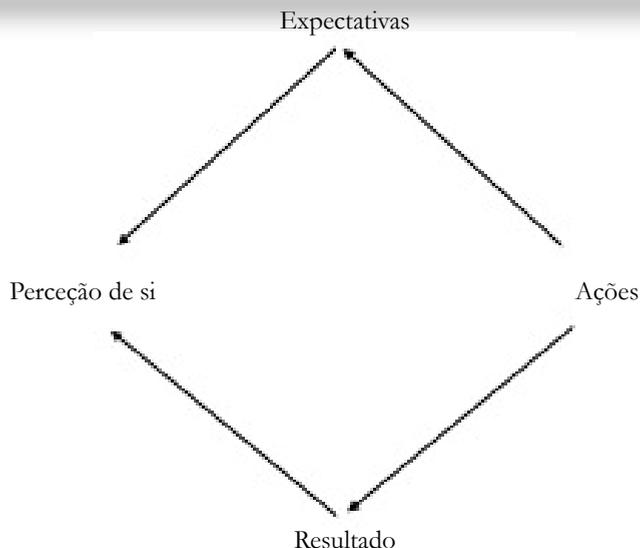
A autorreflexão é a capacidade de refletir acerca daquilo que sucedeu, analisando todas as suas componentes, e não só algumas delas. Por exemplo: "a irmã detesta-me" é apenas uma das possibilidades que podem explicar o sucedido.

O autodiálogo é a capacidade de dialogar interiormente. É uma espécie de discurso que fazemos para connosco mesmos, para conseguirmos raciocinar sobre as coisas que acontecem. Por exemplo: "Afirmação: agora considero a minha irmã como uma pessoa que não me suporta; -Resposta: é minha característica ser demasiado sensível em relação às pessoas que não me cumprimentam, sem verificar porque é que o fazem, se é que o fazem".

Estes instrumentos são úteis para ressituar a experiência do tráfico da pessoa assistida (e do fracasso do projeto migratório).

No início, quando a pessoa começa a sentir-se um pouco melhor, permanece bloqueada. Com os instrumentos úteis para a nossa exploração, aproximamo-nos do umbral que chamaremos a percepção de si. Percecionar significa entrar em contacto com os pensamentos e as sensações que nos caracterizam como indivíduos únicos e identificados (eu sou a totalidade dos meus pensamentos e das minhas emoções). A percepção de si permite-nos encontrar os outros. Pode ser considerada como o alicerce das relações.

Enquanto indivíduos, nós experimentamos expectativas (relativamente a nós próprios e aos outros), que produzem ações (nossas e dos outros), as quais por sua vez produzem resultados (sucessos e insucessos), que por seu lado irão influenciar a nossa percepção de nós mesmos (valho - não valho).



Como se pode ver no gráfico, a percepção de si mesmos está no início do percurso pensamento - ação (primeiro passo) e, simultaneamente, está no seu final (último passo). Através de um exemplo poderemos dizer: "... ontem estava contente (percepção de si), ... esperava que as minhas irmãs partilhassem do meu bom-humor (expectativas), ... fui ter com elas (ação), ... elas estavam de bom-humor como eu, e passámos um bom momento (resultado), ... sinto-me bem em companhia das minhas irmãs porque demonstram que me apreciam (percepção de si). Daqui podemos deduzir que a percepção de si depende quer de fatores internos (o modo como percebemos o nosso valor enquanto pessoa), quer de fatores externos (o modo como os outros nos percebem).

Mas de onde nasce a percepção de si mesmos? Nasce do período da infância, isto é, quando o nosso sentido de valor dependia do olhar dos nossos pais. E este modelo de referência estendeu-se sucessivamente ao modo como nos valorizavam ou desvalorizavam outras pessoas importantes para nós. Mas o primeiro modelo, o dos pais, que introjetámos (carregámos dentro de nós), é aquele que também, enquanto adultos, condiciona fortemente a percepção do nosso "ego".

Agora, partindo do conceito de percepção de si, inserimos o primeiro instrumento que está na nossa posse: o estar ciente. Nós estamos cientes de que existe uma percepção de si, e de que esta percepção depende de vários fatores, em que uns dependem de nós e outros dependem de outrem. Podemos por isso utilizar o estar ciente para

modificar a percepção de si da pessoa assistida. Por exemplo: "os meus pais consideram-me incapaz, e estão descontentes comigo... mas este é o seu ponto de vista, eu, pelo contrário, considero-me..." Influir na percepção de si da pessoa assistida significa também "dar-lhe licença" de desbravar fases de crescimento. O objetivo desta fase inicial é o de tornar cada vez mais positiva a percepção de si, ao ponto de influenciar positivamente a autoestima.

Através do nosso apoio, a pessoa assistida, com as suas novas expectativas, deverá realizar uma ação, segundo passo do diagrama. Isto significa que terá de correr um risco.

O risco é percecionado pelo indivíduo como um medo que emerge quando entramos em territórios inexplorados. O medo é um evento natural, que serve como um sinal de alarme e nada mais. Quando conseguimos controlar o nosso medo podemos permitir-nos crescer.

Estar ciente + Risco = Crescimento

Utilizando o estar ciente como um instrumento para avaliar as situações e eventualmente correr riscos, podemos permitir-nos a experiência do crescimento. Observa-se frequentemente uma resistência que trava o indivíduo no empreender este percurso. A resistência quanto ao arriscar consiste muitas vezes no medo de uma desaprovação ou de um fracasso. O indivíduo é travado nos seus impulsos de crescimento por uma série de perguntas que colocam em dúvida as suas capacidades de agir numa situação desconhecida.

Exemplo: "Quero conseguir aquele emprego que tanto me interessa... estarei à altura da situação?"... "E se não for suficientemente inteligente?"... "E se não for capaz disso?". Perguntas legítimas, mas que comportam um aumento de ansiedade no indivíduo e, portanto, um mal-estar.

Se considerarmos o conflito vivido pela pessoa assistida, poderemos observar que ela tem medo de fracassar e é impelida a desistir, porque o fracasso é uma hipótese real. Nesta situação, muitas vezes a pessoa assistida desiste de realizar uma ação, porque a renúncia é, em todo o caso, preferível ao fracasso: "Renunciei a isso, a minha ansiedade passou e sinto-me melhor, posso pensar noutra coisa". Definimos esta posição como desvantajosa, porque, mesmo que seja verdade que a cliente se sente melhor naquele momento, autorreferir-se-á como um indivíduo com poucas possibilidades e com pouco valor, isto é, desvalorizará a sua autoestima: "não sou uma pessoa capaz de se valorizar a si mesma".

Deste raciocínio podemos agora deduzir uma consideração fundamental: a gestão da ansiedade produzida pelos conflitos ou pelos riscos, é aquilo que permite o crescimento da autoestima. Por exemplo: "quanto mais capaz eu for de controlar a ansiedade que nasce dentro de mim pelo medo de fazer má figura ou de fracassar na minha abordagem, tanto maiores serão as minhas possibilidades de arriscar, de tentar".

Um fator que influencia uma baixa autoestima, é a estratégia do evitar - fuga, que se adota nas situações de conflito. Ao invés, o encontrar - enfrentar representa um fator de potenciação do valor de si. Evitar significa negar que se tenha as capacidades e os recursos para enfrentar o conflito e a ansiedade que dele deriva, enquanto gerir a ansiedade produzida pelos conflitos ou riscos é aquilo que permite o crescimento da autoestima.

Mas como é que se pode controlar a ansiedade? Como travar o instinto de fugir diante de um possível sofrimento associado a um fracasso? Para vencer neste esforço, é necessário reportar-nos aos nossos recursos, que permitem fazer experiências e aprender. Podemos identificar sucessivamente onde é que estas capacidades de que estamos cientes têm de ser postas em ação. Estas capacidades estão já presentes no indivíduo, mas requerem um treino que potencie a sua eficácia, através do:

- feedback,
- autodiálogo

O conceito de autodiálogo, isto é, a capacidade de dialogar connosco mesmos, *já nos é familiar*.

O *feedback*, que significa alimentar, nutrir por detrás, é composto pelas informações que se obtêm tentando ou experimentando realizar uma ação ou um comportamento. Exemplo: "Propus dar início a uma atividade de prevenção do tráfico, e a Superior foi gentil e disponível no diálogo comigo". *Feedback*: "Sou uma pessoa que pode suscitar o interesse dos outros, mesmo nos meus superiores". Caso a Superiora não tivesse prestado atenção: "Não sou assim tão capaz de me exprimir como pensava, tenho de trabalhar para melhorar as minhas competências".

Agora encontramos-nos na situação em que, com os instrumentos que aprendemos a usar, a pessoa assistida começou a reconsiderar o seu passado; agora tem novas expectativas e, com a nossa ajuda, começou a dar os primeiros passos em direção ao futuro. Agora

está pronta para o segundo passo: a consolidação da aprovação de si, quer dizer, da autoestima. No despertar e consolidação de novos recursos, a operadora de ajuda utilizará:

- a autoavaliação,
- o desarmar da crítica,
- o desarmar dos “tenho de”

A autoavaliação é, substancialmente, um observatório privilegiado que nos permite identificar os conflitos antes de que estes se manifestem abertamente. Exemplo: “Quero propor-me para aquela tarefa, e sei que, quando surgem estas situações, costumo entrar em conflito e aparece-me a ansiedade; sabendo disso, posso agir para preveni-la, visto que tenho essa capacidade”.

A crítica patológica é a tendência para identificar-se com as críticas interiores (aquelas que dirigimos a nós mesmos), que estão na base das autodepreciações: “Não és capaz”... “Não vais conseguir”... “És sempre a mesma complicada, que começa, mas nunca acaba as coisas”, etc.

A crítica é um elemento poderoso, o qual:

- a) contraria o nosso desejo de fazer experiências e desvaloriza-nos, diminuindo a nossa autoestima;
- b) conhece o nosso arquivo pessoal de erros passados.

Para desarmar a crítica, é necessário estarmos cientes das armas que ela possui, armas que são representadas por distorções cognitivas:

- **A generalização** produz-se quando o indivíduo extrapola, de um único acontecimento, uma regra geral que depois aplica a qualquer outro acontecimento futuro. Exemplo: “Cometi um erro ao mudar de emprego, nunca mais o farei”.
- **O estereótipo** O estereótipo é uma forma de generalização que, no lugar de uma regra, coloca “uma etiqueta”. Exemplo: “As mulheres não são feitas para tarefas diretivas” ou “os homens não são afetivamente fiáveis”.
- **A seleção da realidade** é um fenómeno no qual a pessoa filtra a realidade, concentrando a sua atenção num detalhe negativo. Exemplo: “A tua superiora faz comentários positivos e negativos acerca do teu trabalho”. Não consideras os primeiros, e concentras-te apenas nos segundos.

- **A polarização** exprime-se no ver o mundo só a preto e branco, sem tonalidades intermédias. Exemplo: "Se nasces derrotado, nunca conseguirás"; "este exame é incompreensível; nunca o superarei".
- **As autoacusações** são uma distorção de quem se acusa a si mesmo por acontecimentos que só se podem controlar marginalmente. Elas não permitem ver as próprias qualidades. Exemplo: você propõe um passeio, mas não há tempo para isso, e começa a pedir desculpa como se a culpa fosse sua.
- **A interpretação** ocorre quando procuramos "ler no pensamento" dos outros, atribuindo-lhes os nossos pensamentos negativos. Exemplo: "a irmã não me pode ajudar com a relação: deve estar zangada comigo".
- **Omnipotência/impotência.** A onnipotência é uma distorção que nos faz sentir responsáveis por tudo e por todos, e é fruto do controlo excessivo. Exemplo: "Tenho de fazer as coisas de modo que tudo corra bem", em situações que não podem ser controladas; ou "o destino da minha organização depende de mim". A impotência é a sensação de nada poder controlar. "De qualquer modo, os outros decidirão tudo, como é costume"; "é inútil esforçar-me, porque ninguém me dará ouvidos, como habitualmente".

A ação da operadora manifesta-se num apoio ativo, que permite à pessoa assistida reconhecer as críticas patológicas que a impedem de se recuperar. Ajudando-a com o autodiálogo, a autorreflexão e os feed-back, tira-lhes poder, desarma-as, diminuindo a sua ação corrosiva sobre a autoestima.

A par da ação de enfraquecimento da crítica patológica, a operadora ajuda a pessoa assistida no desarmar dos "**tenho de**". Os "tenho de" são introduções de regras, em parte elaboradas pela pessoa e feitas suas, e em parte apenas recebidas. Estes últimos "tenho de" são prejudiciais para a perceção positiva de si. São regras rígidas que os nossos pais e adultos de referência tinham e que se tornaram passiva e acriticamente nossas. Exemplos: "tens de ser o melhor da tua turma, não podes sujar-te quando brincas, não te podes magoar, etc. ...".

Os "tenho de" ameaçam a nossa autoestima, porque são regras introjadas e não nossas, e por isso não são funcionais, não são úteis. Eles determinam "o certo e o errado" por referência a regras não nossas. Para ajudar a pessoa assistida a desarmar os "tenho de", a operadora utiliza de novo a técnica do feedback, do autodiálogo e

da autorreflexão. Estes são instrumentos capazes de desmascarar os “tenho de” interiorizados pela pessoa assistida, permitindo-lhe assim substituí-los com novas regras mais personalizadas.

Exemplo: “Tenho de sacrificar-me pelo bem da minha família”.

Identificação do “tenho de”: “A minha mãe dizia sempre isso, mas eu tenho dificuldade em renunciar a viver a minha vida só por causa deles, porque essa regra não é minha”; reformulação personalizada do “tenho de”: “Quero poder enviar dinheiro para casa, e, em todo o caso, estar mais realizada enquanto pessoa”.

Depois de termos identificado o novo objetivo “enviar dinheiro para casa e sentir-se realizado como pessoa”, temos de perceber como conciliar as duas necessidades aparentemente concorrentes uma da outra. Uma estratégia para alcançar este objetivo pode ser: “não enviarei o dinheiro para casa durante dois meses, de modo a melhorar a minha qualidade de vida (frequentando um curso de formação, obtendo um diploma, etc.); isto vai-me permitir ganhar dinheiro dum modo diferente”.

Muitos “tenho de” podem ser eliminados pelo nosso “si”, e, através de uma autorreflexão, ser substituídos por novas regras personalizadas. A propósito, as novas regras individuadas serão funcionais só se dependerem de valores autênticos e tiverem características funcionais, isto é, se forem:

- Flexíveis (podem mudar consoante as situações do nosso crescimento);
- Pessoais, não introjetadas (são autenticamente minhas);
- Realistas (baseadas em critérios de razoabilidade, não absolutos nem ideológicos);
- Vitalizadoras e não restritivas (produzem crescimento e não coerção)

Resumindo a nossa exploração do complexo mecanismo que constitui a autoestima, o processo de desenvolvimento e consolidação da autoestima produz uma percepção de se estar impregnado de energia, uma sensação de autodomínio, que são os alicerces da capacitação [empoderamento].

5.3 Negociação dos conflitos na relação de ajuda

A relação de ajuda no tráfico não pode deixar de constatar que o contexto influencia a comunicação. É por isso fundamental analisar o conjunto de estruturas para acolhimento dos que decidem libertar-se da exploração do tráfico. Ao longo dos anos, têm-se detetado problemáticas repetitivas no interior destas estruturas, problemáticas baseadas no conflito quer dos operadores com os hóspedes, quer dos hóspedes entre si.

Conflito: definição

O conflito é a interferência recíproca de reações incompatíveis que determinam a alteração de um comportamento em ato, estimulando dissonâncias ou polaridades.

Cada indivíduo possui uma capacidade de comportamento que é o produto do seu saber experiencial e dos instrumentos dos quais se dotou. O saber experiencial deriva das anteriores experiências de vida que se referem a fases conflituosas. A experiência de cada um de nós está cheia de casos de conflito, mas quantas vezes nos teremos interrogado acerca do nosso comportamento dentro de determinado conflito? Teremos, conscientemente ou não, utilizado estratégias que tenham produzido soluções? E, em caso afirmativo, que tipo de soluções costumamos encontrar para a resolução do caso?

Estas perguntas representam o ponto de partida em direção a uma análise do evento relacional que chamamos conflito, e da sua solução, que chamamos negociação. Cada comportamento está caracterizado por um fluir contínuo de ações, fluir esse governado por uma harmonia interior produzida pela experiência do nosso viver quotidiano. Quando essa harmonia é bruscamente interrompida por uma reação inesperada, quer interna quer externa, produz-se uma fase de crise do fluxo comportamental, provocando o emergir de uma contrarreação instintiva.

A presença de um conflito determina uma mutação dos recursos de um indivíduo em três sectores psicológicos:

- emerge uma tensão, provocada pela interferência recíproca das reações. Esta tensão manifesta-se nas formas mais ligeiras como o nervosismo, nas mais marcadas como a ansiedade ou a raiva, até atingir, em casos

raros, a angústia e o bloqueio emocional.

- dá-se um empobrecimento da capacidade comportamental. Diminuem notavelmente os recursos e a possibilidade de utilizar comportamentos que pertencem, em situações normais, ao património da pessoa.
- intervém uma deformação no modelo comportamental habitual do indivíduo, que pode também produzir disparos de agressividade, sensação de incapacidade e autolimitação, etc. ...

A dinâmica do conflito pode assumir e envolver duas formas relacionais distintas: o **conflito interno** e o **conflito externo**.

- O conflito interno desenrola-se dentro do sistema psíquico de uma pessoa, quando reações contrárias são vividas por ela sem que o mundo exterior esteja envolvido na cena.
- O conflito externo desenvolve-se pelo desencadeamento de reações contrárias que se instauram na relação entre dois ou mais indivíduos.

O conflito externo, sucedido entre duas ou mais pessoas, tem implicações quer na esfera psíquica de cada indivíduo (na relação consigo mesmo, com as suas expectativas de capacidade, de orgulho, de força, etc.) quer na esfera social (no papel das pessoas, nas variáveis culturais, nas variáveis históricas, etc.).

Negociação: definição

A negociação é um relacionamento entre partes com interesses divergentes, numa situação em que os recursos são limitados, mas em que essas partes são interdependentes e disponíveis a reduzir a distância que as separa, na procura de um interesse comum (reduzir as dissonâncias ou diminuir as polaridades).

Está comprovado que a capacidade de resolver um conflito é diretamente proporcional à variedade de técnicas de tipo resolutivo que uma pessoa adquiriu ao longo do tempo. Por conseguinte, se experimentou poucas técnicas, o indivíduo está limitado na resolução dos conflitos. Logo, sofrerá mais com a presença destes.

A desejável saída de uma fase conflituosa é representada pela negociação ou mediação. A negociação ocorre pela abertura de um canal

comunicativo (uma troca) e representa um processo articulado no tempo. Existem dois modelos teóricos de negociação: a repartitiva e a generativa.

- A negociação repartitiva é caracterizada por dois elementos-chave: quem vence e quem perde, quem tem razão e quem errou. Este modelo de negociação tem como objetivo atingir a mínima desvantagem possível. É a chamada modalidade “eu venço tu perdes”. Caracteriza-se por uma forte competitividade dos participantes e por uma interpretação do conflito como fórmula de dominação e de supremacia. Personalidades autoritárias e impermeáveis a compreender as razões do outro pertencem àqueles que escolhem esta estratégia. Este modelo representa a abordagem mais difundida para a resolução dos conflitos, apesar de estar comprovado que na grande maioria dos casos provoca ainda maiores conflitos.
- Na negociação generativa realiza-se uma integração dos recursos e das capacidades de inter-relação, tais como a criatividade e a resolução de problemas. O objetivo da negociação generativa é a máxima vantagem recíproca. Esta modalidade denominada “eu venço tu vences” é a opção preferida para alcançar uma solução vantajosa para todos. As partes devem estar disponíveis para ser flexíveis e abertas a soluções que possam requerer compromissos ou um afastamento da sua posição. Este modelo requer características como o estar ciente das próprias ações, a criatividade e a colaboração entre as pessoas que estão em conflito.

Podemos definir a negociação como uma comunicação entre diferentes, por vezes entre diferentes formalmente assimétricos (assimetria a nível do vivido e do papel desempenhado). Para realizar uma negociação, é necessária a presença de duas condições prévias: a vontade e a estratégia.

A negociação prevê algumas fases que funcionam como passos lógicos para a realização de uma base metodológica, cujo objetivo

seja a ação negocial: a pré-negociação, a negociação e a pós-negociação. A pré-negociação consiste numa série de ações que têm como objetivo clarificar o cenário no qual se desenvolve o esforço de mediação.

Essas ações são:

1. recolher informações
2. fazer um diagnóstico da situação:
 - o que necessita cada uma das partes
 - presença de outros disponíveis para negociar
 - quais as possibilidades de uma conclusão satisfatória
 - como influi o fator tempo na situação negocial
3. fazer previsões / programas:
 - O que sucede se não se alcança o acordo
 - o que sucede se não se alcança um acordo parcial
4. fixar os objetivos gerais:
 - que objetivos tenho eu
 - que objetivos tem o outro
5. Identificar o cenário:
 - contexto socio físico (relações passadas)
 - papéis e valores dos dois negociadores
 - comportamentos e motivações dos dois negociadores (características gerais)
 - quais são as motivações de cada uma das partes
6. escolher a estratégia:
 - repartitiva
 - generativa

Efetuada a fase de pré-negociação, pode-se iniciar a negociação. Esta fase tem como objetivo a redução das dissonâncias existentes entre as duas posições. Para que tenha lugar uma negociação, são necessários três requisitos:

- natureza voluntária do confronto (reconhecer a existência do outro e de quem o representa)
- interesse recíproco (reconhecimento da complementaridade dos dois sujeitos)
- identificação das divergências (reconhecimento de interes-

ses diferentes)

A negociação prevê a utilização de técnicas negociais (verbais e não verbais), que são:

- usar poucos e concisos argumentos para expor a própria tese (demasiados argumentos confundem, aumentam os riscos de dissonância e fazem emergir pontos fracos)
- usar sinais antecipatórios (expor primeiro as próprias razões, e só depois o desacordo existente)
- usar perguntas (mostra interesse, permitindo ao outro evidenciar dissonâncias)
- verificar que se compreendeu (reformular o que se diz: repetir é ocasião para ambos compreenderem melhor a situação)
- manifestar as próprias sensações (melhora o clima e a motivação para a relação)

As situações a evitar no âmbito de um eficaz estabelecimento de contrato são:

- autodiálogos: "se isto pudesse ser um compromisso aceitável..."
- desvalorizações: "Não te preocupes, de facto eu estava um pouco tenso, não é importante..."
- ataque/defesa: "a tua agressividade reflete a tua incapacidade de entender..."
- valorização: "creio que a minha proposta seja a melhor..."
- propostas novas percebidas como "contrapartidas": "a fim de alcançar um acordo, estou pronto a oferecer-te..."
- demasiadas argumentações.

A pós-negociação tem como objetivo assinar o acordo pelas partes, cristaliza-lo e difundi-lo, e articula-se nas seguintes fases:

- documentação do acordo: em muitos casos, não se assina um acordo escrito propriamente dito, mas, se possível, deve-se encontrar um modo de sancioná-lo, com um jantar, um abraço, etc.
- comunicação difusiva: é sempre bom comunicar que se atingiu o acordo aos outros atores em cena, por exemplo os hóspedes de uma comunidade.

A saída de um conflito, realizada através da negociação, prevê muitas vezes a renúncia a partes prejudiciais que fazem parte da personalidade. Isso faz-nos supor que as situações conflituosas repre-

sentam um fértil território de experimentação para o crescimento do indivíduo, um autêntico ginásio de exercício e de treino para as suas capacidades de adaptação e para os seus recursos emocionais e cognitivos.

5.4 Síndrome do Esgotamento [Burn Out]

As pessoas profissionalmente empenhadas nas ações de ajuda, reconhecem a importância de uma abordagem holística para manter a saúde e o bem-estar pessoais. Este capítulo descreve o fenómeno do esgotamento [burn out], introduz uma perspectiva psicológica para a sua prevenção e aprofunda algumas dimensões espirituais da resistência e capacidade de recuperação dos operadores de ajuda.

Uma perspectiva psicológica

As operadoras de ajuda que se dedicam com abnegação ao seu trabalho, são candidatas ao stress e a síndromes de esgotamento físico e psicológico. A exposição ao sofrimento provoca um baixar das capacidades de defesa, e, portanto, das energias psíquicas (e, por conseguinte, das energias físicas). Para evitar ou superar o esgotamento, devem-se desenvolver estratégias preventivas. Cada operador deve prestar atenção ao seu estado de saúde emocional e ao seu nível de cansaço físico e psicológico. Este cansaço, observado em todos os casos de total dedicação ao trabalho de ajuda, é um sinal de alarme do esgotamento, que pode fazer diminuir o nível de performances, penalizando assim a pessoa assistida.

Na relação de ajuda, a operadora utiliza os seus conhecimentos e competências para construir alianças terapêuticas. Também a profissional deve render-se aos seus limites. Isto vale sobretudo para o pessoal religioso feminino, sempre pronto a oferecer a sua generosidade e espiritualidade para ir ao encontro das necessidades das pessoas em sofrimento.

A síndrome do esgotamento [Burn out]

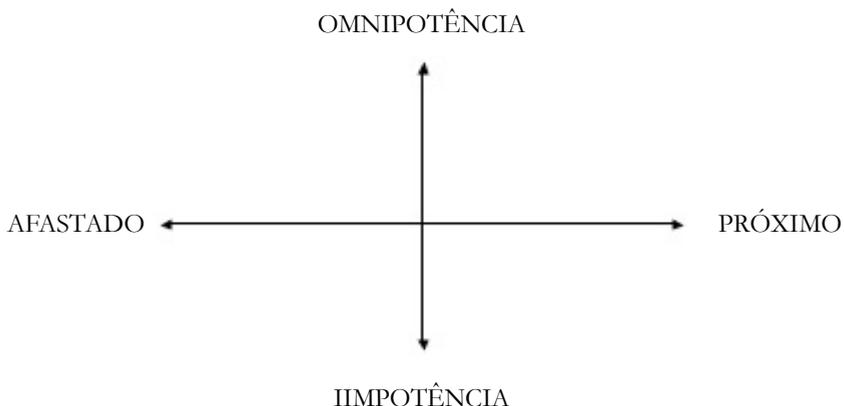
O esgotamento é uma síndrome que se manifesta através de uma combinação de sintomas difíceis de associar a uma patologia específica. É uma forma de stress que atinge aqueles que, profissionalmente, entram em relação com pessoas em estado de necessidade. A condição de esgotamento caracteriza-se por um estado de sofrimento que tem a capacidade de influenciar, em termos degenerativos, o impulso motivacional que cada indivíduo experimenta no cumprimento das suas atividades profissionais. Tal condição é mui-

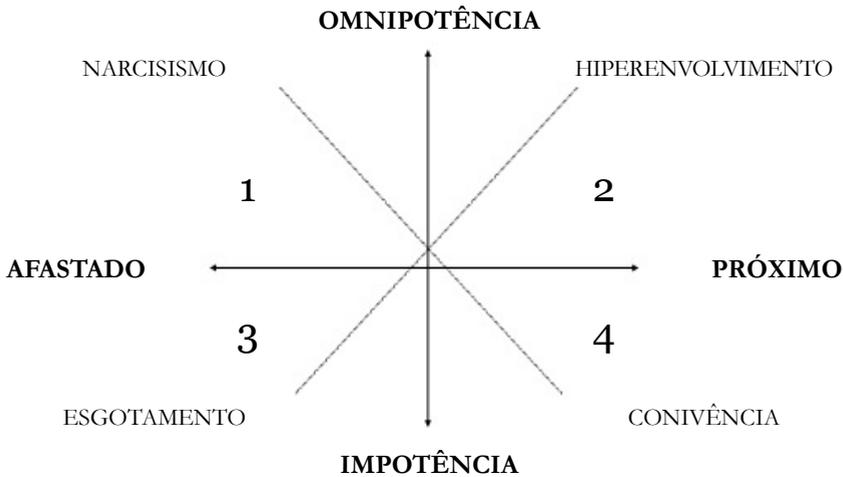
tas vezes vivida passiva e inconscientemente, produzindo processos dinâmicos corrosivos que determinam, a longo prazo, um empobrecimento progressivo dos impulsos associados ao crescimento psicológico, à autoatribuição de valores e de importância.

O esgotamento é definível como uma espécie de fadiga (que pode ser percebida ou real), sonolência, perda de objetividade, incapacidade de tomar decisões, irritabilidade e dificuldade no cumprimento das atividades laborais normais. Isso provoca formas de sofrimento psíquico e estados de ansia que se direcionam para uma constante e degenerativa rejeição de uma tarefa específica. O estado de esgotamento manifesta-se através de um sentimento de "peso" instintivamente associado a um fator casual, relativo a determinada tarefa profissional: o local de trabalho, os colegas, as pessoas assistidas, etc. O esgotamento é, por conseguinte, difícil de diagnosticar e tratar, porque a pessoa interessada está convencida que a raiz do problema deve ser procurada alhures.

O esgotamento é uma síndrome que atinge quem desenvolve uma ação de ajuda em contacto direto com a pessoa em estado de necessidade. É importante saber que, quando desenvolve esta atividade profissional particular, a operadora posiciona-se ao longo de dois eixos psicológicos:

- o primeiro é o eixo que poderemos definir "da energia psicológica"; os seus extremos são o sentido de onipotência e o sentido de impotência.
- O segundo eixo pode ser definido como a "distância psicológica" em relação à pessoa assistida; logo, os seus extremos são as posições de afastamento e de proximidade.





A posição ao longo dos eixos muda constantemente ao alterar-se o nosso estado de ânimo, a nossa energia e autoestima. O movimento sobre os dois eixos dá vida a quatro diferentes "posições psicológicas": narcisismo, hiper envolvimento, convivência e esgotamento.

Neste gráfico é possível reencontrar cada situação do vivido pela operadora na relação com a sua assistida.

Os operadores de ajuda não se encontram normalmente no **primeiro quadrante** - *omnipotente / afastado* - porque é o lugar de quem se ocupa de trabalho social a nível de gestão e não em contacto com a pessoa em estado de necessidade. As pessoas que se encontram neste quadrante são coordenadores, diretores e supervisores.

No **segundo quadrante** - *omnipotente / próximo* - encontramos o perfil da operadora sustentada por uma forte motivação e por um envolvimento pessoal. Ela realiza uma intervenção exuberante, quer a nível de tempo quer a nível de empenhamento. Está em contacto estreito com a vivência das pessoas assistidas e pode pedir-lhes que confiem e modifiquem a perceção da realidade de modo a iniciar precocemente a fase de mudança. É o caso da operadora que exige uma excessiva atenção somada a um enorme volume de informação, ou que retribui a desilusão que sente pela lentidão do desenrolar das coisas. Isto é consequência, obviamente, da vontade genuína da operadora por acabar com o sofrimento e mal-estar da pessoa assistida.

No **terceiro quadrante** - *impotente / próximo* - encontramos aque-

le que, na impossibilidade de entrar em contacto com a pessoa assistida ou nas grandes dificuldades em gerir a relação de ajuda, se torna cúmplice de comportamentos que tendem a pactuar com os impulsos regressivos e destrutivos que se podem desencadear no cliente (nunca conseguiremos!).

No **quarto e último quadrante** - *impotente / afastado* - encontramos aquele que se paralisou na sua motivação e escolhe permanecer na operatividade, mesmo se cada encontro ou tarefa de trabalho lhe causa um sofrimento profundo.

A posição que, teoricamente, representa o equilíbrio entre a intervenção e a vivência da operadora coloca-se no centro preciso, onde as duas retas se intersejam, tornando-se equidistante de todos os extremos. A operadora, com a ajuda dos mesmos instrumentos introduzidos no capítulo 5.2 (autodiálogo, autorreflexão e *feedback*), pode reconhecer em qual destes sectores se encontra, de modo a poder pôr em marcha as medidas contrárias adequadas.

Como defender-se do esgotamento

É completamente instintivo e automático procurar as causas da própria insatisfação fora de nós mesmos, atribuindo a outros ou a situações externas aquilo que, na realidade, sucede dentro do nosso universo psíquico. A fim de enfrentar este estado psicológico e prevenir o esgotamento, é possível utilizar um percurso articulado em cinco passos:

1. Identificação e reconhecimento do estado de esgotamento;
 2. Consciência do estado de mal-estar e sofrimento;
 3. Reapropriação das alavancas motivacionais pessoais;
 4. Redefinição dos objetivos;
 5. Recolocação do próprio papel de maneira apropriada aos objetivos e aos limites intrínsecos.
1. As causas que provocam a síndrome do esgotamento podem ser:
- Isolamento / Solidão (física ou psicológica): sentimento que experimentamos quando enfrentamos um problema sozinhos, ou quando notamos que ninguém se importa pelo nosso trabalho ou pela qualidade do mesmo;

- Impotência: dá-se quando o problema que enfrentamos (neste caso o tráfico de pessoas) é demasiado poderoso e enraizado para as nossas forças;
- Absorção do sofrimento alheio: mesmo quando nos parece nada conseguir comunicar com a pessoa assistida, aliviámos, com a nossa presença, a sua carga de sofrimento, tomando-a sobre as nossas costas.

É a combinação destes fatores que pode levar ao esgotamento. O terceiro elemento, a absorção do sofrimento alheio, é particularmente difícil de gerir, dado que não existe um instrumento para medir o efeito da exposição e partilha, por longos períodos, do sofrimento daqueles a quem se está a ajudar.

Um sinal que nos pode pôr alerta é a diminuição da nossa capacidade empática, isto é, quando deixamos de conseguir “distanciar-nos” dos sentimentos do outro. Por exemplo, quando choramos durante o relato da exploração, ou quando perdemos a paciência devido à falta de colaboração da cliente, isso quer dizer que o nosso “dique” emocional está a ponto de ceder.

2. Mencionámos as causas; mas quais são os efeitos observáveis a longo prazo? Na literatura, reportam-se sintomas muito próximos (se não iguais) aos do stress:

- Cansaço
- Insónia
- Ansiedade
- Dor de cabeça
- Desordens gastrointestinais

Só escutando os sinais do corpo, e aceitando que se está num momento de dificuldade, podemos procurar os corretivos oportunos. Para fazê-lo, é necessário suspender temporariamente as próprias atividades ou assumir um papel diferente dentro da organização (congregação/associação, etc.), mais afastado, não em contacto direto com os beneficiários.

3. Uma operação importante é a de rever as próprias “alavancas motivacionais” ou a missão. É bastante natural, para quem dedica uma quota importante do seu tempo a ajudar os outros, sentir-se guiado por altas motivações, de um ponto de vista ético/moral. A estas, o pessoal religioso feminino associa outras de carácter espiritual. É bom perguntar-se em que medida estas motivações, que

impelem em direção ao sofrimento alheio, podem ameaçar a nossa integridade física e psicológica, e se estas motivações continuam a ser de conforto e apoio à ação quotidiana de ajuda.

4. Consequência da operação mencionada no ponto 3 é a revisão e eventual redefinição dos objetivos. Os objetivos são as nossas bússolas quando trabalhamos na área da ajuda. São eles que indicam o caminho a percorrer e fixam os parâmetros valorativos para a correção da rota. Os objetivos, para o serem, devem possuir as seguintes características:

- S – específicas
- M – mensuráveis
- A – atraentes
- R – alcançáveis
- T – temporizáveis

Uma vez fixados os objetivos, devem ser cruzados com os nossos filtros motivacionais e morais (devemos perguntar-nos se o objetivo satisfaz a missão), organizando-se, portanto, as ações no tempo. Frequentemente, com efeito, na ânsia de “fazer”, esquece-se o “como fazer”. Por exemplo, se consideramos como objetivos “Empenhar-se pela solução do tráfico no mundo”, ou “sensibilizar as sociedades envolvidas”, que não são específicos, mensuráveis nem temporizáveis, mas apenas atraentes e alcançáveis (quando, porém?), seremos esmagados por um grande sentimento de frustração, isolamento e impotência. Sem objetivos claros e alcançáveis, tudo nos parece incerto e hostil, e estamos expostos ao risco do esgotamento.

5. A partir das nossas motivações, é indispensável identificar objetivos SMART, que nos ajudem, na operatividade quotidiana, a dosear as nossas energias em função do atingir dos objetivos particulares.

O apoio espiritual

Para a religiosa que quotidianamente se dedica à relação de ajuda, a fé, a espiritualidade, as práticas religiosas e o sustento espiritual são fatores elementares que suportam a saúde e o bem-estar da operadora por períodos prolongados. Enquanto a leitura psicológica do esgotamento enfatiza o conceito de stress e cansaço, a abordagem espiritual focaliza a sua atenção na capacidade de o sujeito recorrer a uma força interior para manter uma perceção positiva do futuro. Para a operadora de fé Cristã, o desejo de participar na

missão terapêutica e libertadora de Jesus motiva-a e sustém-na durante a assistência direta aos sujeitos em estados de necessidade. As pessoas de fé, para além do ensinamento psicológico necessário para uma assistência apropriada, internalizaram um sistema de significado para colocar o sofrimento humano no contexto dos dogmas fundamentais do cristianismo: o sofrimento, morte e ressurreição de Cristo.

As operadoras que executam o seu trabalho sustentadas pela fé, são acompanhadas pelo espírito da esperança. A esperança inspira a confiança em que Deus trará consolo a dor de quem sofre, e que a graça do Senhor, que se exprime através das ações da operadora, permitirá realizar esforços maiores. O apoio espiritual nasce da convicção de que cuidar dos que passam dificuldades é a obra de Deus. As pessoas de fé estão cientes dos seus limites, e de poderem estar a sofrer, mas, ao mesmo tempo, são apoiadas e fortalecidas pela presença de Deus. Como operadoras, as religiosas são capazes de sentir empatia pelos que sofrem, acompanhando-os no caminho para a cura. Isso não as preserva do stress, do cansaço ou da desilusão, mas esta consciência age como um reconstituente espiritual, que lhe permite resistir mesmo sob pressão ou em momentos de dificuldade.

Nascido da perspectiva de uma conselheira, Cynthia J. Osborne desenvolveu o conceito de "energia" para atrair a atenção para a utilização da própria força e dos próprios recursos pessoais, em vez de desperdiçar a própria energia a remover um problema. Esta energia interior é uma força dinâmica de vida que acompanha no crescimento, aumentando a produtividade e mantendo a saúde.

Osborne enumera sete atividades ou disposições úteis para reforçar a energia e a capacidade de recuperação durante a relação de ajuda: seleção, sensibilidade temporal, responsabilidade, medição e gestão, curiosidade, negociação e reconhecimento das ações. Cada um destes elementos é relevante para o conceito de suporte espiritual.

A seleção refere-se ao reconhecimento dos próprios limites relativamente ao que se pode ou não pode fazer. Do ponto de vista do apoio espiritual, a seleção requer o admitir que ninguém pode ser considerado "sábio". Para as pessoas de fé, só há um "sábio" que ama infinitamente cada pessoa, para além de qualquer imaginação. A seleção coloca o papel da operadora numa perspectiva mais ampla, a da capacidade de Deus de aliviar os sofrimentos das pessoas.

A sensibilidade temporal traduz-se no fazer o melhor uso do tempo

à nossa disposição. As pessoas dotadas de uma espiritualidade “sã” estão cientes de que não podem tratar de tudo, mas que podem fazer muito para ajudar uma pessoa em dificuldade. Têm a atitude de fazer o melhor que podem, focalizando o tempo disponível nas oportunidades existentes agora.

A responsabilidade requer a consideração de padrões éticos apropriados, diretrizes e práticas profissionais. As operadoras de ajuda religiosas estão habituadas a trabalhar em colaboração com outras operadoras e conhecem a importância do apoio entre pares e da valorização do trabalho por parte dos pares. Acolher favoravelmente as opiniões dos outros, ajuda à manutenção do equilíbrio e assegura a continuidade do crescimento e desenvolvimento.

A medição e a gestão fazem referência ao cuidado e à conservação da energia e dos recursos pessoais. Isso pode requerer a partilha da experiência com uma colega de confiança. A direção espiritual pode ser um contexto no qual as operadoras religiosas podem explorar as suas necessidades para gerir os seus recursos interiores e estilos de vida da melhor maneira.

A curiosidade deve ajudar a manter um sã sentido de abertura e maravilha na observação do mundo. Na relação de ajuda, é fácil tornar-nos pessoas desiludidas. A perspectiva espiritual que considera cada pessoa como manifestação única da criatividade de Deus pode ajudar a observar a pessoa em dificuldade com um olhar isento de juízo. Pode encorajar a frescura na abordagem e compensar as tendências à generalização e despersonalização das pessoas necessitadas de assistência.

A negociação afere a importância da flexibilidade e do dar-para-receber na relação de ajuda. As pessoas que acreditam que o Espírito do Senhor repete sempre as mesmas coisas, mas com uma modalidade diversa, permanecem abertas a novos caminhos na satisfação do seu encargo. O fazer parte de uma comunidade fornece às religiosas uma competência operativa de negociação e a capacidade de dar-para-receber nas relações interpessoais.

O reconhecimento das ações tem a ver com a sensação de dar o próprio contributo. Para as religiosas, a experiência vivida através da relação de ajuda contribui a reconhecer em si mesmas um sentimento de eficácia. No encontro com as pessoas em dificuldade encontra-se Deus, e reconhece-se um sentido no valor e no objetivo do esforço. Para quem dedica a sua vida a seguir Jesus, o esforço de restituir expressividade e significado incrementa a capacidade de recuperação da energia e contraria o esgotamento.

5.5 Trabalho em rede: descrição dos modelos e dos objetivos, valor acrescentado

Nos últimos cinquenta anos, o trabalho social conheceu um aumento de complexidade, entendida quer como aumento da diferenciação e inter-relação entre necessidades diversas (as chamadas multiproblemáticas), quer como aumento simétrico das instâncias chamadas a ocupar-se das mesmas.

Definitivamente superadas as estruturas assistenciais fechadas e chamadas a dar uma resposta única (sem distinguir entre pessoa e pessoa, entre necessidade e necessidade), como os manicómios, institutos para mulheres sós, alcoólicos, menores abandonados, etc., o trabalho social abriu-se e confrontou-se com a realidade circunstante.

Para a solução dos problemas cada vez mais multidimensionais, operadores e políticos realizaram experiências para envolver progressivamente todas as figuras que, em vários níveis, podem contribuir eficazmente para a solução de determinados problemas ou, melhor dizendo, para a satisfação de determinadas necessidades.

Esta é, numa última síntese, a génese do trabalho em rede, uma abordagem que coloca a pessoa (e não o problema) em condição de necessidade no centro de um sistema complexo e multifuncional, composto pelas seguintes instâncias: família, amigos, serviços sociais e sanitários, institutos religiosos e de comunidade, recursos formais e informais envolvidos numa lógica de cuidado comunitário. Esta última, entendida como contexto de cuidado e promoção humana.

A abordagem em rede é evidentemente estratégica quando se fala de intervenções, sejam elas de prevenção ou de assistência, no âmbito do tráfico de pessoas. Isto porque se propõe criar ou reforçar laços, criar integração ou oportunidades estruturais de comunicação entre entidades diversas (pessoas, instituições, recursos), que são diferentes, mas que podem convergir ou entrelaçar-se, num sentido sistémico, em direção a uma ação partilhada.

Se passarmos do nível teórico-abstrato ao mais prático-operativo, damos-nos conta de que a proteção dos sujeitos mais vulneráveis a tornarem-se vítimas no âmbito do tráfico requer numerosas intervenções a diferentes níveis. Intervenções que se colocam num contínuo de prevenção-assistência-reintegração, frequentemente em âmbitos diversos.

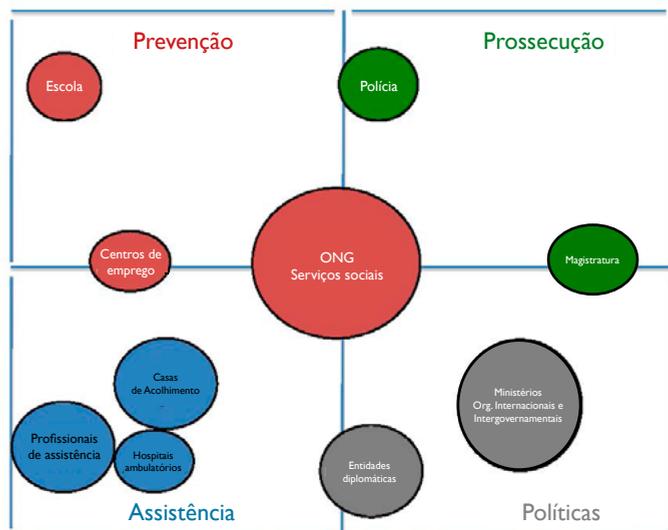
No campo da prevenção, as intervenções diretas sobre as pessoas vulneráveis nos países de origem, variam das intervenções educati-

vas nas escolas, nos centros de convívio juvenil, nos centros de emprego e nos locais de oração. No destino, as intervenções educativas e informativas típicas da prevenção primária são dirigidas a potenciais (e muitas vezes inconscientes) exploradores. Ainda no destino, acrescentam-se as intervenções de prevenção secundária, onde as pessoas vítimas regressam ao centro da ação. A estas somam-se as intervenções indiretas, isto é, todas as atividades destinadas à produção de mensagens informativas e de modificação de leis, regulamentos e políticas de emprego, de migração e acolhimento.

Também no campo da assistência e reintegração, podem-se distinguir as intervenções entre diretas e indiretas, no país de origem e de destino: as primeiras incluem todas as práticas que envolvem a pessoa vítima de tráfico, as segundas referem-se a tudo o que gira à sua volta.

Esta breve síntese das atividades de prevenção e assistência (às quais se poderiam juntar aquelas mais profundamente repressivas, aqui não tratadas por não serem da competência das religiosas) dá já a entender quão numerosas são as instâncias e os atores envolvidos.

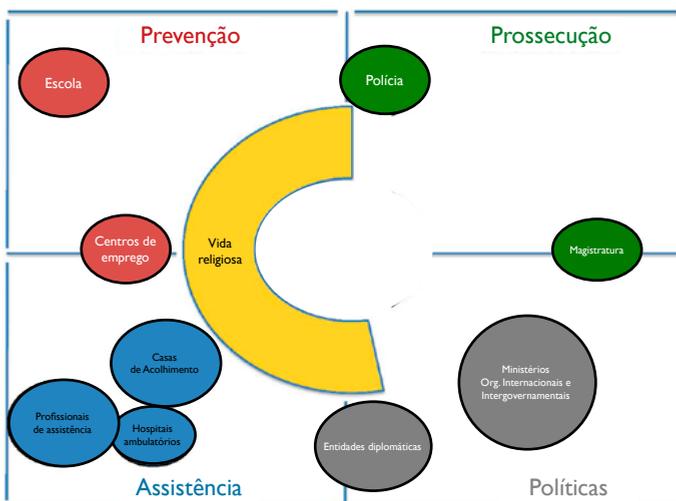
A figura que se segue reporta, numa forma obviamente simplificada e não exaustiva, as principais instâncias envolvidas nos quatro principais centros de atividade no âmbito do tráfico.



É fácil imaginar quantas agências psicossociais governamentais e não-governamentais, laicas e religiosas, entidades diplomáticas e organizações intergovernamentais, entidades jurídicas, forças policiais, centros de saúde públicos e privados estão envolvidos, e, portanto, quantos profissionais de formação múltipla desempenham sua obra neste campo.

É igualmente evidente a confusão que se pode criar num território se não houver colaboração entre as referidas agências. Sem colaboração, nenhuma agência poderia, por si só, fazer fosse o que fosse; ao mesmo tempo, uma escassa colaboração conduz apenas a resultados parciais e insatisfatórios. E isso aplica-se tanto aos lugares de origem das pessoas como aos lugares onde estas se tornam vítimas. Embora o tráfico seja mal definido, é, sem sombra de dúvida, um fenómeno transnacional e global, que requer, necessariamente, uma elevada coordenação entre os sujeitos envolvidos.

Onde colocamos os igualmente numerosos componentes da vida religiosa? Na figura que se segue, foi colocada por cima do núcleo central representado pela galáxia de Ong's nacionais e internacionais diversamente especializadas que intervêm nos quatro quadrantes. A vida religiosa sobrepõe-se mais ao lado esquerdo, nas atividades de prevenção e assistência, embora não se deva esquecer que nalguns países ela colabora ativamente com as forças policiais e participa nas comissões institucionais chamadas a decidir sobre as estratégias operacionais e sobre as modificações legislativas para tornar as ações de prevenção, proteção e prossecução mais incisivas.



Para concluir este breve enquadramento das redes sociais, apresentamos alguns elementos-chave:

1. elementos-chave:

Definição. Uma rede representa um grupo de atores (indivíduos, grupos ou organizações) que, partilhando os mesmos interesses e reconhecendo-se capazes de velar pelos mesmos, decidem colaborar.

A opção de colaborar em rede com outros sujeitos é - ou antes, deve ser -, livre. Do mesmo modo, também a relação entre os membros da rede deve ser absolutamente livre, caso contrário, já não se fala de redes, mas de organizações estruturadas no seu interior. Não podem ser chamadas verdadeiras redes sociais aquelas em que alguns membros tenham sido constrangidos, nem que seja por simples conveniência, a aderir, porque, como veremos a seguir, faltam aqueles elementos de confiança e respeito que são absolutamente necessários para o nascimento e a sobrevivência de uma rede.

A relação pode ser simétrica ou assimétrica: as relações do primeiro tipo preveem um intercâmbio contínuo, ao passo que as segundas são de sentido único, isto é, um sujeito emite inputs, e o outro recebe-os sem dar qualquer feedback.

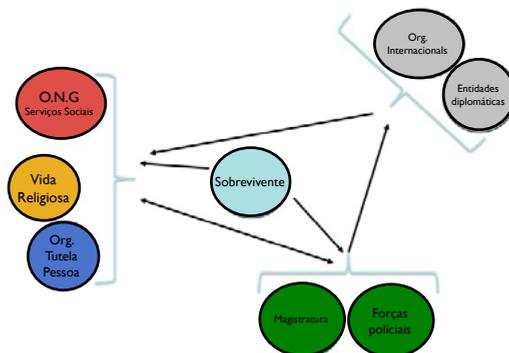
2.O cimento. Aquilo que une e mantém unidos os vários membros de uma rede é a confiança, que deve ser reconhecida e alimentada através da contínua afirmação de valores e de objetivos partilhados. É isso que separa claramente um grupo de atores que, operando no mesmo território, dialogam entre si e os sujeitos que colaboram ativamente uns com os outros e se sentem representados pelos outros membros. No campo social, não pode haver uma rede social que inclua membros que adotam metodologias coercivas ou pouco respeitadoras da dignidade do indivíduo e outros que, pelo contrário, creem firmemente na inviolabilidade da pessoa e do seu livre arbítrio. Nesse sentido, a rede social influencia e modifica os comportamentos dos sujeitos membros, porque a interação genuinamente orientada para o intercâmbio e a compreensão obriga ao confronto contínuo consigo mesmo, com as próprias ações e, sobretudo, com as próprias emoções.

3. As redes, formais ou informais que sejam, podem ser horizontais, quando agências que desenvolvem o mesmo trabalho decidem dar-se assistência e apoio e recíprocos, ou verticais, onde as relações entre os atores são caracterizadas por assimetria, hierarquia e dependência. Além disso podem ser informais quando a participação

é absolutamente livre e voluntária, ou formais, quando os membros decidem estruturar a sua colaboração com leis e regras.

4. A intensidade, ou seja, o grau de in/formalidade da relação entre os membros, determina a força de uma rede; assim, é possível distinguir entre redes de ligação forte e redes de ligação débil. A força e a debilidade, neste caso, não se referem, de modo algum, à eficácia da rede, medindo apenas a ligação entre os seus membros. As redes de ligação forte são aquelas que se ativam quase automaticamente quando se tem de perseguir um objetivo comum (é preciso prestar assistência uma pessoa, é preciso defender um princípio ou um direito, etc.). No diapositivo que se segue, no centro da rede coloca-se a pessoa em estado de necessidade, no nosso caso, uma sobrevivente ou vítima de tráfico. As agências chamadas a ocupar-se das problemáticas ligadas às ações de proteção e perseguição dos perpetradores, já têm um esquema de ativação consolidado, que se ativa apenas uma destas entra em contato com as pessoas.

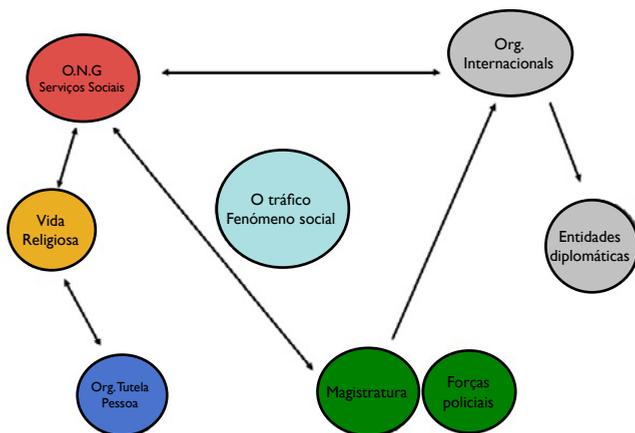
Redes de Ligação Forte



As redes de ligação débil são aquelas em que os membros estabelecem contactos sem terem um objetivo comum, mas apenas para troca de informações, organização de convénios, etc., ou seja, para

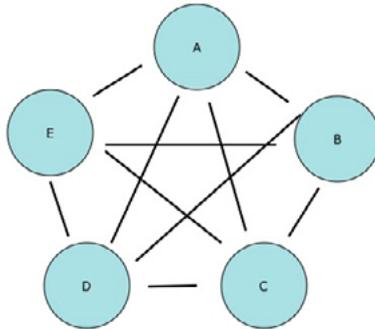
atividades ligadas à reflexão sobre um fenómeno, neste caso, o tráfico de pessoas.

Redes de Ligação Débil



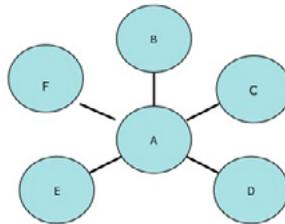
O conjunto das características acima referidas gerará diferentes modelos de gestão da rede. Estes modelos podem variar de uma gestão do fluxo comunicativo e das relações internas livre e casual,

Gestão da Rede (1): Aberta e casual



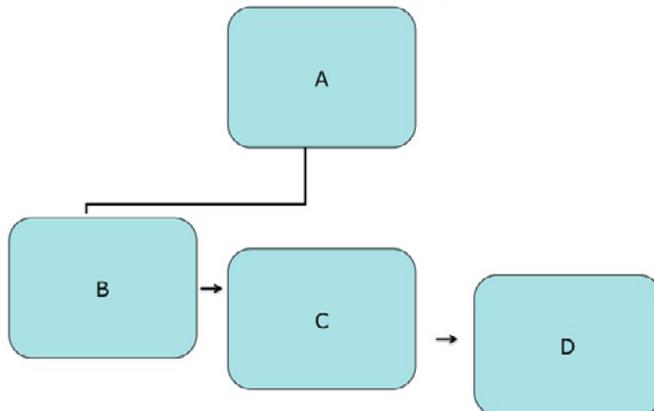
ou com uma coordenação centralizada (ou descentralizada).

Gestão da Rede (2): Centralizada e Coordenada



ou ainda, hierárquica.

Gestão da Rede (3): Hierárquica



Os exemplos acima referidos são apenas exemplos extremos e extremamente abstratos; a realidade encontra-se no meio destes modelos, com redes que se vão alternando no papel de coordenação, ou que estruturam as relações com base na “competência” dos membros.

Caberá à sensibilidade dos seus membros, às suas necessidades e objetivos, decidir que tipologia de rede e de modelos para a gestão da mesma deverão privilegiar. ■

6. A Rede Talitha Kum

A rede Talitha Kum é fruto da colaboração entre a UISG e a OIM no projeto "Counter-Trafficking Training Programme for Religious Personnel" [Programa de treino anti tráfico para pessoal religioso] realizado em cooperação com a Embaixada dos Estados Unidos da América junto da Santa Sé, graças ao financiamento do Gabinete de População, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos. O projeto, destinado à formação de pessoal religioso empenhado em atividades de prevenção e proteção das vítimas de tráfico, propunha-se oferecer competências específicas a freiras que, muito frequentemente, desempenhavam o seu trabalho em condições de isolamento profissional e espiritual.

Os dois primeiros anos do projeto (2004-2005) focaram-se na consolidação do módulo de formação, realizado em benefício de grupos de religiosas em países determinados (Albânia, Roménia, República Dominicana, Nigéria, Tailândia e Portugal).

Frente à eficácia da formação, a partir da terceira anualidade de projeto, as duas agências decidiram, de comum acordo, mudar as modalidades de disponibilização da formação: já não numa base nacional, mas numa base regional e segundo a lógica de "formar os formadores".

Os cursos foram assim destinados a religiosas de vários países situados numa mesma área regional com expressões de tráfico semelhantes (modalidade de recrutamento, perfil das vítimas, respostas da comunidade, etc.); as mesmas, sucessivamente, encarregaram-se de difundir os conteúdos do curso às irmãs do seu próprio país.

Cada formação foi depois seguida por uma sessão de follow-up, na qual se lançaram as bases para a constituição de redes regionais e intercongregacionais de religiosas empenhadas no campo do tráfico.

O segundo biénio assistiu, assim, à criação das redes do sudeste asiático, do Brasil e da África do Sul.

Depois de experimentada esta fórmula e vistos os resultados obtidos em termos de geração de redes locais, começou-se a projetar a realização de uma rede global das religiosas.

Esta iniciativa desenvolveu-se em dois momentos entre os seus associados;

Primeiro momento: em 2008, foi organizado o primeiro congresso das religiosas empenhadas no campo do tráfico. O encontro tinha

uma dupla finalidade;

a) preparar uma declaração conjunta sobre o significado do empenho das religiosas, com o objetivo de dispor de uma clara declaração de intenções para poder dialogar com outras realidades institucionais, governamentais ou não;

b) debater e recolher os pareceres sobre a possível constituição de uma rede global, composta por todas as redes regionais já constituída e em fase de constituição (América do Sul, Índia, África Ocidental e Oriental).

O encontro deu origem à seguinte declaração:

DECLARAÇÃO
das religiosas participantes no

CONGRESSO 2008
"Religiosas em Rede contra o Tráfico de Pessoas"

Organizado em Roma de 2 a 6 de junho de 2008
pela União Internacional das Superioras Gerais (UISG)
e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Nós, 47 participantes, membros de 29 Congregações religiosas e representantes de redes nacionais, regionais e internacionais em mais de 30 Países, reunimo-nos para trocar experiências, debater, refletir e rezar sobre a delicada missão de combater o tráfico de pessoas.

Denunciamos que o Tráfico de pessoas é um crime e representa uma grave ofensa contra a dignidade da pessoa e uma séria violação dos Direitos Humanos.

Como mulheres consagradas, em solidariedade com os nossos irmãos e irmãs que sofrem as consequências deste mal, **não ficaremos em silêncio.**

Condenamos este crime e dirigimo-nos sobretudo aos Governos dos países de origem, de trânsito e de destino das nossas irmãs e dos nossos irmãos, vendidos e reduzidos a objeto desta nova forma de escravidão.

Apelamos aos governos a que sejam responsabilmente ativos na definição de normativas contra o tráfico e na proteção das vítimas, bem como em tornar essas normativas aplicáveis a todos os níveis, disponibilizando os fundos necessários para combater este crime. Devem, além disso, apoiar o trabalho das redes nacionais e internacionais ativas na luta contra o tráfico de pessoas.

Apelamos fortemente às Conferências Episcopais católicas, às Conferências Nacionais das Religiosas e dos Religiosos, às Comunidades católicas e não-católicas, a que tomem posição e se empenhem com renovada energia na defesa dos direitos humanos e na denúncia de qualquer forma de exploração.

COMPROMETEMO-NOS a

- trabalhar em rede entre nós e com outras organizações sociais, religiosas e políticas;
- reforçar as ações e iniciativas existentes;
- otimizar os recursos para a prevenção, assistência e proteção, sensibilização e denúncia do tráfico de pessoas;
- continuar a desenvolver programas educativos para despertar a consciência das pessoas sobre este grave fenómeno.

Estamos conscientes de que só através de um trabalho de cooperação e solidariedade se poderá fazer frente às causas estruturais que geram o tráfico de pessoas. Esta Missão obriga-nos a tomar uma posição místico-profética, que exige de nós uma contínua conversão e uma mudança de mentalidade.

Renovamos o nosso empenho em promover a dignidade de todas as pessoas como resposta às palavras de Jesus:

"Eu vim para que tenham a vida, e a vida em abundância"
(Jo 10,10).

O Segundo momento. Em 2009, foi organizado um segundo congresso, também neste caso com duas finalidades:

a) verificar a "capacidade" da declaração de intenções emanada no ano anterior, ou seja, verificar a sua funcionalidade em termos de guia operacionais e a possibilidade efetiva de respeitar o seu espírito;

b) partilhar as linhas para a constituição efetiva da rede global e identificar os seus mecanismos reguladores

No fim do Congresso, as religiosas reunidas aprovaram a constituição da rede Talitha Kum: rede internacional da vida consagrada, empenhada nas atividades de combate ao tráfico de pessoas.

O objetivo geral da rede é a partilha e a maximização dos recursos da vida religiosa no campo da prevenção, proteção e assistência, sensibilização e denúncia do tráfico.

Os objetivos específicos foram formalizados como se segue:

- Partilhar informações, investigações, experiências, boas práticas, recursos humanos e materiais
- Reforçar a comunicação mediante o uso de todos os meios disponíveis e possíveis
- Continuar a obra de formação para permitir aos membros intervenções estratégicas e qualificadas no campo do tráfico
- Tomar posição e; a) fazer declarações públicas, especialmente durante eventos planetários, b) tornarmos porta-voz daqueles que não têm voz e c) partilhar estratégias e metodologias para diminuir a procura.

O Congresso mandatou a equipa de coordenação da UISG para dar seguimento aos desejos manifestados nos congressos e definir as modalidades de gestão da rede.

Tecnicamente, a rede Talitha Kum é uma rede de redes, e compreende duas modalidades de gestão diferentes:

-As redes regionais são, na sua grande maioria, redes de ligação "débil", como anteriormente ilustrado. Os membros (nós) não têm um coordenador e dialogam entre si consoante as necessidades. Isso é possível porque, como já foi explicado, as dinâmicas relativas ao tráfico são muito semelhantes, e os membros da rede falam a mesma língua em sentido real e metafórico.

- A rede global, composta pelas redes regionais, tem uma estrutura mais "forte" (sempre no sentido indicado na parte teórica); a coordenação central, por parte da UISG. O intercâmbio e a comunicação entre as redes, fora da própria região, ainda é escasso, embora esteja em crescimento.

Esta opção foi obrigatória, visto que as redes regionais não falam normalmente uma linguagem partilhada, tanto em sentido real como

metafórico. As problemáticas abordadas pela rede do subcontinente indiano são muito diferentes das encontradas na Europa que, por sua vez, são diferentes das da América central, e assim de seguida.

No momento da redação deste volume, a estrutura continua a ser a mesma, mas não se exclui, como aliás já foi debatido em sede de constituição durante os trabalhos do congresso de 2009, a possibilidade de uma gestão mais aberta da coordenação, por exemplo, através da constituição de uma direção virtual, formada pelos coordenadores das redes regionais.

Concluindo, devemos recordar que a estrutura da rede se modifica consoante a alteração das circunstâncias ecológicas externas, devidas ao ambiente (por exemplo, uma mudança do modus operandi dos traficantes, que requer um diálogo mais contínuo entre dois membros que, anteriormente, não estavam interessados em dialogar), ou internas (por exemplo, o aumento de competências, que faz com que alguns membros da rede desenvolvam competências que também podem ser partilhadas por outros membros não pertencentes à mesma região).■

Bibliografia

Capítulo 1

- Albano A., Volpicelli S., "Il mancato sviluppo: le conseguenze del fallimento dei progetti migratori sugli individui e sulle società", en Saquella S. y Volpicelli S., *Migrazione e sviluppo, una nuova relazione*, La nuova cultura edizioni, Roma 2012.
- Andrijasevic R., "Beautiful dead bodies: gender, migration and representation in anti-trafficking campaigns" en *Feminist Review*, 86, 2007.
- Atkinson, A. B. (1997). "Bringing Income Distribution in from the Cold." *Economic Journal*, 107(441): 297-321.
- Atkinson A.B., Morelli S., "Chartbook of Economic inequality", ECINEQ Society for the Study of Economic Inequality, Working Papers 2014-324.
- Baumann Z., "Globalization: The Human Consequences", Cambridge, Polity Press; Oxford-Blackwell, 1998.
- Baumann Z., "Wasted Lives. Modernity and its Outcasts", Cambridge, Polity Press, 2004.
- Berger, P. L., Luckmann T., *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*, Garden City, NY: Anchor Books, 1966.
- Congdon Fors, Heather, "Social Globalization and Child Labor." Working Paper N°. 533, School of Business, Economics and Law, University of Gothenburg, Gothenburg, Suecia, 2012.
- DellaVigna S., Kaplan E., "The Fox News Effect: Media Bias and Voting." *Quarterly Journal of Economics*, 122(3): 1187-1234, 2007.

-
- Freud S., "Das Unbehagen in der Kultur", First publisher Internationaler Psychoanalytischer Verlag, Viena, 1930.
- Fromm E., To Have or To Be, Continuum, Londres-Nueva York, 1976.
- Fukuyama, F., "The End of History and the Last Man", Free Press, 1992.
- Gentzkow M., Shapiro J., "Media, Education and Anti-Americanism in the Muslim World." Journal of Economic Perspectives, 18(3): 117-133, 2004.
- Hall P.M., "Asymmetric Relationships and Processes of Power", Studies in Symbolic Interaction, Supplement 1, p. 309-344, JAI Press Inc., 1985.
- ILO World of Work Report, Income Inequalities in the Age of Financial Globalization, International Institute for Labour Studies, Ginebra, 2008.
- ILO global estimate of forced labour: results and methodology (2012) p. 13.
- IOM Glossary on Migration, International Migration Law, IOM, Ginebra, 2004.
- IOM Policy in Brief, Ginebra, 2012.
- Kihato C.W., Migrant Women of Johannesburg, Everyday Life in an in-between City, MacMillan, Nueva York 2013.
- Kotkin J., The problem with the mega-cities, Chapman University Press 2014.
- Lazcko F., Human trafficking: The Need for Better Data, The Online Journal of the Migration Policy Institute, 2002.
- Lewicki, R. J., Tomlinson E. C. "Trust and Trust Building." Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Information Consortium, University of Colorado, Boulder. 2003.

-
- Mitzen J., "Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma", en *European Journal of International Relations*, Vol.12 n.3 p.341-370, Septiembre 2006.
- Moyo D., *Dead Aid*, Farrar, Straus and Giroux, Nueva York, 2009.
- Pope Francis, *Encíclica Laudato Si*, Libreria Editrice Vaticana, 2015.
- Pope Francis, *Laudato si*, Shalom, 2015.
- Raymond J.G., *Guide to the New UN Trafficking Protocol, Coalition Against Trafficking in Women*, 2001.
- Sandholtz, Wayne, Mark M. Gray (2003). "International Integration and National Corruption." *International Organization*, 57(4): 761-800.
- Saquella S., Volpicelli S., *Migrazione e sviluppo, una nuova relazione, la nuova cultura edizioni*, Roma 2012.
- Scott J., Marshall G., *Oxford Dictionary of Sociology*, Oxford University Press, 2009.
- Sparks C., *Globalization, Development and the Mass Media*, SAGE publication, Londres 2007.
- Stiglitz J., *Globalization and its discontents*, Penguin Books, Londres, 2002
- Swadzba U., "The Impact of Globalization on the Traditional Value System", en *The scale of globalization. Change individually in the 21st century*, Universidad de Ostrava, 2011.
- UNODC, *Global Report on Trafficking in Persons*, Nueva York, 2014, p.7.
- Van Hear N., *Mixed Migration: Policy Challenges*, The Migration Observatory, Oxford 2011.
- Zarembka J.M., "America's dirty work: Migrant Maids and Modern-Day Slavery" en Eherenreich B., Hochschild A.R., *Global*

Women, Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy, I Granta Books, Londres 2003.

Young I.M., Justice and the Politics of Difference, Princeton University Press, New Jersey 1990.

Yusuf A., Impact of Globalization On Culture, Department Of Arts And Social Sciences Education, Faculty Of Education, University of Ilorin, Nigeria, 2008.

Capítulo 2

Boyle A., Chinkin C., The Making of International Law, Nueva York Oxford University Press, 2007.

Ditmore M., Wijers M., The negotiations on the UN Protocol on Trafficking in Persons, NEMESIS 2003, nº. 4.

Doezema J., Who gets to choose? Coercion, consent and the UN Trafficking Protocol, Gender and Development, Vol. 10, 2002.

Gallagher A., Human Rights and Human Trafficking: Quagmire or Firm Ground? A Response to James Hathaway, Virginia Journal of International Law.

Huberts C., Minet J.-F., La loi du 29 avril 2013 visant à modifier l'article 433quinquies du Code pénal en vue de clarifier et d'étendre la définition de la traite des êtres humains : analyse et mise en perspective, Revue de Droit pénal et Criminologie, enero 2014.

Nelken D., Thinking about legal culture, King's College London Dickson Poon School of Law Legal Studies Research Paper Series: Paper Nº. 2014-33.

Reisman W.M., "International Law Making: A Process of Communications", 1981, Yale Law School.

Romano S., Lo Stato moderno e la sua crisi, Giuffrè, 1969.

G. Yun, *Concealed Chains: Labour exploitation and Chinese migrants in Europe*, ILO • ISBN 978-92-2-121993-4.

Capítulo 5

AA.VV., *L'operatore cortocircuitato. Strumenti per la rilevazione del burn-out fra gli operatori sociali*. Ed. CLUP, Milán, 1987.

Agostini L., Pacchi C., Parisi R., "Burnout e servizi sociosanitari. Un'indagine esplorativa", En: *Difesa Sociale*, 1990 pp. 41-62.

Battistelli A., *Saper fare*, FrancoAngeli, Milán, 1995.

Bernstein, Gail S., Halaszyn Judith A. *Human Services? ... That Must Be So Rewarding: a Practical Guide for Professional Development*, Paul H Brookes Pub Co, 1989.

Carkhuff R., *L'arte di aiutare* - ed. Erickson Trento, 1989.

Cherniss C., *La sindrome del burn-out. Lo stress lavorativo degli operatori dei servizi socio sanitari*. CST Centro Scientifico, Turín, 1986.

Contessa G., "La Burning-out syndrome in Italia", en *Animazione sociale*, 1982.

Contessa G., *L'operatore cortocircuitato*, CLUP, Milán, 1987.

Del Rio G., *Stress e lavoro nei servizi. Sintomi, cause e rimedi del burnout*. NIS Roma, 1990.

Faretto G., *Psicosomatica e psicopatologia del lavoro*. Unicopli. Milán, 1992.

Gabassi P.G.; Mazzon M., *Burnout 1974-1994. Vent'anni di ricerche sullo stress degli operatori sociosanotari* Franco Angeli Editore Milán, 1995.

-
- Genevay, B., & Katz, R. S., Countertransference and older clients. Thousand Oaks, CA: Sage, 1990.
- Ghirelli G., Volpi C., Contes A., "Un intervento formativo per la prevenzione del burnout nei servizi socio-sanitari ed amministrativi", en Rassegna del Servizio Sociale., nº. 30, 1990.
- Giusti E., Autostima, Sovera, 1997, Roma.
- Gray, H. D., & Tindall, J. A., "Peer counselling: an in-depth look at training peer helpers" en: Accelerated Development, Muncie, 1978.
- Guidano V.F., Il sè nel suo divenire, Bollati Boringhieri, Turín, 1992.
- Maslach C., La sindrome del burnout. Il prezzo dell'aiuto agli altri. Cittadella Editrice, 1992.
- Maslach C., Leiter P., Burn out e organizzazione. Modificare i fattori strutturali della demotivazione al lavoro. Feltrinelli, 2000.
- Maslach, C., Pines, A., "The burnout syndrome in day care settings", en Childcare Quarterly 6, no.2, 1979.
- Maslach C., Pines, A., "Burnout, the loss of human caring", Experiencing Social Psychology, 1977.
- McKay M., Fanning P., Self Esteem, New Harbinger Pub., California, 1992.
- Mucchielli R., Apprendere il Counseling - Ed. Erickson, Trento, 1988.
- Paritzky, R. S., "Training peer counselors: The art of referral". Journal of College Student Personnel, 22(6), 528-532, 1981.
- Pellegrino F., La sindrome del burn out, Centro Scientifico Editore Turín, 2000.
- Piccardo C., Empowerment, Raffaello Cortina Editore, 1995, Milán.

-
- Rogers C.R., Psicoterapia di consultazione, - Ed. Astrolabio, 1989.
- Rogers C.R. & Kinget M., Psicoterapia e relazioni umane - Ed. Bollati, Boringhieri, 1993.
- Rogers C.R., On Becoming a person, Houghton Mifflin, Boston, 1996.
- Rossati A., Magro G. Stress e burnout, Carocci, Roma, 1999.
- Santinello M., La sindrome del burn-out. Aspetti teorici, ricerche e strumenti per la diagnosi dello stress lavorativo nelle professioni di aiuto. Erip. Pordenone, 1990
- Zimmerman M., Rappaport J., (1988). "Citizen participation, perceived control and psychological empowerment" en American journal of psychology, 16, 725-750.

ANEXO

Teste “A resposta natural”

Primeira parte

Para cada um dos 10 casos propostos, escolha entre as várias respostas aquela que mais se aproxima da que daria.

CASO 1: mulher de 37 anos (voz cansada)

Realmente não sei o que fazer. Ah! Não sei se devo retomar o meu lugar como telefonista... enerva-me de tal maneira, suporto-o com muita dificuldade... mas é um lugar seguro, com um bom salário; portanto, ou abandono tudo e faço só o que me interessa verdadeiramente, e que seria em todo o caso um trabalho menos monótono, mas isso significaria recomeçar do zero, com um ordenado muito baixo... Não sei se conseguirei fazê-lo ou não...

RESPOSTAS

1. Poderia dizer-me, antes de mais, o que lhe interessa actualmente? É muito importante reflectirmos acerca disso.
2. Atenção, antes de se lançar em qualquer coisa nova, é preciso que esteja segura de que isso é mais vantajoso e que não irá deixar o certo pelo incerto.
3. Bom, vamos lá, não é caso para desesperar; trata-se de saber para que serviço poderia ser transferida; posso marcar-lhe um encontro com o chefe do pessoal?.
4. O seu embaraço tem uma dupla explicação: por um lado está na dúvida se deve abandonar o lugar que ocupa atualmente, por outro, não sabe que outro emprego lhe convém.
5. É mesmo uma decisão difícil, não é? Ou correr os riscos associados ao início de um trabalho completamente novo, ou escolher a segurança de um posto de trabalho que, no entanto, não lhe agrada.
6. Preocupa-se demasiado, certamente não é destruindo os seus nervos que resolverá as suas dificuldades. Não é preciso ficar nesse estado. Tudo acabará por se arranjar.

CASO 2: homem de 30 anos (voz cansada, ingénua, rude)

Tenho mesmo um sentimento estranho: quando me acontece algo de bom, não sou capaz de acreditar nisso, faço como se nada tives-

se acontecido, incomoda-me tanto! Queria ter um encontro com a Laura, andei à volta dela durante semanas, antes de ter coragem suficiente para pedir-lhe que nos encontrássemos... e ela disse que "sim". Nem queria acreditar. De tal modo não conseguia acreditar, que nem sequer apareci no encontro.

RESPOSTAS

1. Tem que amadurecer, meu rapaz, e ser um pouco mais realista quanto às mulheres. Elas também são seres humanos; desejam ter encontros tanto como você.
2. Assim vai-lhe parecer sempre irreal quando lhe acontecer algo de bom...
3. Convenceu-se de tal modo que nada de bom lhe poderia acontecer, que quando acontece lhe parece impossível que pode ser verdade.
4. Pergunto-me se esta sensação de irrealidade não poderá estar ligada a um momento particular da sua existência. Poderia explicar-me um pouco melhor o que queria dizer com "quando me acontece alguma coisa boa?"
5. Mas parece-lhe caso para se preocupar tanto? Todos nós superamos sensações ou desejos estranhos. Estou convencido que conseguirá superar esta situação.
6. Penso que esta experiência pode servir-lhe como uma lição. Da próxima vez, deverá esforçar-se por aceitar a sua boa sorte.

CASO 3: homem de 35 anos (voz forte, pausada, agressiva)

Estou decidido a fazer qualquer coisa, não tenho medo de trabalhar arduamente, não tenho medo de receber golpes duros, ainda que tenha bem claro em que direção estou a ir! Não tenho medo nenhum de passar por cima dos outros se os encontrar no meu caminho, porque quero tudo para mim! Não posso contentar-me com um trabalho medíocre! Quero ser alguém!

RESPOSTAS

1. Em suma, comporta-se como um ambicioso porque tem de provar a si mesmo o seu valor.
2. Acredita que é preciso ser o primeiro em qualquer caso, independentemente dos esforços e dos meios que tenha de empregar para o alcançar?
3. Para si, o que é que o impele com tanta decisão a procurar ser alguém?
4. Interessar-lhe-ia submeter-se a algum teste para determinar em que sector poderia ter melhor saída? Poderia ser muito vantajoso para si, mesmo que seja sem dúvida possível que, com a sua determinação, possa fazê-lo em muitas situações.
5. Uma grande ambição pode ser realmente uma vantagem para qualquer um. Todavia, tem a certeza de pensar assim como diz, isto é, que não lhe importaria nada passar por cima daqueles que lhe tapam o caminho? Não pensa que isso poderia revelar-se mais negativo que positivo para si?
6. As suas opiniões são decididas, sem dúvida. Creio que está a sofrer os efeitos de uma desilusão recente. É preciso que se acalme e reflecta, e verá que conseguirá recuperar o sangue frio sem perder o seu entusiasmo.

CASO 4: mulher de 30 anos (voz de desânimo)

Há dez anos que habito nesta cidade, e há sete que vivo no mesmo apartamento, mas não conheço ninguém. No escritório parece-me que não posso fazer amizades, é como se estivesse paralisada. Esforço-me por ser gentil com os outros colegas, mas sinto-me como que contraída e sem à-vontade; então digo para mim mesma que isso não me importa nada. Não se pode confiar nas pessoas. Cada um por si. Não quero amigos... algumas vezes acabo por ficar mesmo convencida disso.

RESPOSTAS

1. Você é demasiado pessimista. Não pode andar sempre assim de modo algum. Vai ver que, por força das circunstâncias, os outros irão ter consigo.
2. Conheço outras pessoas na sua situação; todavia, elas conseguiram criar relações agradáveis, ao aderirem à associação "Tempo livre e Férias". O importante é uma pessoa não se convencer que terá forçosamente de ficar sozinha.
3. Talvez se me contar alguma coisa mais sobre a maneira como procura fazer amigos, poderemos ter uma ideia mais clara acerca do que não está a funcionar.
4. Esta situação dura há tanto tempo que acabou por ficar convencida disso. É isso que queria dizer?
5. Será, porventura, que não quer fazer amigos, unicamente para se proteger de outra coisa qualquer?
6. É desagradável não ter amigos, e realmente é caso para se preocupar. Há um certo número de coisas que poderia fazer para aprender a fazer amizades, e quanto mais cedo começar, melhor.

CASO 5: ex-militar de 30 anos (voz clara e decidida)

Que adianta? Ninguém me trata com lealdade. Os que ficaram em casa tiveram as melhores coisas, aproveitaram-se de nós enquanto combatíamos na frente, malditos sejam todos eles. Quanto à minha mulher... (silêncio) ah, se...

RESPOSTAS

1. Começou a dizer-me qualquer coisa a propósito da sua mulher...
2. Pensa que foi explorado e que isso o faz andar zangado?
3. Ganharam vantagem sobre si e isso indigna-o, enquanto pensa ter direito a mais atenções do que os outros.
4. Entendo os seus sentimentos actuais, mas isso impede-o de andar para a frente, se não tentar superá-los.
5. Não é o único a estar furioso. E com motivos válidos até. Todavia, com o tempo conseguirá esquecer isso e a pôr-se em marcha.
6. Está atraído pela ideia de se vingar, mas isso complica sempre as coisas, ou não?

CASO 6: homem de 36 anos (voz clara e decidida)

Eu sei que poderei ter êxito neste empreendimento; tudo o que é preciso é: uma visão global do problema, um pouco de bom-senso e a coragem de tentar. Eu tenho tudo isso. Se conseguisse ter também uma ajuda monetária, não hesitaria um instante a lançar-me.

RESPOSTAS

1. Se calhar deseja o endereço de um consultor financeiro; nestes casos é necessário sempre informar-se, antes de aceder aos empréstimos.
2. Perfeito. É preciso estar-se seguro de si, se se quer obter algo. Começar com hesitações pode realmente arruinar tudo; está no bom caminho, e espero que consiga.
3. Se pudesse ter os fundos para iniciar, estaria certo de retirar lucro.
4. Sente-se seguro de poder conseguir, porque se dá conta efectivamente daquilo que é preciso para que o negócio chegue a bom porto. Quando se vêem as coisas tão claramente, a certeza aparece por si mesma.
5. Já analisou os riscos que terá de correr?
6. Coloca muitos problemas quanto ao dinheiro, ao modo de conseguir-lo, e à arte de servir-se dele.

CASO 7: homem de 46 anos (voz amarga e tensa)

Ora! É um que chegou ainda há pouco à firma, mas é um espertalhão, tem sempre resposta pronta, crê que é um génio. Mas, meu Deus!... Nem sabe com quem é que se está a meter. Seria capaz de fazer melhor que ele, se quisesse!

RESPOSTAS

1. Você pensa ter de ser o primeiro. É verdadeiramente importante para si ser sempre o melhor.
2. Tomando desde o início essa atitude perante esse recém-chegado, não está, de facto, a comportar-se da melhor maneira.
3. Isso exigirá, sem dúvida, agir com muito método e reflexão. É preciso que tome muita atenção.
4. Esse recém-chegado parece tão pretencioso que lhe dá vontade de superá-lo!
5. Vamos lá! Há que saber lidar com isso! Porque pensa ser tão im-

portante conseguir superá-lo?

6. Informou-se cuidadosamente sobre os antecedentes e as funções actuais dessa pessoa na firma? O que sabe acerca disso?

CASO 8: jovem mulher de 28 anos (voz tensa, irada, reprimada)

Quando olho para ela!... não é tão bonita como eu, é até menos inteligente, não tem estilo e eu pergunto-me como consegue encantar assim tantas pessoas, como é que não se apercebem de toda aquela afectação? Consegue sempre fazer qualquer coisa, e todos se admiram de como o conseguiu. Não posso suportá-la! Faz-me enlouquecer! Consegue ter tudo aquilo que quer! Ficou com o meu lugar, ficou com o Marco, roubou-mo literalmente, e depois atreveu-se a negá-lo; quando a pus diante das evidências, quando lhe disse aquilo que pensava, respondeu: "Tenho muita pena!" Mas... bem! Terá de se haver comigo!

RESPOSTAS

1. Ela assemelha-se a alguma outra jovem com a qual você já se tenha relacionado?
2. Crê que ela consegue ter aquilo que, na realidade, lhe deveria caber a si.
3. Dir-se-ia que você teve uma atitude um pouco violenta com ela. Todos temos preconceitos em relação a qualquer um, é porém muito raro que encontremos nele qualquer coisa de positivo.
4. É um caso típico de ciúmes, muito notório, provocado pela presença de uma pessoa que é talvez um pouco mais capaz ou mais perspicaz do que nós.
5. Porque não tenta observá-la e vencê-la no seu próprio terreno? Se ela é uma enganadora, deveria conseguir tervocê a última palavra.
6. Na sua idade é-se naturalmente muito sensível a qualquer desilusão, mas tem-se a vantagem de ser mais razoável e de ter maior experiência da vida.

CASO 9: (diálogo entre o Médico da empresa e Lucas, empregado recém-contratado)

- Então, Lucas, como se está a dar com os colegas de escritório?
- Ah, vão para o diabo; eu tentei dar o meu melhor, mas quando o

director e o seu vice se zangaram comigo porque me enganei ao fazer uma factura complicada, isto fez-me... tento fazer o melhor que posso... tento verdadeiramente fazer o melhor que posso, mas quando me vêm dizer que não é suficiente... isso demonstra-me sempre mais claramente que não sou bom em nada.

RESPOSTAS

1. Vá lá, Lucas, pense bem! É assim tão grave essa situação? É preciso não dramatizar!
2. Por outras palavras, mal o criticam tem a tendência a mostrar-se culpado?
3. Tinha dado o seu melhor, mas fizeram-lhe notar que tinha cometido um erro, e, de repente, pôs-se a pensar que não valia nada.
4. Vá lá, meu velho, se se deixa desanimar por semelhante coisa, então é que demonstrará de não ser bom em nada.
5. Diga-me, Lucas, é somente por causa deste episódio que começou a duvidar de si mesmo?
6. Numa altura destas deve considerar tudo aquilo que conseguiu fazer e não se deixar cegar pelas suas imperfeições. Faça o balanço dos seus sucessos.

CASO 10: (fragmento de diálogo entre um estudante e o responsável pelo seu plano de estudos)

- Entre!... O que posso fazer por si?

- Professor, queria que me ajudasse relativamente ao programa do próximo trimestre de Inverno. Pedi a opinião de várias pessoas acerca do que devo escolher, mas todos me dizem coisas diferentes, e é difícil para mim decidir o que fazer. O senhor acredita!... Estou somente no primeiro ano e não sei mesmo o que será melhor...

RESPOSTAS

1. Se bem percebi, você crê que se trata de um problema que requer uma ajuda externa, ou seja, que se trata de algo que não é capaz de decidir autonomamente.
2. Quer falar da área de estudos que deseja aprofundar e de que cadeiras opcionais incluirá no seu plano de estudos?
3. Vamos! Se você se cingisse principalmente ao seu critério, para decidir o que deve fazer e quer fazer, em vez de estar a ouvir o que dizem os outros, talvez tivesse maior proveito!

-
4. Ora bem, pergunto-me se a solução dos seus problemas não dependa principalmente do ter mais confiança em si mesmo, antes ainda que do fazer determinada escolha quanto às cadeiras.
 5. É claro, vamos tratar disso. Às vezes é bastante difícil situar-se na estrutura universitária.
 6. Já calculou as horas necessárias para frequentar as cadeiras que pode seguir e as horas de trabalho de que dispõe?

Segunda parte

Agora insira as respostas escolhidas na tabela seguinte, tendo o cuidado de considerar cada caso horizontalmente: por exemplo, se tiver escolhido a resposta 3 do primeiro caso, assinale o número 3 na coluna "E", e assim por diante.

| | A | B | C | D | E | F |
|--------|---|---|---|---|---|---|
| CASO1 | 2 | 4 | 6 | 1 | 3 | 5 |
| CASO2 | 1 | 2 | 5 | 4 | 6 | 3 |
| CASO3 | 5 | 1 | 6 | 3 | 4 | 2 |
| CASO4 | 6 | 5 | 1 | 3 | 2 | 4 |
| CASO5 | 6 | 2 | 5 | 1 | 4 | 3 |
| CASO6 | 2 | 6 | 4 | 5 | 1 | 3 |
| CASO7 | 5 | 1 | 3 | 6 | 2 | 4 |
| CASO8 | 3 | 4 | 6 | 1 | 5 | 2 |
| CASO9 | 4 | 2 | 1 | 5 | 6 | 3 |
| CASO10 | 3 | 2 | 5 | 6 | 4 | 1 |

Tercera parte.

Assim que tiver associado o número da resposta de cada caso à respectiva coluna, conte quantas casas ficaram assinaladas em cada coluna (não o total dos números assinalados). A coluna com o maior número de casos associados corresponderá à sua resposta natural. Ter quatro casos numa coluna representa uma boa prevalência. Pode suceder ter três respostas em duas ou mais colunas: isso significa que a resposta baloiça entre duas atitudes diversas.

Cuarta parte.

Leia a sua resposta natural de entre as seis referidas em seguida, indicadas pelas letras das colunas:

| | |
|----------------------------------|--|
| A avaliação | As suas respostas são avaliativas , quer dizer, implicam uma avaliação ética pessoal e comportam um juízo (de crítica ou de aprovação) em relação aos outros. |
| B interpretação | As suas respostas são interpretações daquilo que lhe é dito. Não compreende senão o que quer compreender, procura aquilo que a si lhe parece essencial e procura na sua mente uma explicação. De facto, faz uma distorsão daquilo que o outro queria dizer; deforma o pensamento dele. |
| C apoio | As suas respostas são respostas de apoio , que visam dar coragem, consolação ou compensação. É muito conciliadora e pensa que é preciso evitar que os outros dramatizem. |
| D inquérito | As suas respostas são inquisitórias . Está ávido por saber mais coisas e orienta o colóquio para o que a si lhe parece importante, como que acusando o outro de não querer dizer o essencial ou de perder tempo. É sem dúvida apressado, e pressiona o outro, perguntando-lhe o que lhe parece essencial. |
| E solução | As suas respostas tendem a alcançar uma solução imediata do problema. Vê imediatamente a solução que escolheria para si própria numa situação semelhante; não espera para saber mais coisas. Com este sistema, desembaraça-se rapidamente do outro e das suas lamentações. |
| F compreensão | As suas respostas são compreensivas e reflectem a tentativa de entrar sinceramente no problema tal como é vivido pelo outro. Primeiro quer assegurar-se de ter entendido bem o que foi dito. Esta atitude dá confiança ao interlocutor e faz com que este se exprima melhor, porque desse modo ele comprova que você escuta sem preconceitos. |

As modalidades de resposta supracitadas devem ser entendidas como uma interação espontânea e natural que o indivíduo desenvolve durante a transação relacional. Torna-se importante para a sua formação que a assistente conheça a sua tendência natural de resposta, e onde esta impedir a facilitação da comunicação, deve ser modificada



A UISG é uma organização mundial de Superioras gerais de Institutos de Religiosas católicas, aprovada canonicamente. É um fórum internacional onde as Superioras Gerais partilham experiências, trocam informações e se acompanham reciprocamente no desempenho do seu serviço.

Promove o diálogo e a colaboração entre as Congregações Religiosas na Igreja e na sociedade.

Como organismo internacional radicado em Cristo e representando as Congregações Religiosas femininas no mundo, a UISG procura testemunhar e proclamar a identidade da vida religiosa apostólica em toda a sua diversidade. Tecendo uma solidariedade global e abrindo novas fronteiras, nós animamos, sustentamos e encorajamos as superioras das religiosas a serem uma voz e um testemunho profético na Igreja e no mundo.

A missão da UISG é a de construir pontes que encurtem as distâncias, os confins e as fronteiras para dar aos seus membros a possibilidade de comunicar entre si, criar comunidade e viver em comunhão. O seu objectivo é o de dar a conhecer e a entender o sentido da vida religiosa

Tecer uma rede é um trabalho que se aprende olhando com curiosidade e atenção para as mãos de quem habilmente entrelaça e ata os fios, enquanto a tela cresce e ganha a forma desejada.

Tecer uma rede é um método de trabalho que privilegia gestos e utensílios que unem e agrupam, que permitem o entrelaçamento e o encontro. Os fios unidos na rede tornam-se mais resistentes e são transformados pelo conjunto.

O presente texto é o desenvolvimento da edição de 2004, coordenada por Stefano Volpicelli e publicada pela OIM, a Organização Mundial para as Migrações, no âmbito do “Programa de Formação para Pessoal Religioso em ações de Combate ao tráfico de pessoas”, realizado em cooperação com a Embaixada Americana junto da Santa Sé, e financiado pelo Governo Americano. Este trabalho contribuiu para a formação de Talitha Kum.

Nestes 11 anos, a Rede da Vida Consagrada contra o tráfico de pessoas cresceu e criou um grande movimento de religiosas, religiosos, leigas e leigos empenhados na luta pela liberdade e pela dignidade de cada pessoa. Actualmente existem 17 redes regionais em 70 países nos 5 continentes.

Talitha Kum
LEVANTA-TE



www.talithakum.info

www.uisg.org